

DIAGNÓSTICO SOCIAL

setembro 2024

Conselho Local de Ação Social
de Alpiarça



MUNICÍPIO DE
ALPIARÇA



RADAR SOCIAL
MUNICÍPIO DE ALPIARÇA



REDE SOCIAL
ALPIARÇA



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Edição

Câmara Municipal de Alpiarça
Gabinete de Ação Social e Saúde

**Município de Alpiarça Apartado 25
2094-909 Alpiarça**

243 559 100

acaosocial@cm-alpiarca.pt
radar.social@cm-alpiarca.pt

Redação

Radar Social:
Ana Proença
Carolina Santos

Apoio Técnico

Núcleo Executivo

Orientação

Dr.^a Margarida Rosa Céu
Vice-Presidente da Câmara Municipal
de Alpiarça e Presidente do CLAS

Miguel Moita
Dirigente Intermédio de 4º U. O.
Ação Social, Saúde, Veterinária e
Saúde Pública

Aprovado em Núcleo Executivo a 30 de agosto de 2024

Aprovado em Plenário de CLAS a 3 de setembro de 2024

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	3
2. ACESSIBILIDADES	6
2.1. REDE VIÁRIA	6
2.2. TRANSPORTE RODOVIÁRIO	7
2.2.1 TRANSPORTE ESCOLAR	7
2.3. TRANSPORTE A PEDIDO	9
3. DEMOGRAFIA.....	10
3.1. EVOLUÇÃO POPULACIONAL.....	10
3.2. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	15
3.3. INDICADORES DEMOGRÁFICOS	17
3.4. POPULAÇÃO IMIGRANTE	18
4. BASE ECONÓMICA E SOCIAL	23
4.1. ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	23
4.2. EMPREGO.....	26
5. HABITAÇÃO.....	32
5.1. ALOJAMENTOS FAMILIARES, EDIFÍCIOS E FAMÍLIAS RESIDENTES NO CONCELHO ..	32
5.2. CARATERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS	33
5.2.1. ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	33
5.2.2. FORMAS DE OCUPAÇÃO	34
5.2.3. DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS.....	34
5.2.4. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	36
5.3. CARATERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL.....	36
6. SAÚDE	37
6.1. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DE ALPIARÇA.....	37
6.2. UNIDADES DE SAÚDE DE ALPIARÇA	40
6.3. SAÚDE MENTAL	43
7. EDUCAÇÃO	45
7.1. POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO.....	45
7.2. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.....	47
7.2.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	49
7.2.2. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	52
7.2.3. 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO	55

7.2.4. EVOLUÇÃO GERAL	58
7.3. INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR.....	60
7.4. SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO (SPO).....	61
7.5. EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EMAEI).....	61
7.6. GABINETE DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA (GAAF)	62
7.7. PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA LEZÍRIA DO TEJO (PIICIE LT).....	63
7.8. PLANO DE INOVAÇÃO 22/26.....	64
7.9. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	65
7.9.1. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	68
.....	70
7.10. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC'S).....	70
7.11. PROGRAMA DE FÉRIAS DE VERÃO.....	71
8. AÇÃO SOCIAL	72
8.1. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL NO CONCELHO.....	72
8.1.1. Associação De Reformados, Pensionistas E Idosos Do Concelho De Alpiarça (ARPICA)	73
8.1.2. Fundação José Relvas (FJR).....	79
8.3. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)	99
8.3.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça	99
8.3.2. Intervenção Primária em Contexto Escolar	105
8.3. CÁRITAS DE ALPIARÇA	106
8.4. AUTARQUIAS LOCAIS	106
8.4.1. Câmara Municipal de Alpiarça	107
8.4.2. Junta de Freguesia de Alpiarça.....	118
9. SEGURANÇA PÚBLICA.....	121
9.1. BOMBEIROS MUNICIPAIS DE ALPIARÇA.....	121
9.2. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE ALPIARÇA.....	124
10. CULTURA, LAZER E DESPORTO	129
10.1. CULTURA E LAZER.....	129
10.2. DESPORTO	139
10.3. ASSOCIATIVISMO.....	141
11. PONTOS RELEVANTES	144
11.1. PROBLEMÁTICAS E NECESSIDADES PRIORITÁRIAS.....	148
EDUCAÇÃO	148
HABITAÇÃO.....	150
PESSOAS IDOSAS	151

SAÚDE	152
FAMÍLIA E COMUNIDADE	153
EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	155
EMPREGABILIDADE	156
POPULAÇÃO MIGRANTE.....	157
SEGURANÇA.....	159

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores de contextualização do concelho de Alpiarça (2020-2023)	4
Quadro 2 - Evolução da população no concelho de Alpiarça e densidade populacional (2020-2023)	11
Quadro 3 - Componentes do crescimento demográfico (2019-2023).....	11
Quadro 4 - Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (2011-2021) (%)..	12
Quadro 5 - Variação da População em Lugares com mais de 300 habitantes (2011-2021)	13
Quadro 6 - Estrutura etária da população de Alpiarça (2019-2023)	15
Quadro 7 - Índice de envelhecimento demográfico (2019-2023).....	16
Quadro 8 - Indivíduos em idade ativa por idoso (2019-2023).....	16
Quadro 9 - Evolução dos índices demográficos (%)	18
Quadro 10 - População estrangeira com estatuto legal de residente (2018-2022).....	19
Quadro 11 - População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo no concelho de Alpiarça (2018-2022)	19
Quadro 12 - Alunos de nacionalidade estrangeira residente por nível de ensino e ano letivo (2020-2024)	21
Quadro 13 - País de nacionalidade de alunos estrangeiros residentes por ano letivo (2020-2024) ..	22
Quadro 14 - Empresas individuais e sociedades do concelho de Alpiarça, por setor de atividade (2011-2022)	23
Quadro 15 - Empresas individuais e sociedades, por setor de atividade (2022) (%).....	23
Quadro 16 - Estrutura da população ativa (2011-2021) (%).....	24
Quadro 17 - Empresas do setor secundário e terciário, por atividade económica, no concelho de Alpiarça (2011-2022)	25
Quadro 18 - Taxa de atividade da população em idade ativa (2011-2021) (%).....	26
Quadro 19 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça (2021-2023).....	26
Quadro 20 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça por género (2021-2023).....	27
Quadro 21 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça face ao tempo de inscrição (2021-2023)	

.....	27
Quadro 22 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça face à procura de emprego (2021-2023)	28
.....	28
Quadro 23 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça segundo os níveis de escolaridade (2021-2023)	29
.....	29
Quadro 24 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça segundo o grupo etário (2021-2023)	30
Quadro 25 - Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, por atividade económica a nível nacional (2011-2022)	31
.....	31
Quadro 26 - Evolução dos alojamentos familiares e famílias residentes no concelho de Alpiarça (2011-2021)	32
.....	32
Quadro 27 - Edifícios segundo época de construção (1919-2021)	33
.....	33
Quadro 28 - Alojamentos familiares no concelho de Alpiarça, segundo a forma de ocupação (2021)	34
.....	34
Quadro 29 - Dimensão das famílias clássicas no concelho de Alpiarça (2021)	35
.....	35
Quadro 30 - Sistemas de aquecimento nos alojamentos familiares ocupados como residência habitual (2011 e 2021)	36
.....	36
Quadro 31 - Equipamentos de saúde do concelho de Alpiarça (2023)	37
.....	37
Quadro 32 - Unidade de Saúde de Alpiarça (2024*)	40
.....	40
Quadro 33 - Inscritos por sexo e grupo etário na USF de Alpiarça (2024*)	41
.....	41
Quadro 34 - Consultas médicas e de enfermagem, número de utilizadores por sexo e grupo etário na USF de Alpiarça (2023)	41
.....	41
Quadro 35 - Consultas de enfermagem no domicílio na UCC Alpiarça (2023)	42
.....	42
Quadro 36 - Níveis de instrução da população residente (2021) (%)	45
.....	45
Quadro 37 - Taxa de analfabetismo (2011 e 2021) (%)	46
.....	46
Quadro 38 - População residente no concelho de Alpiarça, segundo o sexo e o nível de ensino atingido (2021)	47
.....	47
Quadro 39 - Tipologia dos estabelecimentos de ensino no concelho de Alpiarça	48
.....	48
Quadro 40 - Caraterização dos estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho de Alpiarça em 2023/2024	50
.....	50
Quadro 41 - Recursos humanos e crianças no ensino pré-escolar no concelho de Alpiarça, por ano letivo (2019-2024)	51
.....	51
Quadro 42 - Caraterização dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico no concelho de Alpiarça em 2023/2024	53
.....	53
Quadro 43 - Recursos humanos e crianças no 1º ciclo do ensino básico no concelho de Alpiarça, por ano letivo (2019-2024)	54
.....	54
Quadro 44 - Caraterização da escola EB 2,3/S do concelho de Alpiarça em 2023/2024	56
.....	56
Quadro 45 - Recursos humanos e alunos no 2º e 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário	

no concelho de Alpiarça, por ano letivo (2019-2024)	57
Quadro 46 - Evolução de alunos por nível de ensino na rede pública (2020-2024).....	58
Quadro 47 - Crianças na rede particular e solidária de creches e jardins de infância (2021-2024) .	58
Quadro 48 - Taxa bruta de escolarização por ciclo e nível de ensino no concelho de Alpiarça (2021)	
.....	59
Quadro 49 - Crianças/Alunos com Necessidades Educativas Especiais na rede pública (2021-2024)	
.....	60
Quadro 50 - Taxas de retenção e desistência no concelho de Alpiarça (2019-2022) (%)	60
Quadro 51 - Taxas de abandono no concelho de Alpiarça (2021-2024) (%).....	61
Quadro 52 - Auxílios económicos para o ano letivo 2023/2024 para alunos do pré-escolar do AEJR	
.....	66
Quadro 53 - Auxílios económicos para o ano letivo de 2023/2024 para alunos do 1º ciclo do AEJR	
.....	66
Quadro 54 - Análise de escalões (2020-2024).....	67
Quadro 55 - Alunos apoiados pela ação social escolar na rede pública do 2º e 3º ciclo do ensino	
básico e do ensino secundário (2020-2024)	68
Quadro 56 - Caraterização da resposta social de Centro de Convívio (2020 e 2024*).....	74
Quadro 57 - Caraterização da resposta social de Centro de Dia (2020 e 2024*)	75
Quadro 58 - Clientes por idade e sexo (2020 e 2024*)	76
Quadro 59 - Caraterização da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (2020 e 2024*)	77
Quadro 60 - Utentes por idade e sexo (2020 e 2024*).....	77
Quadro 61 - Caraterização da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (2020 e 2024*).....	78
Quadro 62 - Utentes por idade e sexo (2020 e 2024*).....	79
Quadro 63 - Média de frequências por resposta social com acordo com a Segurança Social (2023)	
.....	81
Quadro 64 - Clientes por idade (2019 e 2023).....	83
Quadro 65 - Clientes por Idade (2019 e 2023).....	85
Quadro 66 - Clientes por idade e sexo (2019 e 2023).....	87
Quadro 67 - Agregados familiares e total de beneficiários do POAPMC (2023).....	98
Quadro 68 - Processos instaurados por faixa etária (2020-2023)	102
Quadro 69 - Problemáticas sinalizadas (2020-2023)	103
Quadro 70 - Entidades sinalizadoras (2020-2023).....	104
Quadro 71 - Medidas aplicadas pela CPCJ (2020-2023)	105
Quadro 72 - Processos familiares e beneficiários de SAAS.....	109
Quadro 73 - Processos acompanhados no âmbito do RSI (2023)	110
Quadro 74 - Elementos do agregado familiar de RSI por idade e sexo (2023).....	111
Quadro 75 - Ações de inserção (2023)	111

Quadro 76 - Total de atendimentos por GAM e por serviço (2023)	113
Quadro 77 - Ocorrências (2020-2023)	123
Quadro 78 - Criminalidade (2021-2024*)	124
Quadro 79 - Crimes registados pela GNR em Alpiarça (2021-2024*)	126
Quadro 80 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Educação	148
Quadro 81 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Habitação	150
Quadro 82 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área das Pessoas Idosas	151
Quadro 83 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Saúde	152
Quadro 84 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Família e Comunidade	153
Quadro 85 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área dos Equipamentos e Infraestruturas	155
Quadro 86 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área da Empregabilidade	156
Quadro 87 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área da População Migrante	157
Quadro 88 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área da Segurança	159

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparticipação dos passes escolares pelo Município de Alpiarça (2020- 2023)	8
Gráfico 2 - Evolução da população residente em Alpiarça e Lezíria do Tejo (2001- 2023)	10
Gráfico 3 - Distribuição da população residente em Alpiarça por sexo (2001-2021)	14
Gráfico 4 - Evolução da taxa bruta de natalidade e mortalidade em Alpiarça (2011- 2023) (%)	17
Gráfico 5 - População estrangeira residente por país de nacionalidade no concelho de Alpiarça (2018-2021)	20
Gráfico 6 - População estrangeira residente em comparação com a população total (2018-2022) (%)	20
Gráfico 7 - Evolução da população empregada por setor de atividade em Alpiarça (1981-2021)	24
Gráfico 8 - Famílias residentes segundo a sua dimensão em Alpiarça, Lezíria do Tejo e Continente (2021) (%)	35
Gráfico 9 - Alunos AAAF e CAF por ano letivo da rede pública (2020-2024)	69
Gráfico 10 - Taxa de frequência de alunos em AAAF e CAF por ano letivo da rede pública (2020-2024) (%)	70
Gráfico 11 - Clientes por nível de autonomia (2019-2023)	84
Gráfico 12 - Clientes por nível de autonomia (2019-2023)	86
Gráfico 13 - Clientes por nível de autonomia (2019-2023)	88

Gráfico 14 - População-alvo do CAT por idade (2023).....	91
Gráfico 15 - Problemáticas que levaram as crianças e jovens a integrarem o CAT (2023)	92
Gráfico 16 - Período de acolhimento ou de permanência institucional (2023).....	93
Gráfico 17 - Número de Crianças por Área de Intervenção (2023)	97
Gráfico 18 - Movimento de processos na CPCJ (2020-2023)	101
Gráfico 19 - Crianças acompanhadas por sexo (2020-2023)	102
Gráfico 20 - Titulares de RSI por idade e sexo (2023)	110
Gráfico 21 - Total de crimes registados pela GNR em Alpiarça (2021-2024*).....	125
Gráfico 22 - Distribuição da criminalidade por tipo de crime no Concelho de Alpiarça	127
Gráfico 23 - Sinistralidade no Concelho de Alpiarça (2021-2024*).....	128

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da sub-região Lezíria do Tejo	3
Figura 2 - Mapa Rodoviário de Alpiarça.....	6
Figura 3 - Equipamentos de ensino por freguesia e lugares no concelho de Alpiarça.....	48
Figura 4 - Idade das crianças, tipo e contexto de intervenção.....	96
Figura 5 - Zona de intervenção do CBMA.....	122



LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAAF- Atividades de Animação e de Apoio à Família

ACDBBA - Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos Bombeiros de Alpiarça

AEC - Atividades de Enriquecimento Cultural

AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo

ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APEEAEJR – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas José Relvas

ARPICA - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça

BACF - Banco Alimentar Contra a Fome

CAA - Centro de Apoio à Aprendizagem

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAF - Componente de Apoio à Família

CAT - Centro de Acolhimento Temporário

CBMA - Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça

CCH - Cursos Científico-Humanísticos

CD - Centro de Dia

CEI + – Contrato Emprego Inserção +

CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

CLAIM - Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CMA – Câmara Municipal de Alpiarça

CNPDPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CODU – Centros de Orientação de Doentes Urgentes

CP – Cursos Profissionais

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRIAL - Centro de Recuperação Infantil de Almeirim

DAE - Desfibrilador Automático Externo

DL - Decreto-lei

EB - Escola Básica



ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados
ECG - Eletrocardiograma
ECMIJ – Entidades com Competências em Matéria de Infância e Juventude
ELI - Equipas Locais de Intervenção
EMAEI - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
EMIC - Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária
ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação
ER – Equipa Referenciadora
ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
ETRLSS – Equipa Técnica Regional de Lisboa, Setúbal e Santarém
EVT - Educação Visual e Tecnológica
FAMI – Fundo para o Asilo, Migração e Integração
FJR - Fundação José Relvas
GAAF - Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família
GAM - Gabinete de Apoio ao Município
GIP - Gabinete de Inserção Profissional
GNR - Guarda Nacional Republicana
I.D.I. - Índice de Dependência de Idosos
I.D.J. - Índice de Dependência de Jovens
I.D.T. - Índice de Dependência Total
I.E.- Índice de Envelhecimento
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica
IPI - Intervenção Precoce na Infância
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
JI - Jardim de Infância
LT - Lezíria do Tejo
MIM@UF – Módulo de Informação e Monitorização das Unidades Funcionais
NLI – Núcleo Local de Inserção
NUIPC - Número Único de Identificação de Processos Crime
OMS – Organização Mundial de Saúde
OTL – Ocupação de Tempos Livres
PEI - Programa Educativo Individual



PIEC - Programa para a Inclusão E Cidadania
PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
PIEP - Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos
PIICIE LT - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo
PIH - Programa de Intervenção em Habitações
PIT - Plano Individual de Transição
PLA - Português Língua de Acolhimento
POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
PRR - Programa de Recuperação e Resiliência
RCM - Resolução do Conselho de Ministros
RIBLT - Rede de Bibliotecas da Lezíria do Tejo
RMG - Rendimento Mínimo Garantido
RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSI - Rendimento Social de Inserção
RTP - Relatório Técnico Pedagógico
RVCC - Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário
SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SPO - Serviço de Psicologia e Orientação
UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
ULS – Unidade Local de Saúde
URAP – Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados
USF - Unidade de Saúde Familiar
USP – Unidade de Saúde Pública
VMER - Viatura Médica de Emergência e Reanimação

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui-se como uma atualização do Diagnóstico Social do Município de Alpiarça, tendo sido elaborado em consonância com os dados estatísticos existentes no presente momento. O Diagnóstico Social irá permitir a compreensão da realidade social do concelho, que inclui a identificação das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos e das potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento.

Este instrumento resulta da participação dos diversos parceiros da Rede Social de Alpiarça.

O programa Rede Social teve a sua origem em Portugal na Resolução do Conselho de Ministros (R.C.M.) nº 197/97, de 18 de novembro, contextualizado numa geração de novas políticas sociais ativas que se baseavam na responsabilização e mobilização da sociedade para o objetivo da erradicação da pobreza e exclusão social no país.

Assim, a referida R.C.M. define a Rede Social como “um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar”. Assumindo-se como um instrumento fulcral para a prossecução do desenvolvimento local, a Rede Social surge como um conjunto de diferentes formas de entreajuda (Governo, Organismos Públicos, IPSS's) capaz de atuar no sentido da erradicação ou alteração da pobreza e da exclusão social.

A Rede Social materializa-se com a criação do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e do Núcleo Executivo. O CLAS de Alpiarça é constituído por representantes de várias entidades públicas e privadas, cuja adesão têm como objetivo promover o desenvolvimento social local, analisando e discutindo todo o trabalho realizado nesta matéria. Paralelamente, existe o Núcleo Executivo do CLAS, considerado um grupo operativo que tem como objetivo principal, dinamizar a parceria e que realiza o trabalho técnico de suporte a todo o processo sob coordenação do Município.

A metodologia utilizada para a elaboração do presente Diagnóstico teve como objetivo a caracterização e definição geral do concelho de Alpiarça e a atualização dos indicadores de avaliação da situação social do Município, nas suas variadas vertentes, bem como a priorização das problemáticas mais prementes, passíveis de intervenção. O documento que se apresenta pretende ser uma ferramenta de trabalho participada, dinâmica e reconhecida



por todos os parceiros locais como fundamental para a afirmação e desenvolvimento da rede social local.

1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Alpiarça é uma vila ribatejana, localizada na margem esquerda do Rio Tejo, pertencente ao distrito de Santarém e sede de concelho. Dos cinco municípios de Portugal, Alpiarça é um dos que possui apenas uma freguesia com cerca de 95 km² de território. Está integrada desde 2002, na região estatística (NUTS II) do Alentejo, na sub-região estatística (NUTS III) da Lezíria do Tejo e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

A Lezíria do Tejo, abrange uma área de aproximadamente 4 273 km², com 246 012 habitantes, formando uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Trata-se da Unidade Territorial composta pelas zonas limítrofes do Rio Tejo pertencentes aos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

Figura 1 - Mapa da sub-região Lezíria do Tejo



Fonte: Câmara Municipal de Alpiarça (CMA) (2024)

Para além da rede urbana o concelho de Alpiarça é constituído por quatro núcleos habitacionais: Frade de Cima, Frade de Baixo, Casalinho e Gouxaria. O município é delimitado a nordeste e leste pelo município da Chamusca, a sueste e sudoeste por Almeirim e a noroeste por Santarém.

Quadro 1 - Indicadores de contextualização do concelho de Alpiarça (2020-2023)

Indicadores	Alpiarça	Lezíria do Tejo	Continente
Superfície (km²) (2023)	95	4 275	89 102
População (nº hab.) (2023)	7 272	246 012	10 082 253
Densidade (hab/km²) (2023)	76,3	57,5	113,2
Variação da População (2020-2023)	4,8%	4,2%	1,9%
Nº de Freguesias (2022)	1	68	2 882

Fonte: PORDATA (2024)

Alpiarça tem apenas uma freguesia e cinco lugares estatísticos: o Frade de Cima, Frade de Baixo, Casalinho, Gouxaria e Quinta da Lagoalva de Cima. É na sede de concelho que se encontra a maior concentração populacional. Demograficamente é também um dos municípios mais pequenos da Lezíria com cerca de 7 mil habitantes. No geral pode-se afirmar que desde 2020 houve um crêscimo da população, não só em Alpiarça, como na Lezíria do Tejo e no Continente, confirmado pela variação entre 2020 e 2023 que se apresenta positiva, especialmente em Alpiarça (4,8%).

Estes dados serão analisados de forma mais aprofundada no capítulo três, relativo à Demografia.

Em termos biofísicos distinguem-se no concelho:

Lezíria ou Campo: planície aluvial do Rio Tejo, constituída por superfícies planas de baixa altitude e recortada por uma rede viária pouco densa, sendo quase desabitada;

Charneca: área a partir da vila para o interior, onde surgem vestígios de terraços fluviais e algumas formas de estrutura monoclinal onde a altitude não excede os 108 m.

Em 2019 foi contabilizado um total 5 370ha de superfície agrícola em Alpiarça (INE, Recenseamento agrícola¹).

¹ Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010565&contexto=bd&selTab=tab2 , consultado em 2024



Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura, em 2019, no concelho de Alpiarça, relativamente à utilização do solo², a maior área explorada corresponde ao terreno arável, seguindo-se os prados e pastagens permanentes, as culturas permanentes e, por último, a horta familiar que é a menos significativa.

No que respeita a área cultivada, continuam a predominar, ao nível das culturas permanentes³, as videiras e a nível das culturas temporárias⁴, as culturas hortícolas e os cereais.

² Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010565&contexto=bd&selTab=tab2, consultado em 2024.

³ Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010503&contexto=bd&selTab=tab2, consultado em 2024.

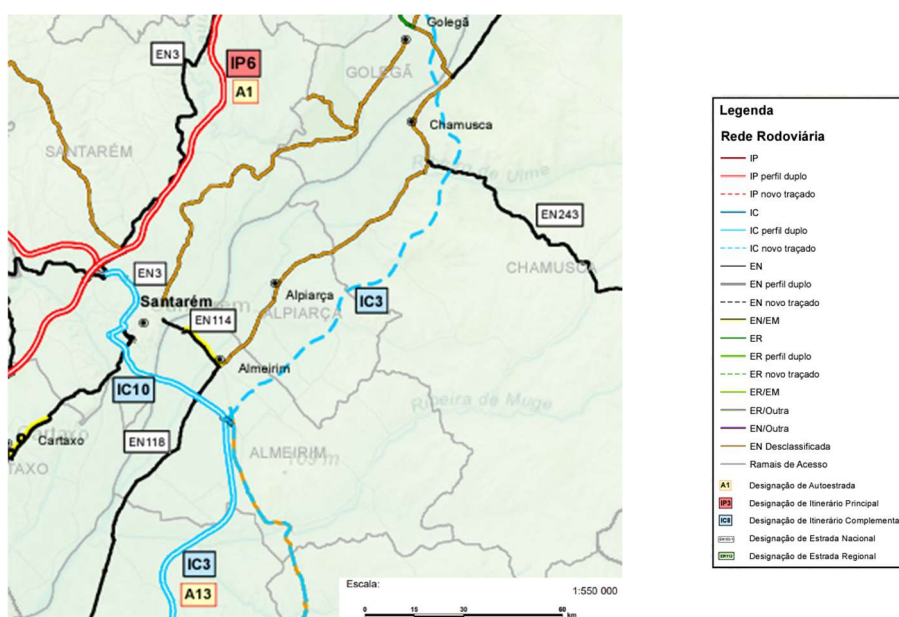
⁴ Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010513&contexto=bd&selTab=tab2, consultado em 2024.

2. ACESSIBILIDADES

Alpiarça constitui um ponto de ligação entre várias localidades do Ribatejo: Almeirim, Santarém, Chamusca, Golegã, Coruche e Salvaterra de Magos. Para além da sua privilegiada localização no coração do Ribatejo, Alpiarça dista 10 km da capital de distrito, Santarém e 93 km de Lisboa.

Dispõe de boas acessibilidades rodoviárias, entre elas a EN118, A1, A13 e A15 e é um local/destino provido de boa sinalização bem como placas informativas em pontos estratégicos.

Figura 2 - Mapa Rodoviário de Alpiarça



Fonte: Plano Rodoviário Nacional – Infraestruturas de Portugal (2024)

2.1. REDE VIÁRIA

A rede viária do concelho estende-se a um total de 162,5 km e é composta por:

- **Rede Municipal:** engloba estradas municipais, caminhos municipais e outras vias com cerca de 156,9 km de extensão (96,55%).

- **Estradas Nacionais** que representam cerca de 5,6% do total da extensão da rede viária concelhia.

2.2. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O transporte coletivo de passageiros no concelho de Alpiarça é assegurado pela Rodoviária Tejo. Este serviço é constituído por autocarros que fazem a ligação Alpiarça – Santarém - Lisboa-Campo Grande entre as 06h00 e as 21h55 e a ligação Alpiarça – Torres Novas entre as 08h30 e as 18h40. Os serviços referidos realizam-se nos dias úteis.

O concelho não é coberto por rede ferroviária, contudo a estação de Santarém dista a 12 km, sendo este um meio de transporte também muito utilizado para deslocações, tanto para Lisboa como para outras regiões.

2.2.1 TRANSPORTE ESCOLAR

Segundo o Decreto-Lei (DL) nº 299/84, de 5 de setembro é da competência das Autarquias garantir o serviço de transportes aos alunos do ensino básico e secundário que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino bem como garantir o transporte de crianças com necessidades educativas especiais do 1º, 2º e 3º ciclo e outras situações excecionais.

Assim, com o objetivo de assegurar o acesso aos estabelecimentos de ensino, por parte dos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, o Município complementa o serviço realizado pela Rodoviária Tejo através de transportes municipais mediante os requisitos estabelecidos, garantindo o passe gratuito jovem, em conformidade com a Portaria nº7 – A/2024, de 5 de janeiro.

Com o início das aulas, a vila de Alpiarça passa a estar ligada, através de carreiras regulares de transporte público, a todos os lugares de concelho: Casalinho, Frade de Cima, Frade de Baixo e Gouxaria.

Estas carreiras públicas, da empresa Rodoviária do Tejo, com vários circuitos diários, realizam o transporte de todas as crianças e jovens que frequentam a Escola Básica (EB) 2,3/S de José Relvas – de acordo com o Plano de Transportes Escolares definido –, bem como toda a restante população que as queira utilizar em viagens entre qualquer uma das paragens situadas no percurso intra concelhio.

Este transporte é realizado de segunda a sexta-feira, existindo 3 carreiras:

- Carreira que parte às 07h40 do Casalinho (2 paragens definidas) com destino a Alpiarça - Almeirim - Santarém. Este serviço tem paragem na Escola EB 2,3/S José Relvas Alpiarça (junto ao Centro de Saúde), às 07h55.

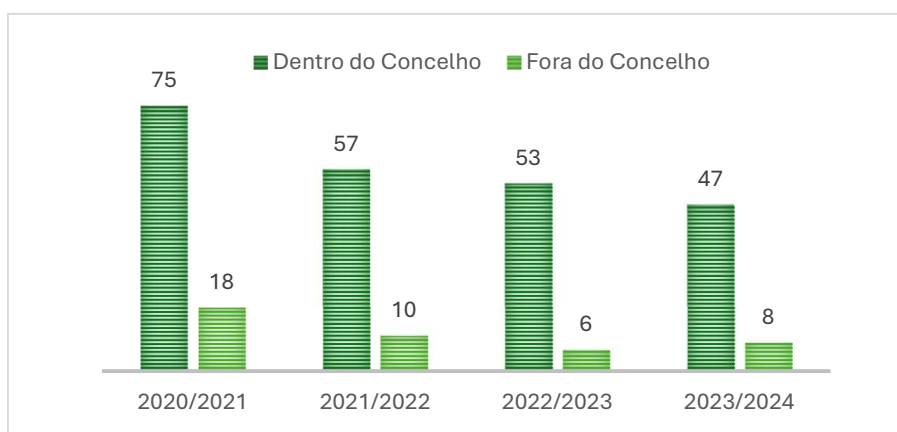
- Carreira que parte às 07h50 do Frade de Cima (3 paragens definidas), em direção ao Frade de Baixo (4 paragens) e Gouxaria (1 paragem). Este serviço termina na Escola EB 2,3/S José Relvas Alpiarça (junto ao Centro de Saúde), pelas 08h15.

- Carreira que realiza um circuito Alpiarça-Frade de Cima, às 14h00 e às 18h10 (Saída da Escola EB 2,3/S José Relvas Alpiarça, junto ao Centro de Saúde) – Casalinho (14h10 e 18h20) - Gouxaria (14h20 e 18h30) - Frade de Baixo (14h30 e 18h40) – Frade de Cima (14h40 e 15h50).

- Quarta-feira – existe apenas a carreira das 14h00.

- Todos os dias, com exceção da Quarta-Feira, existem duas saídas de tarde.

Gráfico 1 - Comparticipação dos passes escolares pelo Município de Alpiarça (2020- 2023)



Fonte: CMA - Gabinete de Educação (2024)

Em relação à comparticipação dos passes escolares pelo Município de Alpiarça, referida anteriormente, é possível verificar através do gráfico 1, que nos últimos quatro anos letivos foram atribuídos um total de 274 passes, dos quais 42 foram atribuídos para alunos que frequentaram escolas fora do concelho.



O Município tem assegurado:

- Transporte regular diário, de acordo com o Decreto-Lei (DL) nº 299/84, de 5 de setembro;
- Transporte no âmbito do desporto escolar (hipismo, dança, boccia e natação);
- Transporte para a hipo terapia;
- Transporte à Biblioteca Municipal e à Casa dos Patudos para desenvolvimento de atividades pedagógicas previstas no plano anual de atividades do Agrupamento Escolas José Relvas (AEJR);
- Transporte às Piscinas Municipais, no âmbito do projeto “Começar cedinho”;
- Transporte a visitas de estudo.

2.3. TRANSPORTE A PEDIDO

O USO é o serviço de transporte flexível da Lezíria do Tejo, que ficou disponível no concelho de Alpiarça no dia 1 de janeiro de 2024. USO é o serviço de transportes a pedido em que o passageiro efetua previamente a reserva da sua viagem em veículos ligeiros. Este serve a população em dias ou locais em que o transporte regular em autocarros não é possível ou viável.

Este transporte está disponível em três circuitos, sendo um dentro do concelho e dois entre Alpiarça e Santarém (Estação Ferroviária e Hospital Distrital). Este transporte é feito através de táxi e tem um preço reduzido relativamente aos outros transportes públicos.

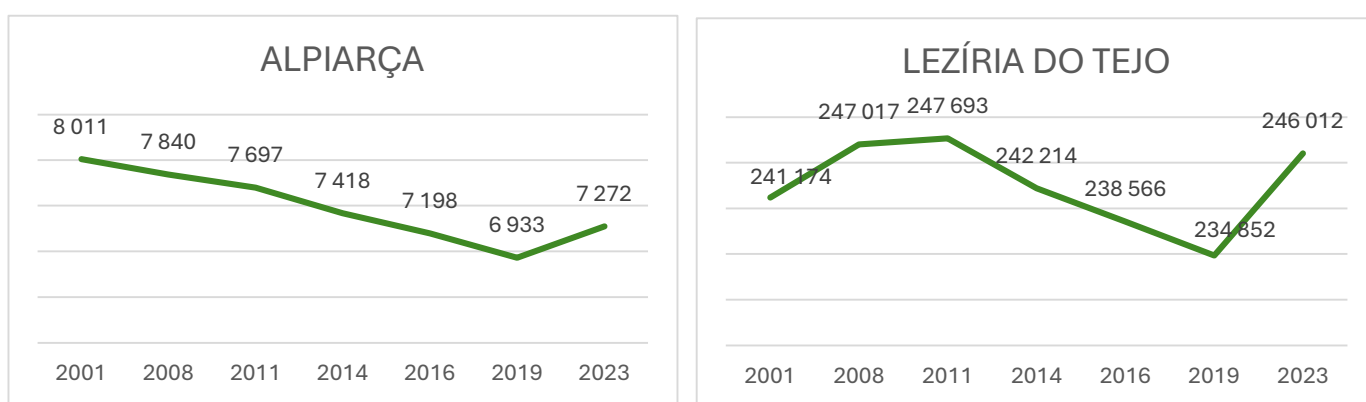
As reservas podem ser feitas todos os dias úteis das 09h00 às 12h30.

3. DEMOGRAFIA

3.1. EVOLUÇÃO POPULACIONAL

A evolução demográfica do concelho de Alpiarça durante os últimos 20 anos caracterizou-se por um período de recessão demográfica, à exceção de 2023, como mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Evolução da população residente em Alpiarça e Lezíria do Tejo (2001- 2023)



Fonte: PORDATA (2024)

De acordo com o gráfico 2, pode-se observar que a tendência até 2019 foi marcada pelo decréscimo constante da população em Alpiarça. No entanto, na Lezíria do Tejo verificou-se que esse decréscimo ocorreu apenas entre 2011 e 2019. A partir de 2019 a situação inverteu-se tanto em Alpiarça como na Lezíria do Tejo, onde se denota um crescimento populacional. Segundo estes dados, comparando com o ano de 2019, em 2023 existem mais 339 habitantes em Alpiarça, perfazendo um total de 7 272 pessoas residentes no concelho.

Quadro 2 - Evolução da população no concelho de Alpiarça e densidade populacional (2020-2023)

Unidade Territorial	População		Variação	Densidade Populacional	
	2020	2023	2020-2023 (%)	2020	2023
Alpiarça	6 939	7 272	4,8%	72,8	76,3
Lezíria do Tejo	236 057	246 012	4,2%	55,2	57,5
Continente	9 896 175	10 082 253	1,9%	111,1	113,2

Fonte: PORDATA (2024)

O concelho de Alpiarça em 2023 apresenta uma densidade populacional de 76,3 habitantes por km², valor inferior à média nacional (113,2 habitantes por km²), mas superior à média da sub-região da Lezíria do Tejo (57,5 habitantes por km²). Pode-se observar que comparativamente aos dados auferidos em 2020, a densidade populacional aumentou em todos os locais referidos. A variação em percentagem da população entre o ano 2020 e 2023 revela-se positiva sobretudo em Alpiarça, mas também na Lezíria do Tejo e no Continente.

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, até aos anos 70 do século passado, a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas. Já em períodos mais recentes são as componentes do saldo fisiológico e os movimentos migratórios os principais responsáveis pelas alterações populacionais em Portugal.

Quadro 3 - Componentes do crescimento demográfico (2019-2023)

Unidade Territorial	2019		2023	
	Saldo Natural	Saldo Migratório	Saldo Natural	Saldo Migratório
Alpiarça	-77	14	-66	184
Lezíria do Tejo	-1 301	1 346	-1 288	4 793
Continente	-24 324	66 622	-31 218	150 871

Fonte: PORDATA (2024)

Em 2019 no concelho de Alpiarça, registou-se uma quebra acentuada dos níveis de fecundidade, gerando saldos fisiológicos negativos. Nesse mesmo período, como é possível confirmar pelos dados apresentados no quadro 3, o fluxo migratório foi positivo, à

semelhança do que aconteceu na sub-região da Lezíria do Tejo e no Continente.

Analisando os dados do ano 2023, o mesmo continua a ser marcado pelo saldo fisiológico negativo não só em Alpiarça como, também, na Lezíria do Tejo e no Continente, ainda que mais acentuado no Continente.

Relativamente ao saldo migratório, constata-se que este continua a ser positivo e em crescimento. No que respeita à população estrangeira com estatuto legal residente em Alpiarça, importa destacar que em 2022 existiam 344 imigrantes, mais 39 que em 2018, de acordo com o INE⁵.

Quadro 4 - Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (2011-2021)
(%)

Ano	Unidade Territorial	<1 999	2 000-4 999	5 000-9 999	>10 000
2011	Alpiarça	22,6	0,0	77,4	0,0
	Lezíria do Tejo	42,7	13,7	18,2	25,4
	Continente	38,6	9,1	9,0	43,3
2021	Alpiarça	23,3	-	76,6	-
	Lezíria do Tejo	46,5	15,0	18,4	20,1
	Continente	38,5	10,3	9,4	41,8

Fonte: PORDATA (Censos, 2011 e 2021)

O concelho de Alpiarça caracteriza-se pela existência de uma estrutura de povoamento bastante concentrada, uma vez que a sede de concelho reúne cerca de 77% da população total residente no mesmo. Ao longo da última década não se registaram grandes alterações no padrão do povoamento.

A análise da variação demográfica dos lugares com mais de 300 habitantes no concelho permite evidenciar duas características fundamentais do sistema de povoamento:

⁵ Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3, consultado em 2024.

- ✓ A estrutura de povoamento é bastante concentrada, destacando-se a sede de concelho com 5 350 habitantes;
- ✓ Os três aglomerados populacionais com mais de 300 habitantes, registaram um decréscimo populacional, sendo que Frade de Baixo foi o que sofreu uma diminuição menos significativa.

Quadro 5 - Variação da População em Lugares com mais de 300 habitantes (2011-2021)

Lugares	2011	2021	Variação (%)
Alpiarça	5 963	5 350	-10,3
Casalinho	332	295	-11,1
Frade de Baixo	571	570	-0,2
Frade de Cima	562	520	-7,5

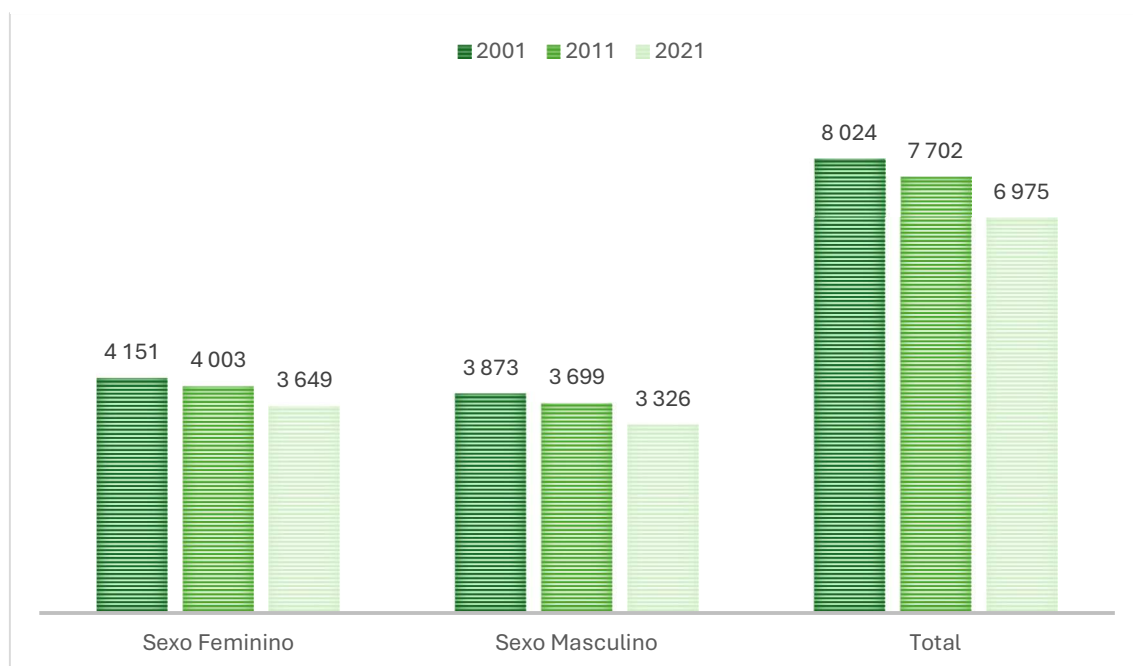
Fonte: INE (Censos, 2011 e 2021)

Face ao exposto no quadro 5, pode hierarquizar-se a rede urbana do concelho de Alpiarça do seguinte modo:

Pólo Urbano: A vila de Alpiarça constitui o principal núcleo urbano do concelho, atraindo população de todo o concelho, devido à concentração de atividades e equipamentos;

Pólo Complementar: Os núcleos de Frade de Baixo, Frade de Cima (ambos com cerca de 550 habitantes), que de acordo com a autarquia têm revelado uma considerável procura para construções unifamiliares, e o Casalinho (com cerca de 300 habitantes) constituem os restantes aglomerados com alguma relevância demográfica, embora possuam lógicas de integração territorial distintas: os dois primeiros estão bastantes ligados ao concelho de Almeirim (sobretudo do Frade de Cima à vila das Fazendas de Almeirim), enquanto o Casalinho constitui o prolongamento natural do processo de expansão urbana da vila de Alpiarça.

Gráfico 3 - Distribuição da população residente em Alpiarça por sexo (2001-2021)



Fonte: PORDATA (Censos 2001, 2011 e 2021)

Com base no gráfico acima apresentado, é possível afirmar que em 2001, 51,7% da população residente em Alpiarça é do sexo feminino e 48,3% do sexo masculino. De 2001 até ao ano de 2011, embora se verifique um decréscimo da população, a mesma proporção mantém-se, havendo em 2011, 7 702 habitantes no concelho de Alpiarça, sendo deste total, 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino. Já em 2021, com o continuado decréscimo da população, o sexo feminino continua a representar a maioria (52,3%). É possível apurar, com base nos dados expostos, que existe um certo equilíbrio entre os sexos relativamente à população residente.

3.2. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

A sociedade portuguesa tem sido marcada por dois fenómenos demográficos: a quebra dos índices de fecundidade e o aumento da esperança média de vida. Estes fenómenos têm vindo a afetar a estrutura etária do país e o concelho de Alpiarça não é exceção.

Quadro 6 - Estrutura etária da população de Alpiarça (2019-2023)

Grupos Etários	2019	2023
0 a 4	259	256
5 a 9	285	312
10 a 14	373	333
15 a 19	379	398
20 a 24	297	406
25 a 29	243	342
30 a 34	283	322
35 a 39	396	347
40 a 44	526	477
45 a 49	466	546
50 a 54	468	503
55 a 59	464	477
60 a 64	463	505
65 a 69	530	480
70 a 74	465	523
75 a 79	381	413
80 a 84	344	302
+85	316	337
Total	6 933	7 272

Fonte: PORDATA (2024)

Relativamente à população do concelho de Alpiarça, pode-se verificar que em quatro anos (2019-2023) o número de habitantes aumentou em 339 pessoas.

Quadro 7 - Índice de envelhecimento demográfico (2019-2023)

Unidade Territorial	2019	2023
Alpiarça	225,5	229,0
Lezíria do Tejo	191,3	199,4
Continente	171,9	190,2

Fonte: PORDATA (2024)

No que diz respeito ao índice de envelhecimento demográfico, é visível um aumento significativo no Continente. Na Lezíria do Tejo e em Alpiarça este aumento é menos significativo. Estes dados demonstram o efeito do envelhecimento geral da população no país.

Em 2023, no concelho de Alpiarça, o número de pessoas com 65 ou mais anos é de 2 055, cerca de 28,3 % da população.

Quadro 8 - Indivíduos em idade ativa por idoso (2019-2023)

Unidade Territorial	2019	2023
Alpiarça	2,0	2,1
Lezíria do Tejo	2,4	2,4
Continente	2,8	2,6

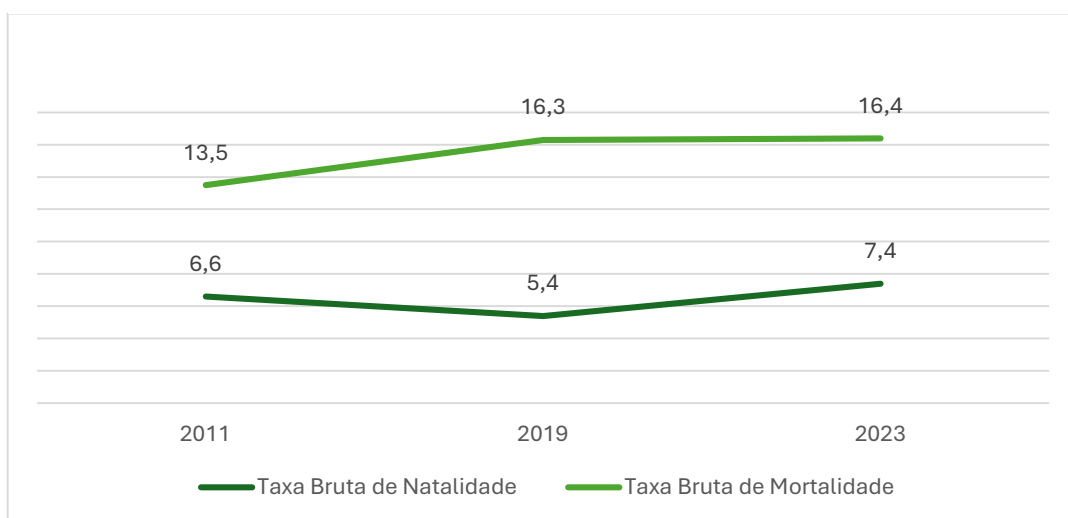
Fonte: PORDATA (2024)

O número de indivíduos em idade ativa por idoso, em Alpiarça, aumentou ligeiramente (0,1), o que contraria a realidade verificada no Continente.

3.3. INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Entre 2011 e 2019 a taxa bruta de natalidade diminuiu em Alpiarça, sofrendo uma quebra de 1,2%, mas aumentou, consideravelmente, entre 2019 e 2023, 2%. Já a taxa bruta de mortalidade não sofreu quebras nos anos em análise, como se pode verificar no gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução da taxa bruta de natalidade e mortalidade em Alpiarça (2011- 2023) (%)



Fonte: PORDATA (2024)

Como é possível observar através do quadro 9, no concelho de Alpiarça o índice de envelhecimento passou de 222,5% em 2019 para 229% em 2023. Este valor apresenta-se acima da média sub-regional e sobretudo da média nacional.

Quadro 9 - Evolução dos índices demográficos (%)

Unidade Territorial	2019				2023			
	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.
Alpiarça	222,5	74,6	22,9	51,7	229,0	67,6	20,6	47,1
Lezíria do Tejo	191,3	63,7	21,9	41,8	199,4	61,9	20,7	41,2
Continente	171,9	57,1	21,0	36,1	190,2	59,1	20,4	38,7
Legenda: I.E.- Índice de Envelhecimento; I.D.T.- Índice de Dependência Total; I.D.J.- Índice de Dependência de Jovens; I.D.I.- Índice de Dependência de Idosos								

Fonte: PORDATA (2024)

Relativamente ao índice de dependência total diminuiu de 74,6% para 67,6% em Alpiarça, traduzindo-se na diminuição da população inativa (jovens e idosos) face à população em idade ativa. Esta situação é idêntica à registada na sub-região da Lezíria do Tejo onde se verifica uma diminuição do índice de dependência total, tal como do índice de dependência de jovens e do índice de dependência de idosos.

3.4. POPULAÇÃO IMIGRANTE

Portugal tem sido, ao longo das últimas décadas, um país recetor de imigrantes. Segundo o Conselho Superior de Estatística⁶, nos anos 60 o maior número de população estrangeira era oriundo de países europeus. Entre os anos 80 e 2000 foi a população oriunda de África que teve mais expressão no nosso país. De acordo com o INE⁷, em 2011, a população imigrante era maioritariamente brasileira, o que se mantém em 2022.

⁶ Fonte: Conselho Superior de Estatística. (2006). Estatísticas dos movimentos migratórios (DOCT/1772/CSE/DSFA), consultado em 2024.

⁷ Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008627&contexto=bd&selTab=tab2, consultado em 2024.

Quadro 10 - População estrangeira com estatuto legal de residente (2018-2022)

Unidade Territorial	2018	2019	2020	2021	2022
Alpiarça	305	331	344	339	344
Lezíria do Tejo	7 423	9 271	10 946	12 276	13 867
Continente	466 366	576 540	648 079	683 669	764 349

Fonte: PORDATA (2024)

No quadro 10, é possível observar que o número de população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Alpiarça tem oscilado entre os anos de 2018 e 2022. Na Lezíria do Tejo e no Continente verifica-se um aumento constante neste intervalo de tempo.

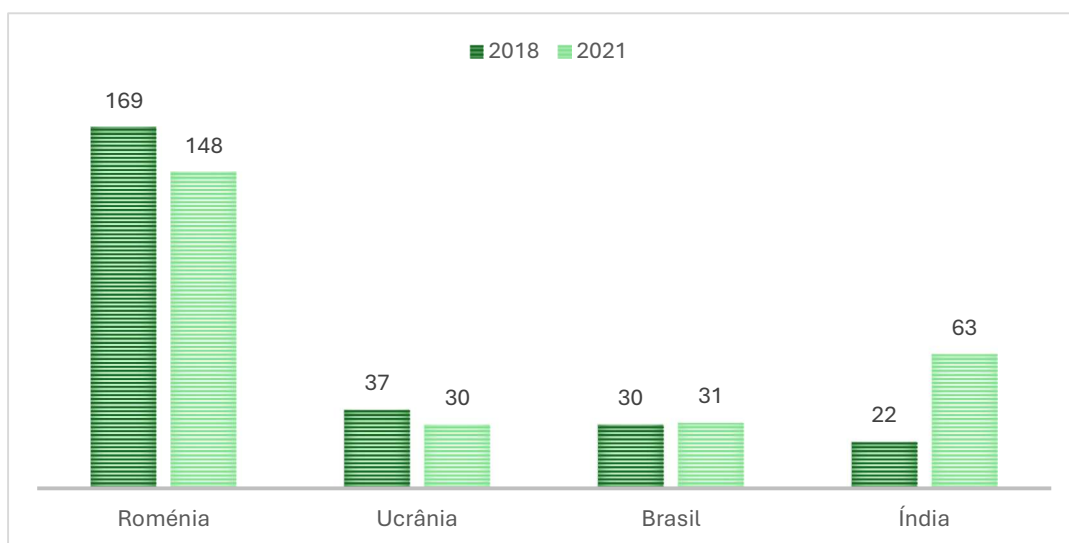
Quadro 11 - População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo no concelho de Alpiarça (2018-2022)

Sexo	2018	2019	2020	2021	2022
Masculino	167	186	195	194	196
Feminino	138	145	149	145	148
Total	305	331	344	339	344

Fonte: PORDATA (2024)

Com base no quadro acima apresentado, é possível afirmar que nos anos em análise existe uma predominância da população estrangeira com estatuto legal de residente do sexo masculino.

Gráfico 5 - População estrangeira residente por país de nacionalidade no concelho de Alpiarça (2018-2021)

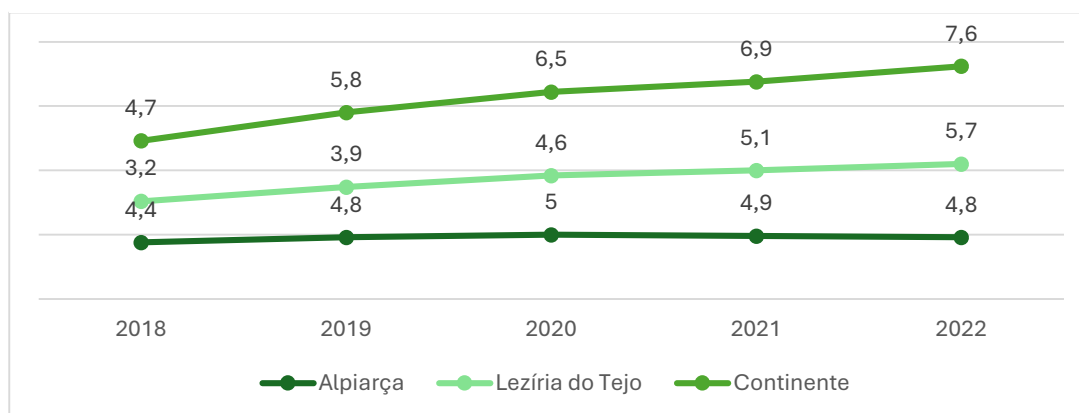


Fonte: SEFSTAT (2024)

Como mostra o gráfico 5, o país de nacionalidade estrangeira com mais expressão a residir no concelho de Alpiarça é a Roménia. O país de nacionalidade estrangeira em que ocorreu um aumento mais significativo foi a Índia, com mais 41 residentes em 2021.

Segundo a mesma fonte, outros países apresentam menor expressão, tais como: Países Baixos (11), França (10), China (8), Paquistão (8) e Reino Unido (6).

Gráfico 6 - População estrangeira residente em comparação com a população total (2018-2022) (%)



Fonte: PORDATA (2024)

De acordo com o gráfico 6, observa-se que a tendência global foi marcada pelo aumento

constante da população estrangeira residente. Em Alpiarça, a partir de 2020, houve um ligeiro decréscimo não significativo.

Quadro 12 - Alunos de nacionalidade estrangeira residente por nível de ensino e ano letivo (2020-2024)

Nível de Ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Pré-escolar	7	14	17	6
1º ciclo	7	17	22	34
2º ciclo	10	8	14	15
3º ciclo	13	11	15	18
Ensino Secundário	4	5	7	14
Total	41	55	75	87

Fonte: CMA - Gabinete de Educação/Plataforma SIGA (2024)

Numa análise ao quadro 12, é possível verificar que entre os anos letivos de 2020/2021 e 2023/2024, o número de alunos de nacionalidade estrangeira residente no concelho de Alpiarça aumentou.

O quadro que se segue demonstra a nacionalidade de alunos estrangeiros residentes referente aos últimos quatro anos letivos.

Quadro 13 - País de nacionalidade de alunos estrangeiros residentes por ano letivo (2020-2024)

País de Nacionalidade	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Angola	6	7	14	15
Brasil	10	17	25	30
China	1	1	0	0
Colômbia	0	0	2	2
Espanha	2	0	3	3
França	0	0	0	2
Índia	9	9	12	17
Moçambique	2	2	3	3
Paquistão	3	3	3	3
Reino Unido	1	2	2	1
Roménia	5	2	2	5
Ucrânia	2	12	9	6

Fonte: CMA - Gabinete de Educação/Plataforma SIGA (2024)

Este quadro, mostra que nos anos letivos em análise o país de nacionalidade predominante é o Brasil, seguindo-se da Índia.

4. BASE ECONÓMICA E SOCIAL

4.1. ATIVIDADES ECONÓMICAS

Em Alpiarça, em termos setoriais, predomina o setor de atividade terciário e primário, tanto a nível de empresas individuais como a nível de sociedades, como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 14 - Empresas individuais e sociedades do concelho de Alpiarça, por setor de atividade (2011-2022)

Setores de Atividade	Empresas individuais		Sociedades	
	2011	2022	2011	2022
	(N-%)	(N-%)	(N-%)	(N-%)
Primário	136 – 24,1%	134 – 23,2%	52 – 28,4%	75 – 32,1%
Secundário	49 – 8,7%	48 – 8,3%	42 – 22,9%	39 – 16,7 %
Terciário	379 – 67,2%	395 – 68,3%	89 – 48,5%	120 – 51,2%
Total	564 – 100%	577 – 100%	183 – 100%	234 – 100%

Fonte: PORDATA (2024)

O quadro 15 permite verificar que no concelho de Alpiarça, o peso do setor de atividade primário é superior à média sub-regional e nacional.

Quadro 15 - Empresas individuais e sociedades, por setor de atividade (2022) (%)

Unidade Territorial	Primário		Secundário		Terciário	
	Empresas individuais	Sociedades	Empresas individuais	Sociedades	Empresas individuais	Sociedades
Alpiarça	23,2	32,1	8,3	16,7	68,3	51,2
Lezíria do Tejo	13,2	14,9	9,1	18,8	77,5	66,4
Continente	10,2	4,1	8,7	20,1	81,1	75,9

Fonte: PORDATA (2024)

Estes dados alteram-se quando nos referimos à população ativa, ou seja, ainda que continue a dominar o setor terciário, em segundo lugar passa a constar o setor secundário e por fim o primário, como se pode constatar no quadro 16.

Quadro 16 - Estrutura da população ativa (2011-2021) (%)

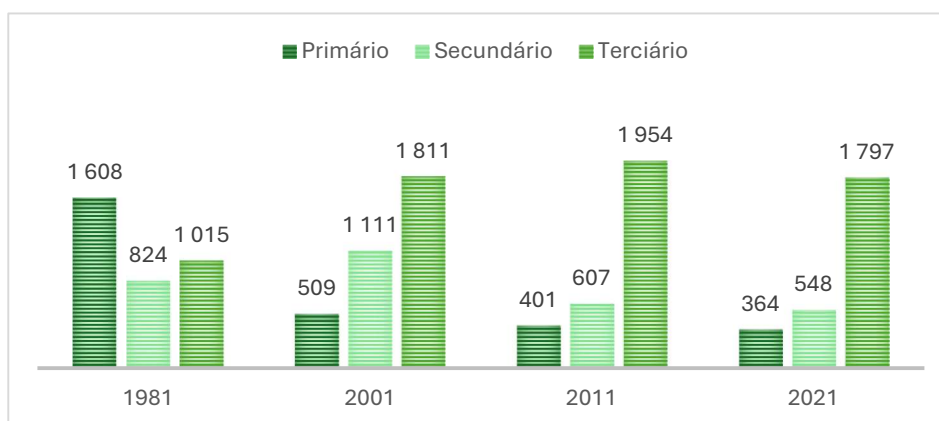
Unidade Territorial	2011			2021		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Alpiarça	13,5	20,5	66	13,4	20,2	66,3
Lezíria do Tejo	7,3	24,2	68,5	7,6	22,6	69,9
Continente	2,9	26,9	70,2	2,8	25,2	71,9

Fonte: PORDATA (Censos, 2011 e 2021)

Nos últimos anos o concelho de Alpiarça acompanhou o processo de terciarização verificado a nível nacional.

No que concerne à população ativa esta é superior à média sub-regional e nacional no setor primário.

Gráfico 7 - Evolução da população empregada por setor de atividade em Alpiarça (1981-2021)



Fonte: INE (Censos, 1981/2001/2011/2021)

O gráfico 7 permite verificar que o peso dos três setores tem vindo a apresentar uma variação significativa. Enquanto na década de 80 o setor primário era o que empregava a maior parte da população do concelho, em 2021 o setor dos serviços ocupa já cerca de 2/3 da população

ativa.

Quadro 17 - Empresas do setor secundário e terciário, por atividade económica, no concelho de Alpiarça (2011-2022)

		2011		2022	
Atividade Económica		Nº	%	Nº	%
Secundário	Indústria Transformadora	38	41,8	33	37,9
	Construção	52	57,1	48	55,1
Terciário	Comércio; reparação de veículos	151	32,3	146	28,3
	Transportes e armazenagem	8	1,7	11	2,1
	Alojamento, restauração e similares	54	11,5	44	8,5
	Atividade Consultoria, científicas, técnicas e similares	53	11,3	52	10,1
	Atividades Administrativas e dos Serviços de apoio	54	11,5	83	16,1
	Educação	46	9,8	42	8,2
	Atividades de saúde humana e apoio social	40	8,5	60	11,7

Fonte: INE – (Sistemas de Contas Integradas das Empresas, 2024)

A atividade económica com maior representatividade no setor secundário é a construção. Relativamente ao setor terciário, a atividade económica com maior representatividade é o comércio e reparação de veículos.

4.2. EMPREGO

Entre 2011 e 2021 a população ativa, no concelho de Alpiarça, diminuiu cerca de 4,2%, passando de 52,5% para 48,3%. Esta tendência também se verificou a nível sub-regional e nacional, embora com decréscimos menos acentuados, tais como 3,3% e 2,8% respetivamente.

Quadro 18 - Taxa de atividade da população em idade ativa (2011-2021) (%)

Unidade Territorial	Taxa de Atividade	
	2011	2021
Alpiarça	52,5	48,3
Lezíria do Tejo	54,6	51,3
Continente	55,8	53,4

Fonte: PORDATA (Censos, 2011 e 2021)

Quadro 19 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça (2021-2023)

Ano Civil	Menor Número/Mês	Maior Número/Mês
2021	134 / setembro	247 / março
2022	131 / julho	191 / março
2023	144 / junho	204 / dezembro

Fonte: IEFP (2024)

O desemprego registado no IEFP no concelho de Alpiarça nos anos 2021, 2022 e 2023 apresentou valores mais elevados nos meses de inverno e um número menos elevado nos meses de verão, como nos mostra o quadro 19.

Quadro 20 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça por género (2021-2023)

Ano Civil	Género	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2021	H	66	97	98	79	66	58	52	48	48	57	66	64
	M	117	142	149	138	110	94	97	99	86	97	94	101
2022	H	57	57	68	60	48	43	45	52	61	75	74	70
	M	102	108	123	98	93	90	86	83	83	81	65	62
2023	H	81	84	81	80	70	67	68	70	78	89	102	104
	M	85	95	97	96	81	77	91	86	90	85	86	100

Fonte: IEFP (2024)

Numa análise ao quadro, é possível verificar que em todos os anos civis analisados a tendência é para um maior número de mulheres desempregadas face aos homens.

Quadro 21 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça face ao tempo de inscrição (2021-2023)

Ano Civil	Tempo de inscrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2021	< 1 ano	146	180	185	159	116	98	97	94	80	96	103	107
	≥ 1 ano	57	59	62	58	60	54	52	53	54	58	57	58
2022	< 1 ano	95	108	139	118	108	94	94	97	108	118	100	99
	≥ 1 ano	64	57	52	40	33	39	37	38	36	38	39	33
2023	< 1 ano	129	136	133	120	107	100	116	109	120	132	150	167
	≥ 1 ano	37	43	45	56	44	44	43	47	48	42	38	37

Fonte: IEFP (2024)

Através do quadro 21 pode-se concluir que, no que respeita ao tempo de inscrição a maioria dos desempregados encontra-se com inscrição ativa, no IEFP, há menos de 1 ano.

Quadro 22 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça face à procura de emprego (2021-2023)

Ano Civil	Situação	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2021	1º emprego	12	14	11	12	13	16	18	14	12	15	13	9
	Novo emprego	191	225	236	205	163	136	131	133	122	139	147	156
2022	1º emprego	11	10	10	13	14	10	9	11	12	13	12	9
	Novo emprego	148	155	181	145	127	123	122	124	132	143	127	123
2023	1º emprego	13	14	14	13	11	11	12	12	14	16	16	15
	Novo emprego	153	165	164	163	140	133	147	144	154	158	172	189

Fonte: IEFP (2024)

Tendo em conta o quadro 22, pode verificar-se que a população ativa desempregada do concelho de Alpiarça, inscrita no IEFP, encontra-se maioritariamente à procura de um novo emprego.

Quadro 23 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça segundo os níveis de escolaridade (2021-2023)

Ano Civil	Nível Escolar	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2021	< 1º ciclo EB	10	12	13	10	7	8	6	7	8	9	5	9
	1º ciclo EB	29	35	42	39	25	22	25	30	18	18	19	22
	2º ciclo EB	26	26	29	24	17	17	19	14	13	18	23	23
	3º ciclo EB	46	56	56	49	40	36	32	31	23	28	30	43
	Secundário	57	71	72	65	57	43	40	32	43	48	54	43
	Superior	35	39	35	30	30	26	27	33	29	33	29	25
Ano Civil	Nível Escolar	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2022	< 1º ciclo EB	9	14	24	20	14	11	9	9	18	19	9	9
	1º ciclo EB	21	24	25	22	19	18	17	17	19	19	16	23
	2º ciclo EB	22	25	28	20	18	18	22	19	13	18	23	23
	3º ciclo EB	45	37	42	34	22	19	19	23	22	25	22	22
	Secundário	42	45	47	39	47	47	47	47	51	51	46	37
	Superior	20	20	25	23	21	20	17	20	21	24	23	18
Ano Civil	Nível Escolar	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2023	< 1º ciclo EB	9	11	13	12	10	9	8	6	11	10	13	25
	1º ciclo EB	24	30	34	33	29	24	25	24	27	22	25	21
	2º ciclo EB	25	21	13	14	16	19	21	18	25	28	30	25
	3º ciclo EB	32	34	39	37	27	30	37	40	34	42	44	45
	Secundário	53	58	54	55	47	44	49	46	44	43	47	58
	Superior	23	25	25	25	22	18	19	22	27	29	29	30

Fonte: IEFP (2024)

No que respeita aos dados relativos ao nível da escolaridade dos desempregados no concelho de Alpiarça, inscritos no IEFP, contata-se que a sua maioria possui o ensino secundário. Comparando todas as habilitações literárias, pode-se afirmar que os indivíduos com menos qualificações são os que têm menor número de desempregados inscritos.

Quadro 24 - Desemprego registado no concelho de Alpiarça segundo o grupo etário (2021-2023)

Grupo Etário	2021											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
< 25	27	32	34	31	22	21	18	19	19	23	23	14
25-34	42	45	45	38	35	31	30	25	29	31	28	34
35-54	73	90	93	85	69	56	53	56	46	53	59	65
> 54	61	72	75	63	50	44	48	47	40	47	50	52

Grupo Etário	2022											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
< 25	18	21	26	19	17	11	9	11	14	20	18	16
25-34	32	31	43	38	35	37	34	34	41	42	25	21
35-54	59	56	65	59	54	51	51	54	55	58	57	53
> 54	50	57	57	42	35	34	37	36	34	36	39	42

Grupo Etário	2023											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
< 25	24	26	25	22	12	13	15	20	22	23	28	26
25-34	32	35	31	33	31	34	32	32	33	38	42	44
35-54	63	67	70	65	58	52	67	63	70	72	81	97
> 54	47	51	52	56	50	45	45	41	43	41	37	37

Fonte: IEFP (2024)

Dentro dos grupos etários definidos, o intervalo de tempo que apresenta o maior número de desempregados inscritos no IEFP situa-se na faixa etária dos 35 aos 54 anos.

Quadro 25 - Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, por atividade económica a nível nacional (2011-2022)

Atividade Económica	2011	2018	2022
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	809,2	896,4	1 058,4
Indústrias extrativas	1 145,9	1 403,2	1 702,2
Indústrias transformadoras	981	1 110,5	1 302,6
Elettricidade, gás e água	2 663,5	2 948,6	3 040,9
Construção	958	993,2	1 149,6
Comércio, reparação de veículos	1 003,8	1 099	1 280,5
Alojamento, restauração e similares	730	820	977,8
Transportes e armazenagem	1 337,9	1 426	1 651,4
Atividades financeiras e de seguros	2 259,5	2 321,4	2 429
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1 054,9	1 099,6	1 293,6
Educação	1 202,7	1 272,4	1 477,6
Saúde e Ação Social	942,3	1 045,1	1 186,8
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1 775,7	2 324	3 245,9

Fonte: PORDATA (2024)

O quadro 25 permite verificar que em Portugal o setor do alojamento, restauração e similares apresenta os ganhos médios mensais mais baixos e o setor dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais os ganhos médios mensais mais elevados.

5. HABITAÇÃO

5.1. ALOJAMENTOS FAMILIARES, EDIFÍCIOS E FAMÍLIAS RESIDENTES NO CONCELHO

Com base no quadro abaixo apresentado, é possível constatar que em 2021 existiam em Alpiarça 4 099 alojamentos familiares, correspondentes a 3 524 edifícios, ocupados pelos 6 975 residentes⁸ do concelho, agrupados em 2 885 famílias.

Quadro 26 - Evolução dos alojamentos familiares e famílias residentes no concelho de Alpiarça (2011-2021)

Unidade Territorial	2011		2021	
	Alojamentos Familiares	Famílias Residentes	Alojamentos Familiares	Famílias Residentes
Alpiarça	4 058	3 003	4 014	2 885

Fonte: INE (Censos 2011 e 2021)

Em comparação com o ano de 2011, verifica-se uma diminuição das famílias residentes e dos alojamentos familiares.

Ao nível da distribuição de famílias e alojamentos pelo concelho, é na sede de concelho que se encontra o maior número, sendo também nesta que se regista, em termos demográficos, o maior peso populacional.

⁸ Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3, consultado em 2024

5.2. CARATERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

5.2.1. ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, é entre os anos de 1961 e 1980 que se regista o maior número de construções de edifícios, contrariamente ao que se verificou na década, de 2011 a 2021, em que este número diminuiu significativamente.

Quadro 27 - Edifícios segundo época de construção (1919-2021)

Época de Construção	Nº de Edifícios
Antes de 1919	68
De 1919 a 1945	305
De 1946 a 1960	561
De 1961 a 1980	1 245
De 1981 a 1990	420
De 1991 a 2000	362
De 2001 a 2010	459
De 2011 a 2021	43
Total	3 463

Fonte: INE (Censos 2021)

5.2.2. FORMAS DE OCUPAÇÃO

De acordo com os Censos de 2021, existiam no concelho 4 013 alojamentos familiares clássicos, sendo que destes 3 310 estão ocupados e 703 estão vagos.

Quadro 28 - Alojamentos familiares no concelho de Alpiarça, segundo a forma de ocupação (2021)

Alojamentos Familiares	Clássicos	Ocupados	Residência habitual	2883
			Uso sazonal ou secundário	427
		Vagos	Venda ou arrendamento	328
			Outros	375
	Não clássicos			1

Fonte: INE (Censos 2021)

De acordo com o quadro acima a maioria dos alojamentos familiares clássicos ocupados, eram residências habituais, sendo os restantes destinados a uso sazonal ou secundário. Relativamente aos alojamentos familiares clássicos vagos, cerca de metade encontrava-se para venda ou arrendamento e os restantes destinavam-se a outros fins.

5.2.3. DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS

Ao nível da dimensão das famílias verifica-se que no concelho de Alpiarça predominam as famílias clássicas com duas pessoas, representando 35,3%, seguidamente as famílias com uma pessoa, em número também significativo (26,1%). As famílias com menos representatividade, são as famílias mais numerosas, com 5 ou mais pessoas (4,30%).

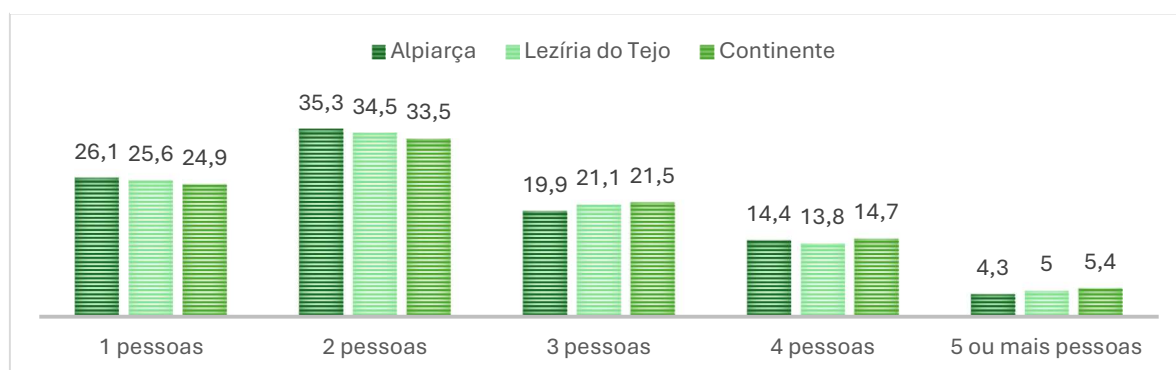
Quadro 29 - Dimensão das famílias clássicas no concelho de Alpiarça (2021)

Famílias Clássicas		
Dimensão (pessoas)	Nº	%
1	753	26,1
2	1 019	35,3
3	575	19,9
4	414	14,4
+5	124	4,30

Fonte: INE (Censos 2021)

Importa salientar que a dimensão das famílias residentes no concelho de Alpiarça acompanha a tendência da Lezíria do Tejo e do Continente, como se observa no gráfico seguinte.

Gráfico 8 - Famílias residentes segundo a sua dimensão em Alpiarça, Lezíria do Tejo e Continente (2021) (%)



Fonte: INE – (Censos 2021)

5.2.4. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Quadro 30 - Sistemas de aquecimento nos alojamentos familiares ocupados como residência habitual (2011 e 2021)

Anos	Aquecimento Central	Aquecimento Não Central				Sem Aquecimento disponível	Total
		Lareira aberta	Recuperador de calor	Aparelhos			
				Moveis	Fixos		
2011	138	979	298	1 114	286	180	2 995
2021	167	779	298	899	205	535	2 883

Fonte: INE (Censos e Recenseamentos da Habitação 2011 e 2021)

Analisando o quadro anterior, pode-se afirmar que em 2021, houve mais famílias a optarem pelo aquecimento central nas suas residências habituais em relação a 2011. A lareira aberta, os aparelhos móveis e fixos, todos considerados aquecimentos não centrais, diminuíram nos alojamentos familiares em 2021.

Também se verifica que o alojamento familiar sem aquecimento disponível, em 2021, aumentou significativamente em relação a 2011.

5.3. CARATERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL

O Parque Habitacional Municipal é constituído, atualmente, por 21 fogos, destes, 18 localizam-se num bairro social, designado de Bairro dos 46 fogos, 1 localiza-se no Bairro 25 de Abril e 2 em ruas independentes. Da totalidade destes fogos, três são de tipologia T2, onze são de tipologia T3 e sete são de tipologia T4.

Existem também no concelho quatro habitações pertencentes à paróquia de Alpiarça, nas quais habitam famílias com algumas dificuldades económicas.

6.SAÚDE

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o sistema de saúde deverá ser universal, generalista e gratuito dando, desta forma, uma resposta a todos aqueles que o procuram.

6.1. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DE ALPIARÇA

No concelho de Alpiarça, no que se refere aos recursos materiais, pode considerar-se que existe uma rede que disponibiliza os serviços básicos e mais procurados na área da saúde.

Quadro 31 - Equipamentos de saúde do concelho de Alpiarça (2023)

Equipamentos de Saúde	
Hospital	-
Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)	1
Unidade de Saúde Familiar (USF)	1
Extensão de Saúde	-
Clínicas de Medicina Dentária	3
Policlínicas	2
Consultório Médico Particular	1
Análises Clínicas	2
Farmácias	3
Total	11

Fonte: Unidade de Saúde de Alpiarça (2024)

Como é possível verificar no quadro 31, existem onze estabelecimentos que dão resposta a algumas áreas dos cuidados de saúde.

Relativamente à Unidade de Saúde, esta encontra-se aberta ao público de segunda a sexta-feira das 08h00 às 18h00, quer na USF Alpiarça, como na UCC Alpiarça, sendo neste horário asseguradas as seguintes atividades assistenciais, por parte da equipa de saúde de Alpiarça:

USF Alpiarça:

- Medicina geral e familiar;
- Planeamento familiar;
- Saúde materna;
- Saúde infantil;
- Vigilância da diabetes;
- Vigilância da hipertensão arterial e dislipidémias;
- Vacinação;
- Tratamentos (pensos, injetáveis e outros).

UCC Alpiarça:

- Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI);
- Equipa de Saúde Escolar;
- Curso de Preparação para o Nascimento;
- Curso de Recuperação Pós-Parto;
- Intervenção no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância;
- Intervenção no âmbito da Equipa Comunitária de Saúde Mental;
- Representação da Saúde na Comissão Restrita da CPCJ;
- Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco;
- Equipa de Prevenção da Violência em Adultos;
- Profissionais de Referência no Estatuto do Cuidador Informal;
- Representação da Saúde no Núcleo Executivo do CLAS;
- Representação da Saúde no Conselho Municipal de Educação;
- Representação da Saúde no Conselho Municipal de Saúde;
- Representação da Saúde no NLI.

O horário de atendimento é ainda alargado aos fins-de-semana e feriados, entre as 14h00 e as 18h00, em que a UCC Alpiarça, através da sua ECCI de Alpiarça, presta cuidados domiciliários de enfermagem a utentes com elevado nível de dependência e que apresentam maior complexidade e exigência de cuidados.

Existe igualmente, em cada unidade funcional de Alpiarça uma Equipa Referenciadora (ER) da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que mediante sinalização de qualquer utente, família ou parceiro na comunidade, avalia os critérios de saúde



presentes e referencia para as diferentes tipologias de internamento, assim como para a tipologia comunitária em ECCL.

Para além das respostas em ambulatório e domiciliárias, desenvolve, também, um trabalho de parceria como é o caso das atividades de colaboração/representação no Programa Nacional de Saúde Escolar – Agrupamento de Escolas de Alpiarça.

Relativamente à saúde pública, a unidade realiza vistorias, vigilância de águas, bem como contratualização de consultas de saúde oral.

Os utentes, para acederem a um serviço de urgência, deslocam-se ao Hospital de Santarém, sendo que em caso de emergência poderão usufruir de resposta dos tripulantes de ambulância Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e/ou de equipa da Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER), mediante triagem/acionamento do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), através do 112.

Passando para os estabelecimentos farmacêuticos, estes localizam-se na sede de concelho.

Em relação a clínicas de medicina dentária, existem no concelho três.

Existe um consultório médico particular e duas policlínicas que presta serviços de Clínica Geral, Ortopedia, Pneumologia, Ginecologia, Pediatria, Alergologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Geral, Neurologia, Neurocirurgia, Terapia da Fala, Psicologia Clínica e Nutricionismo.

6.2 UNIDADES DE SAÚDE DE ALPIARÇA

Quadro 32 - Unidade de Saúde de Alpiarça (2024*)

Nº Médicos na USF Alpiarça		4
Nº Médicos por 1000 habitantes		1,76
Nº Enfermeiros na USF		4
Nº Enfermeiros por 1000 habitantes		1,76
Nº Enfermeiros na UCC		8
Pessoal ao Serviço	Administrativos	3
	Auxiliares	3
	Psicólogo (UCC)	1
	Técnico de Saúde Ambiental	1
	Técnica de Serviço Social (UCC)	1
	Terapeuta Ocupacional (UCC)	1

Fonte: ULS da Lezíria (2024)

*Dados referentes a maio

No que respeita aos recursos humanos provenientes quer da Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), como da Unidade de Saúde Pública (USP), a unidade conta, igualmente, com um psicólogo e um técnico de eletrocardiografia.

A Unidade de Saúde de Alpiarça, ao nível de viaturas conta com uma viatura da USF, uma viatura da UCC e carro de emergência com AMBU e Desfibrilhador Automático Externo (DAE).

Quadro 33 - Inscritos por sexo e grupo etário na USF de Alpiarça (2024*)

Grupo Etário	Nº Utentes Inscritos		Total
	Sexo		
	Masculino	Feminino	
≥ 0 e < 7 anos	167	166	333
≥ 7 e < 65 anos	2 189	2 148	4 337
≥ 65 e < 75 anos	432	504	936
≥ 75 anos	415	681	1 096
Total	3 203	3 499	6 702

Fonte: ULS da Lezíria (2024)

*Dados referentes a maio

Como é possível verificar pelo quadro 33, em 2024, estavam inscritos 6 702 utentes na USF de Alpiarça. Destes, apenas 9 estavam integrados num ficheiro sem médico atribuído, sendo que 1 utente não tinha médico por opção. Contudo, a prestação de cuidados de saúde a estes utentes estava a ser assegurada por um médico todos os dias úteis. Importa ainda referir que todos os utentes sem médico pertencem à faixa etária adulta.

Quadro 34 - Consultas médicas e de enfermagem, número de utilizadores por sexo e grupo etário na USF de Alpiarça (2023)

Grupo Etário	Consultas Médicas		Consultas de Enfermagem	
	Nº Consultas	Nº Utilizadores	Nº Consultas	Nº Utilizadores
≥ 0 e < 7 anos	759	580	1 768	981
≥ 7 e < 65 anos	4 863	4 091	8 461	5 515
≥ 65 e < 75 anos	1 837	1 542	3 036	1 840
≥ 75 anos	1 900	1 605	4 486	2 068
Total	9 359	7 818	17 751	10 404

Fonte: ULS da Lezíria (2024)

Através da análise do quadro 34, no ano de 2023, podemos verificar que existiram mais utilizadores em consultas médicas e de enfermagem em relação ao número de utentes

inscritos na USF, uma vez que foram contabilizadas as inscrições esporádicas.

Quanto às razões que originaram a procura de saúde desta população, destacamos a seguinte hierarquia a que podemos denominar do “Top 10 das doenças”, por ordem decrescente:

- Hipertensão arterial Sem Complicações;
- Diabetes não insulino-dependente;
- Síndrome Vertebral com Irradiação de Dores;
- Obesidade;
- Perturbação Depressiva;
- Perturbação do Sono;
- Dislipidémia;
- Contraceção (outras causas);
- Hipertensão com Complicações;
- Síndrome do Ombro Doloroso.

Quadro 35 - Consultas de enfermagem no domicílio na UCC Alpiarça (2023)

Domicílios Enfermagem	Nº Contatos	Nº Utilizadores
Total	2 847	167

Fonte: ULS da Lezíria (2024)

Como é possível verificar no quadro 35, no ano de 2023, foram realizados 2 847 contatos de enfermagem no domicílio, correspondendo a 167 utilizadores.

6.3 SAÚDE MENTAL

A OMS define a saúde mental, como o estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, pode fazer face ao stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a comunidade em que se insere.

Na Lezíria do Tejo, o número de casos de diagnóstico de doença mental nos diversos serviços, acrescido da falta de respostas institucionais, têm-se revelado um problema cada vez mais discutido em diversos contextos de organização social do território.

Analisando o suicídio de forma isolada, em Alpiarça, o número de suicídios/tentativas de suicídio, segundo os dados constantes na plataforma Módulo de Informação e Monitorização das Unidades Funcionais (MIM@UF) /Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) (2024), no ano de 2023, aponta para um total de 12 casos, 1 no sexo feminino e 11 do sexo masculino, destacando-se na faixa etária dos 45 aos 64 anos (10 casos).

Segundo a mesma fonte (MIM@UF, 2024), foram identificados 44 casos de psicoses afetivas, 27 no sexo feminino e 17 no sexo masculino, predominando nas faixas etárias dos 24 aos 44 anos (8 casos), dos 45 aos 64 anos (20 casos) e dos 65 ou mais anos (15 casos).

Relativamente a outro tipo de psicoses orgânicas, foram identificados no concelho 7 casos, 5 no sexo feminino e 2 no sexo masculino, ocorreram na faixa etária dos 24 aos 44 anos (6 casos) e na faixa dos 45 aos 64 anos (1 caso).

No que diz respeito a perturbações do sono, foram diagnosticados em Alpiarça, no ano de 2023 (MIM@UF, 2024), 577 casos no total, 333 no sexo masculino e 244 no sexo feminino, com mais relevância na faixa etária dos 65 ou mais anos (297 casos), seguindo-se da faixa etária dos 45 aos 64 anos (213 casos) e nas faixas dos 24 aos 44 anos (64 casos).

Outro diagnóstico em crescendo, no pós-pandemia, é o distúrbio ansioso/estado de ansiedade com 51 casos no concelho, 40 no sexo masculino e 11 no sexo feminino.

Foram identificados 19 casos de esquizofrenia no concelho, 18 no sexo masculino e 1 no sexo feminino, com relevo nas faixas etárias dos 24 aos 44 anos (9 casos) e dos 45 aos 64 anos (9 casos), havendo 1 caso na faixa etária dos 65 ou mais anos.



Já os casos de demência apontam para números mais elevados, perfazendo um total de 87 casos, mais recorrentes no sexo feminino com 57 casos e na faixa etária dos 65 ou mais anos (55 casos). O mesmo se verifica nos casos de alteração de memória, tendo sido identificados 31 casos, 16 casos pertencentes ao sexo feminino e 15 ao sexo masculino, predominantemente, na faixa etária dos 65 ou mais anos (28 casos).

A perturbação depressiva afeta um número mais elevado de munícipes, tendo sido apurado um total de 698 casos, dos quais, 538 casos no sexo feminino. A faixa etária com mais representatividade no número total de casos, é a faixa dos 45 aos 64 anos (324 casos), seguindo-se da faixa etária dos 65 ou mais anos (213 casos), e a faixa etária dos 24 aos 44 anos (150 casos).

No que diz respeito ao abuso crónico de álcool, foram identificados no concelho de Alpiarça, 96 casos, predominantes no sexo masculino (86 casos) e com representação equitativa nas faixas etárias dos 45 aos 64 anos (44 casos) e dos 65 ou mais anos (46 casos). Foi identificado 1 caso de abuso agudo de álcool, do sexo masculino, na faixa etária dos 45 aos 64 anos.

No que concerne ao abuso de drogas, constata-se que no município de Alpiarça foram registados 23 casos, predominante no sexo masculino (21 casos). O mesmo registo aponta para um número mais elevado de consumos, nas faixas etárias dos 24 aos 44 anos (11 casos), seguindo-se da faixa etária dos 45 aos 64 anos (10 casos). Na faixa etária dos 65 ou mais anos foi registado 1 caso, assim como na faixa dos 10 aos 19 anos.

7. EDUCAÇÃO

Segundo a Constituição da República, “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidade de acesso e êxito escolar”, (art.º 74 da Constituição da República Portuguesa). Este direito deve ser assegurado pelo Estado.

Os equipamentos coletivos de âmbito educativo constituem uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das populações, sendo concomitantemente instrumentos de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumentos de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De acordo com a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (com alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, e n.º 49/2005, de 30 de agosto), o sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar.

7.1. POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO

Quadro 36 - Níveis de instrução da população residente (2021) (%)

Unidade Territorial	Nenhum	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Alpiarça	8,2	27,8	9,1	18,1	22	1,2	13,6
Lezíria do Tejo	7,3	24	9,8	19,2	23,5	1,2	15,1
Continente	5,8	22,2	9,4	17,8	23,6	1,1	20

Fonte: INE (Censos, 2021)

O quadro anterior permite verificar que a maior parte da população do concelho de Alpiarça, possuía o ensino básico (55%), destacando-se dentro deste, o 1º ciclo (27,8%). No entanto, importa salientar que a população sem qualquer nível de ensino ainda representa uma percentagem de 8,2%, que é relativamente mais alta à média sub-regional e nacional.

Os dados analisados confirmam que a população residente mantém baixo nível de escolaridade, visto que cerca de 63% da população tem níveis de instrução iguais ou

inferiores ao ensino básico. Contudo, há que ressaltar que estes valores são semelhantes aos da Lezíria do Tejo e do Continente.

Quadro 37 - Taxa de analfabetismo (2011 e 2021) (%)

Unidade Territorial	2011	2021
Alpiarça	9,2	5,1
Lezíria do Tejo	7,5	4,3
Continente	5,2	3

Fonte: INE (Censos, 2011 e 2021)

No quadro 37, é possível observar que a taxa de analfabetismo no concelho de Alpiarça, entre o ano de 2011 e o ano de 2021, reduziu cerca de 4%. Esta redução também se verifica na Lezíria do Tejo (3,2%), bem como no Continente (2,2%). Contudo, a taxa de analfabetismo verificada em 2021, no concelho de Alpiarça, permanece superior à média sub-regional e nacional.

Quadro 38 - População residente no concelho de Alpiarça, segundo o sexo e o nível de ensino atingido (2021)

Sexo	População (2021) *	Nenhum	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Pós-secundário	Ensino Superior
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Masculino	2 848	149	740	324	598	692	41	304
Feminino	3 272	353	962	234	509	654	34	526
Total	6 120	502	1 702	558	1 107	1 346	75	830

Fonte: INE (Censos, 2021)

*A partir dos 15 anos de idade

Analisando este quadro, relativamente à inexistência de qualquer escolaridade, o número apresentado pelo sexo feminino é superior ao do sexo masculino, o que também se verifica em relação ao ensino superior.

7.2. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

No concelho de Alpiarça a oferta de ensino abrange a educação pré-escolar, o ensino básico (incluindo três ciclos de ensino) e o ensino secundário. Os estabelecimentos da rede pública fazem parte do AEJR. Este foi criado no ano letivo de 2003/2004 e está sediado na Escola EB 2,3/S de José Relvas.

Os estabelecimentos da rede pública incluem uma escola do 1º ciclo com jardim-de-infância localizada no Frade de Baixo, uma escola do 1º ciclo com jardim-de-infância localizada em Alpiarça, uma escola com o 1º ciclo localizada em Alpiarça (Escola Prof. Abel Avelino) e, finalmente, a escola sede de agrupamento, localizada na vila de Alpiarça, onde são lecionados os 2º e 3º ciclos do ensino básico, bem como o ensino secundário (EB 2,3/S José Relvas).

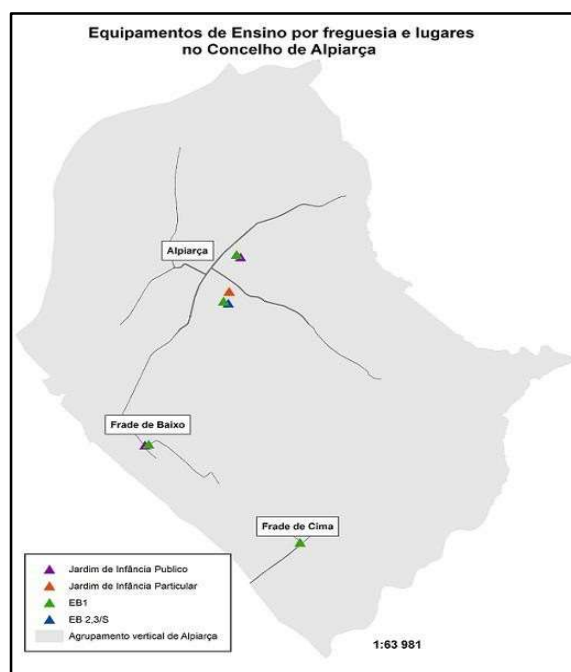
Quadro 39 - Tipologia dos estabelecimentos de ensino no concelho de Alpiarça

Local	J.I.	E.B. 1	E.B. 2,3/S	Escola Profissional	Ensino Superior
Sede de Concelho	2*	2	1	-	-
Frade de Baixo	1	1	-	-	-
Total	3	3	1	-	-

Fonte: CMA (2024)

*Inclui o Jardim de Infância da Fundação José Relvas

Figura 3 - Equipamentos de ensino por freguesia e lugares no concelho de Alpiarça



Fonte: CMA – Gabinete de Educação (2024)

A distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino no município de Alpiarça realça a importância da sede de concelho, uma vez que é onde são ministrados todos os níveis de ensino (incluindo o ensino secundário e profissional). A escola do Frade de Cima, atualmente, não se encontra em funcionamento.

7.2.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

No concelho de Alpiarça, a rede de educação pré-escolar é constituída por três estabelecimentos da autarquia localizados, um deles na EB1/JI de Alpiarça, outro no aglomerado do Frade de Baixo e um estabelecimento numa Instituição Particular de Solidariedade Social localizado na sede de concelho – Fundação José Relvas.

O Jardim de Infância (J.I.) da vila de Alpiarça localiza-se na sede do concelho, contendo cinco salas, cozinha/copa e sala polivalente. Duas destas salas destinam-se a Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), onde se realizam atividades de Expressão Plástica, Expressão Dramática, Expressão Físico-Motora, Culinária, Expressão Musical e Expressão Ambiental.

Na sede do concelho localiza-se o JI da Fundação José Relvas, constituído por creche e pré-escolar, que dispõem de três salas (todas em funcionamento) e uma cozinha/copa.

No lugar do Frade de Baixo, foi construído no ano 2000, no espaço anexo à escola do 1º ciclo, um Jardim de Infância com uma sala, onde também existe serviço de almoço.

Relativamente ao estado de conservação dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar, pode-se analisar através do quadro abaixo que, de uma forma geral, apresentam uma avaliação maioritariamente satisfatória.

Quadro 40 - Caraterização dos estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho de Alpiarça em 2023/2024

Estabelecimento	Propriedade	Ano de Construção	Construção de Raiz	Estado de Conservação Geral	Nº de Salas	Nº de Salas Ocupadas	Serviço de Almoço	Espaços de Apoio					
								Cozinha/Copa	Sala Polivalente	Recreio Coberto	Recreio Descoberto	Sanitários	Campo de Jogos
EB 1 / JI de Alpiarça	Público	2011	N	B	5	5	S	R	B	R	B	B	B
Jardim de Infância do Frade de Baixo	Público	2000	S	B	1	1	S	B	I	D	B	B	R
Centro Infantil da Fundação José Relvas	IPSS	1950	N	B	3	3	S	B	R	I	B	R	B

Fonte: CMA - Gabinete Educação e Fundação José Relvas (2024)

*Estado de Conservação: B: Bom; R: Razoável; D: Deficiente; I: Inexistente; N: Não; S: Sim

Quadro 41 - Recursos humanos e crianças no ensino pré-escolar no concelho de Alpiarça, por ano letivo (2019-2024)

Estabelecimento	Ano Letivo	Educadores	Assistentes Operacionais	Nº Crianças
J.I. de Alpiarça	2019/2020	3	3	52
	2020/2021	4	4	84
	2021/2022	4	5	92
	2022/2023	5	5	99
	2023/2024	5	5	83
J.I. do Frade de Baixo	2019/2020	1	1	7
	2020/2021	1	1	7
	2021/2022	1	1	12
	2022/2023	1	1	9
	2023/2024	1	1	10
J.I. da Fundação José Relvas	2019/2020	3	3	57
	2020/2021	3	3	46
	2021/2022	2	2	34
	2022/2023	2	2	42
	2023/2024	3	3	56

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas e Jardim de infância Fundação José Relvas (2024)

No que respeita aos recursos humanos do Jardim de Infância de Alpiarça é possível verificar que o número de educadores e assistentes operacionais tem vindo a aumentar. O JI do Frade de Baixo mantém igual o seu número de recursos humanos.

Relativamente ao número de crianças verificamos que, em todos os estabelecimentos, este não é constante nos anos letivos em análise.

7.2.2.1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A rede de estabelecimentos com oferta do 1º ciclo do ensino básico é assegurada por três estabelecimentos: dois localizados na vila sede de concelho (EB1/JI de Alpiarça e EB1 Prof. Abel Avelino) e um localizado no Frade de Baixo, todos eles pertencentes à rede pública. Estes estabelecimentos apresentam tipologias de construção distintos.

Conforme o seguinte quadro, no que diz respeito ao apetrechamento dos estabelecimentos, constata-se que todos possuem cozinha/copa, salas de atividades, recreio coberto, recreio descoberto e campo de jogos. A EB1 Prof. Abel Avelino e a EB1/JI de Alpiarça possuem biblioteca/centro de recursos.

A avaliação global do estado de conservação dos estabelecimentos é boa, exceto a EB1 Prof. Abel Avelino que é considerada razoável. Ainda assim, existem aspetos negativos como: a inexistência de sala polivalente nos três estabelecimentos e a inexistência de centro de recursos na EB1 do Frade de Baixo.

Quadro 42 - Caraterização dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico no concelho de Alpiarça em 2023/2024

Estabelecimento	Ano de Construção	Construção de Raiz	Nº de Edifícios	Estado de Conservação Geral	Nº de Salas	Nº de Salas Ocupadas	Serviço de Almoço	Espaços de Apoio							
								Cozinha/ Copa	Sala Polivalente	Sala de Atividades	Centro de Recursos / Biblioteca	Recreio Coberto	Recreio Descoberto	Campo de Jogos	Sanitários
EB1 / JI de Alpiarça	1965	N	1	B	10	10	S	R	I	D	R	R	B	B	B
EB1 Professor Abel Avelino	2011	N	1	R	8	7	S	B	I	R	B	D	R	B	B
EB1 do Frade de Baixo	1962	S	1	B	2	1	S	B	I	B	I	D	B	R	B

Fonte: CMA - Gabinete Educação (2024)

*Estado de Conservação: B: Bom; R: Razoável; D: Deficiente; I: Inexistente; N: Não; S: Sim

Quadro 43 - Recursos humanos e crianças no 1º ciclo do ensino básico no concelho de Alpiarça, por ano letivo (2019-2024)

Estabelecimento	Ano Letivo	Professores	Assistentes Operacionais	Nº Crianças
EB/J.I. de Alpiarça	2019/2020	3	2	48
	2020/2021	10	5	186
	2021/2022	10	6	194
	2022/2023	10	6	191
	2023/2024	5	2	86
EB1 Professor Abel Avelino	2019/2020	7	3	147
	2020/2021	0	0	0
	2021/2022	0	0	0
	2022/2023	0	0	0
	2023/2024	6	4	102
EB1 do Frade de Baixo	2019/2020	1	1	15
	2020/2021	1	1	12
	2021/2022	1	1	16
	2022/2023	1	1	12
	2023/2024	1	1	13

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas (2024)

Tendo em consideração a requalificação da EB 2,3/S José Relvas, nos anos letivos 2020/2021 a 2022/2023, concentraram-se na escola EB1/JI de Alpiarça os alunos do 1º ciclo, uma vez que a EB1 Professor Abel Avelino recebeu os alunos do 2º ciclo.

Após o término das obras, no ano letivo de 2023/2024 os alunos, professores e assistentes operacionais foram distribuídos pelos dois estabelecimentos de ensino.

7.2.3. 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

O 2º e 3º ciclo do ensino básico está presente na sede de concelho. A oferta é efetivada na Escola básica dos 2º e 3º ciclos de José Relvas, onde também é ministrado o ensino secundário.

Este estabelecimento constitui a sede do agrupamento vertical de Alpiarça, que inclui também as três escolas do 1º ciclo e os dois estabelecimentos do pré-escolar oficial do concelho.

Trata-se de um estabelecimento construído de raiz em 1978, de tipologia T29, sendo constituído por sete edifícios. Possui vinte e uma salas normais (uma delas de música), três laboratórios, três salas de artes, duas de informática, um auditório e uma sala do futuro. Possui ainda um pavilhão desportivo e refeitório.

A oferta de cursos na EB 2,3/S de José Relvas inclui, no caso dos Cursos Científico-Humanísticos (CCH) do ensino secundário, três cursos: Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas; no que se refere aos Cursos Profissionais (CP) do ensino secundário, a oferta inclui os Cursos de Técnico de Desporto, Programador Informático, sendo que o curso Técnico de Logística está previsto iniciar no ano letivo de 2024/2025.

O estado de conservação dos diversos espaços da escola é maioritariamente bom, tendo sido alvo de uma intervenção geral de remodelação total dos espaços e construção de um novo bloco, para onde passou a biblioteca, composto também por um auditório e uma sala do futuro.

Quadro 44 - Caraterização da escola EB 2,3/S do concelho de Alpiarça em 2023/2024

Ano de Construção	Tipologia	Construção de Raiz	Nº de Edifícios de Raiz	Estado de Conservação Geral	Salas Normais		Salas de Informática		Salas de Educação Visual e Tecnológica		Laboratórios	
					Nº	Estado de Conservação	Nº	Estado de Conservação	Nº	Estado de Conservação	Nº	Estado de Conservação
1978	T29	S	7	B	21	B	2	B	3	B	3	B

Cozinha	Sala de Convívio	Sala Polivalente	C. Recursos/ Biblioteca	Gabinete Administração	Gabinete Direção	Sala Professores	Espaço Exterior	Pavilhão	Campo de Jogos	Sanitários
B	R	R	B	B	B	B	B	R	R	B

Fonte: CMA - Gabinete Educação e DGEST (2024)

*Estado de Conservação: B: Bom; R: Razoável; D: Deficiente; I: Inexistente; N: Não; S: Sim

Quadro 45 - Recursos humanos e alunos no 2º e 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário no concelho de Alpiarça, por ano letivo (2019-2024)

Estabelecimento	Ano Letivo	Professores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Chefe de Serviços de Administração Escolar	Nº Alunos
EB 2,3/ S José Relvas	2019/2020	83	6	19	1	463
	2020/2021	82	5	19	1	436
	2021/2022	93	6	20	1	435
	2022/2023	88	6	20	1	462
	2023/2024	83	6	21	1	458

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas (2024)

Relativamente aos recursos humanos, não se verificaram grandes alterações no número de assistentes técnicos e operacionais relativamente aos anos letivos em questão. No que diz respeito ao número de professores, observa-se uma diminuição no último ano letivo (menos 5 que no ano letivo anterior).

Nos anos letivos em análise o número de alunos tem vindo a oscilar.

7.2.4. EVOLUÇÃO GERAL

Para perceber a evolução geral, é pertinente analisar a evolução do número de alunos nos últimos anos letivos.

Quadro 46 - Evolução de alunos por nível de ensino na rede pública (2020-2024)

Nível de Ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Pré-escolar	91	112	108	93
1º Ciclo	196	211	205	201
2º Ciclo	95	99	116	126
3º Ciclo	189	175	172	161
Secundário	155	164	175	171
Total	726	761	776	752

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas (2024)

Analisando o quadro 46, podemos apurar que globalmente o número de alunos tem-se mantido linear. Apenas o 2º ciclo tem tido um constante crescimento e o 3º ciclo uma diminuição.

Quadro 47 - Crianças na rede particular e solidária de creches e jardins de infância (2021-2024)

Estabelecimentos	2021/2022	2022/2023	2023/2024
J.I. Fundação José Relvas	34	42	55
Creche Fundação José Relvas	50	52	60

Fonte: Fundação José Relvas (2024)

No que se refere à valência de jardim-de-infância passou de 34 para 55 crianças e na

valência de creche aumentou 10 crianças. A procura destas valências neste estabelecimento registou um aumento entre os anos de 2021/2022 e 2023/2024. Contudo, a resposta de creche não é suficiente para a elevada procura, o número de crianças em lista de espera rondou as 45 crianças.

Relativamente à creche, a FJR tem dois berçários com 8 crianças em cada um, uma sala de 1 ano com 12 crianças, uma sala heterogênea com 12 crianças e uma sala de 2/3 anos com 20 crianças.

No pré-escolar, no decorrer do ano letivo de 2023/2024 abriram três salas, uma sala com 20 crianças de 3 anos, outra com 20 crianças de 3/4 anos e uma sala com 17 crianças de 5/6 anos.

Quadro 48 - Taxa bruta de escolarização por ciclo e nível de ensino no concelho de Alpiarça (2021)

Níveis de Ensino	Grupo Etário*	Nº Crianças e Alunos	Taxa Bruta de Escolarização (%)
Pré-escolar Público	173	64	37
Pré-escolar (Público + IPSS)	173	128	74
1º Ciclo do E. Básico	213	196	92
2º Ciclo do E. Básico	123	125	101,6
3º Ciclo do E. Básico	227	188	83
Sub-total E. Básico	563	509	90,4
E. Secundário	204	169	83

Fonte: INE (Censos, 2021)

(*) Estimativas populacionais para 2021: Pré-escolar (3-5 anos); 1º ciclo (6-9 anos); 2º ciclo (10-11 anos); 3º ciclo (12-14 anos); Secundário (15-17 anos)

Um indicador relevante a nível concelhio é a taxa bruta de escolarização, que reflete a relação entre o número de alunos matriculados num determinado ano/ciclo de escolaridade e a população residente com a idade própria para a frequência desse ano/ciclo de escolaridade.

Através do quadro 48, constata-se que para a educação pré-escolar a taxa de pré-

escolarização concelhia é de 74% (considerando a oferta pública e a da rede solidária). No ensino básico a taxa bruta de escolarização é elevada, particularmente no 2.º ciclo.

Quadro 49 - Crianças/Alunos com Necessidades Educativas Especiais na rede pública (2021-2024)

Níveis de Ensino	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Pré-escolar	1	2	5
1º Ciclo do E. Básico	20	24	29
2º Ciclo do E. Básico	13	11	12
3º Ciclo do E. Básico	25	24	23
E. Secundário	8	10	17

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas (2024)

É possível constatar que no pré-escolar, 1º ciclo e ensino secundário, o número de crianças/alunos com necessidades educativas especiais aumentou durante os três anos letivos em análise. Os restantes anos letivos sofreram ligeiras oscilações.

7.3. INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

Quadro 50 - Taxas de retenção e desistência no concelho de Alpiarça (2019-2022) (%)

Níveis de Ensino	2019	2020	2021	2022
1º Ciclo do E. Básico	0	0	0	1,9
2º Ciclo do E. Básico	1,6	0,9	1,1	1
3º Ciclo do E. Básico	1,6	1	0	0,6
E. Secundário	12,4	6,9	3,2	3,1

Fonte: PORDATA (2024)

De acordo com os dados constata-se um decréscimo do fenómeno de retenção e desistência de 2019 a 2022 em todos os níveis de ensino, à exceção do 1º ciclo do ensino básico que subiu para 1,9%.

Quadro 51 - Taxas de abandono no concelho de Alpiarça (2021-2024) (%)

Níveis de Ensino	2021/2022	2022/2023	2023/2024
1º Ciclo do E. Básico	0	0	0
2º Ciclo do E. Básico	0	0	0
3º Ciclo do E. Básico	0	0	0
E. Secundário	0	0	0

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas (2024)

As taxas de abandono escolar no AEJR– Alpiarça, são nulas, tal como se pode verificar no quadro 51. De salientar, que a escolaridade é obrigatória até aos 18 anos pelo que as taxas de abandono são de 0%.

7.4. SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO (SPO)

O Serviço de Psicologia e Orientação do AEJR é uma das respostas especializadas de apoio educativo que visa contribuir para a integração escolar e social dos alunos e facilitar a sua transição para a vida ativa, intervindo, nomeadamente, em momentos de tomada de decisão respeitantes a opções escolares.

7.5. EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EMAEI)

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva do AEJR constitui-se como um dos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo. Competências da EMAEI são:

- Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;
- Propor as medidas de suporte à aprendizagem, a mobilizar, em cada caso identificado;
- Acompanhar e monitorizar a aplicação das medidas de suporte à aprendizagem;
- Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;



- Elaborar o Relatório Técnico Pedagógico (RTP), previsto no artigo 21º do DL n.º 54/2018, de 6 de julho e, se aplicável, o Programa Educativo Individual (PEI) e Plano Individual de Transição (PIT) previstos, respetivamente, nos artigos 24º e 25º;

- Acompanhar o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA);
- Criação de formulários de escola, no âmbito da Educação Inclusiva;
- Solicitar, sempre que considerar necessário, mais informações ou documentos junto do responsável pela identificação;

- Analisar a informação processual, recolhida pelos elementos variáveis, com vista à proposta conjunta das medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar, e monitorização da aplicação das mesmas;

- Definir grupos de trabalho, atendendo à especificidade das várias situações;
- Para a avaliação especializada, a equipa nomeará um docente de educação especial e (o)s técnico(s) a envolver no processo;

- Proceder ao registo de todos os processos identificados e analisados, criando uma base de dados geral com os processos individuais, onde deverá constar a informação recolhida e a intervenção subsequente.

7.6. GABINETE DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA (GAAF)

O GAAF do Agrupamento de Escolas José Relvas acompanhou muitos alunos, ao longo dos últimos anos.

O GAAF tem assumido a responsabilidade de prevenir as situações de risco ou perigo, apoiando os jovens e famílias, promovendo as articulações necessárias entre os diversos agentes educativos. Além disso, promove articulações com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Tribunais de Família de Menores, Ministério Público, Autarquia e Rede Social do Concelho de Alpiarça.

Este Gabinete tem como missão apoiar alunos e famílias que manifestem problemas em alguns domínios como: comportamentos de risco/perigo; indisciplina; comportamentos disruptivos; agressões físicas e psicológicas; absentismo; abandono escolar; exclusão e desintegração escolar; interesses divergentes dos escolares; fraco envolvimento parental na vida escolar dos seus educandos.

As principais atividades, para fazer face a estas problemáticas, são: tutorias com carácter sistemático; acompanhamentos pontuais; acompanhamentos de alunos com ordem de saída



da sala de aula; acompanhamento parental; apoio a grupo-turma e apoio personalizado a alunos em momentos de avaliação formativa: realização de fichas e trabalhos.

No ano letivo de 2023/2024, o GAAF apoiou em tutorias de carácter sistemático 20 alunos e foi feito acompanhamento parental a 14 encarregados de educação. Em acompanhamentos pontuais o Gabinete apoiou 81 alunos e nos acompanhamentos de alunos com ordem de saída de sala de aula apoiou 34. Em momentos de avaliação formativa, foram apoiados 24 alunos. Ainda existiram 6 sessões realizadas no âmbito de acompanhamento a grupos-turma.

O GAAF desenvolve um Projeto denominado “Agarra o Teu Futuro” (PATF). Este projeto tem como principal matriz a garantia da igualdade a que todos devem ter em relação à educação e à formação, envolvendo, neste processo, pais e encarregados de educação, estimulando a comunicação positiva entre as famílias e a escola. A tipologia de intervenção do PATF recai sobre o acompanhamento psicológico, acompanhamento parental e intervenção em turma. No ano letivo 2023/2024, 23 alunos beneficiaram de acompanhamento psicológico individual. O acompanhamento parental beneficiou 16 encarregados de educação, 11 em aconselhamento parental pontual e 5 em coaching parental. Existiram, também, 6 sessões de promoção de competências socioemocionais em 2 turmas, englobando um total de 37 alunos.

7.7. PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA LEZÍRIA DO TEJO (PIICIE LT)

O Município de Alpiarça e o Agrupamento de Escolas de José Relvas desenvolvem o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo (PIICIE LT) com vista à prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso escolar na Lezíria do Tejo.

O projeto é promovido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) com financiamento do Fundo Social Europeu, estando ainda enquadrado no Alentejo 2020.

Através de intervenções positivas e inovadoras adequadas a cada contexto escolar pretende-se incidir no desenvolvimento do espírito crítico e criativo das crianças e jovens, assim como no reforço de competências escolares, sociais e relacionais, pela dinamização de atividades que promovam uma maior interligação entre escola, pais e comunidade em

geral.

O projeto rege-se pelos seguintes eixos:

- Eixo 1 - Serviço de Inovação Sócio-Educacional da LT;
- Eixo 2 - Observatório 3i da Educação da LT;
- Eixo 3 - Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária;
- Eixo 4 - Educação Positiva;
- Eixo 5 - Educação pela Inovação.

7.8. PLANO DE INOVAÇÃO 22/26

O Agrupamento de Escolas José Relvas tem desenvolvido trabalho sistemático na prevenção do abandono escolar e na promoção do sucesso educativo, através da implementação de diferentes programas de ação e de projetos de âmbito específico do agrupamento, de âmbito nacional e internacional. Deste trabalho decorre a existência de uma vasta rede de parcerias, de que se destaca a Autarquia, a Unidade de Cuidados de Saúde Pública, a Escola Superior de Educação de Santarém, entre outras.

Face à publicação da portaria n.º 306/2021, de 17 de dezembro, o Agrupamento decidiu elaborar um novo Plano de Inovação, que se destina a todos os alunos do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), entrando em vigor a partir do ano letivo 2022/2023. O plano de inovação terá a vigência de 4 anos, devendo ser ajustado de acordo com os resultados da monitorização sistemática e da autoavaliação que será realizada no final de cada ano letivo.

Das monitorizações e dos relatórios de avaliação e das diferentes auscultações realizadas à Comunidade Educativa sobre a eficácia da aplicação das medidas do anterior Plano de Inovação e de acordo com a publicação da portaria nº 306/2021, de 17 de dezembro, foi possível reestruturar e redefinir um novo plano que possa corresponder de forma mais adequada às características e necessidades dos alunos. O Plano de inovação tem como objetivo melhorar a qualidade do sucesso das aprendizagens e do sucesso pleno, através de disciplinas agregadoras.

7.9. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Os auxílios económicos constituem uma modalidade de ação social escolar que beneficia as crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos dos ensinos básico e secundário pertencentes a agregados familiares cuja condição sócio-económica não lhes permita suportar integralmente os encargos decorrentes da frequência nos estabelecimentos de ensino, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março e no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho (entretanto alterado pelo Despacho n.º 7255/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, do dia 31 de julho de 2018 e regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios).

De acordo com a legislação em vigor, para efeitos da concessão de auxílios económicos, consideram-se encargos decorrentes da frequência da educação pré-escolar ou dos ensinos básico e secundário, os relativos a refeições, livros e outro material escolar, atividades de complemento curricular e alojamento.

O Despacho n.º 7255/2018 continua a consagrar um claro reforço da ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos. Este mantém a medida de reposição de comparticipação para as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares aos alunos que estejam abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar, respetivamente em 100% e 50% do valor total, a fim de garantir que estas atividades são acessíveis a todos os alunos.

Tendo em conta as informações supracitadas, os auxílios económicos para o ano letivo de 2023/2024, traduzem-se da seguinte forma:

Quadro 52 - Auxílios económicos para o ano letivo 2023/2024 para alunos do pré-escolar do AEJR

Pré-escolar				
Escalã o	Capitação	% de Apoio	Almoço * * Valor para o Aluno	Lanche * * Valor para o Aluno
A	Escalão 1 do Abono de Família	100%	0,00€	0,00 €
B	Escalão 2 do Abono de Família	50%	0,73 €	0,20 €
C	Escalão 3 do Abono de Família e restantes	0%	1,46 €	0,40 €

Fonte: CMA - Gabinete de Educação (2024)

Quadro 53 - Auxílios económicos para o ano letivo de 2023/2024 para alunos do 1º ciclo do AEJR

Escalã o	Capitação	Comparticipação				Limite Máximo	TOTAL
		Alimentaça o	Livros *		Material Escolar	Visitas de Estudo	
			1º e 2º anos	3º e 4º anos			
A	Escalão 1 do Abono de Família	100,00%	-----	-----	16,00 €	20,00 € *	36 €
B	Escalão 2 do Abono de Família	50,00%	-----	-----	8,00 €	10,00 € *	18€

Fonte: CMA – Gabinete de Educação (2024)

* Manuais escolares gratuitos por força do regime de gratuidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, no artigo 156.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e artigo 170.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, bem como nos termos do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

Deve-se ainda referir que o DL n.º 55/2020, de 12 de agosto concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, fortalecendo o papel das autarquias locais e possibilitando uma maior

adequação dos serviços prestados à população, o que se traduz num melhor atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis socialmente.

Quadro 54 - Análise de escalões (2020-2024)

Anos Letivos	Pré-escolar		1º Ciclo do E. Básico	
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
2019/2020	3	3	2	4
2020/2021	15	13	39	32
2021/2022	15	10	40	40
2022/2023	10	3	17	20
2023/2024	9	6	35	35

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas (2024)

Através do quadro 54, conclui-se que o ano letivo onde existiu uma maior comparticipação municipal foi o de 2021/2022 (105 crianças), sendo que no pré-escolar há mais crianças no escalão A do que no escalão B. No ano letivo de 2020/2021, as refeições em período de confinamento continuaram a ser entregues ao domicílio a todos os alunos beneficiários do escalão A e B da ação social escolar que solicitaram este apoio.

Verifica-se no geral, que no pré-escolar há menos crianças em ambos os escalões.

Relativamente ao 1º ciclo do ensino básico, o número de crianças no escalão A e B não tem sido constante nos anos letivos em análise. No ano letivo de 2023/2024, o número de crianças a beneficiar do escalão A e B é de 35, tendo aumentado relativamente ao ano letivo anterior 2022/2023.

Quadro 55 - Alunos apoiados pela ação social escolar na rede pública do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário (2020-2024)

Níveis de Ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024
2º Ciclo do E. Básico	46	47	60	55
3º Ciclo do E. Básico	81	86	82	71
C.C.H. (E. Secundário)	34	44	38	32
C.P. (Ensino Secundário)	24	47	43	42

Fonte: Agrupamento de Escolas José Relvas (2024)

Analisando o decorrer dos anos letivos referenciados no quadro acima, conclui-se que o número de alunos apoiados pela ação social escolar do 2º ciclo do ensino básico e do ensino secundário profissional aumentou no ano letivo 2023/2024 relativamente a 2020/2021. O ano letivo de 2021/2022 enquadra o maior número de alunos apoiados, sendo o 3.º ciclo do ensino básico o nível de escolaridade com mais alunos abrangidos pela ação social escolar.

7.9.1. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A Portaria 644-A/2015, de 24 de agosto, aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e define as regras a observar no seu funcionamento, bem como na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF).

Prevê-se no artigo 39.º do citado DL n.º 21/2019, “Escola a tempo inteiro”, que compete às Câmaras Municipais promover e implementar medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente atividades de Animação e Apoio à Família, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas.

Considera-se Escola a Tempo Inteiro:

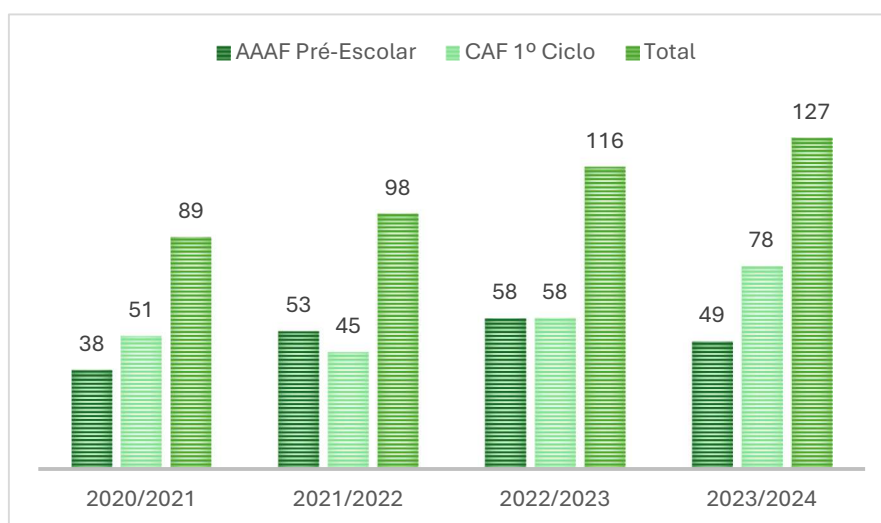
a) As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas;

b) A Componente de Apoio à Família (C.A.F.), através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e/ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

Qualquer criança pode beneficiar dos serviços prestados pela AAAF e CAF, desde que reúna as condições para tal, comprovando a necessidade da utilização deste serviço, através da declaração da entidade patronal onde se comprova a impossibilidade de assistência familiar no horário de funcionamento escolar e no período de interrupções letivas.

A comparticipação das AAAF e CAF é definida anualmente, englobando todas as atividades e visitas a realizar e ainda de acordo com os escalões de subsídio.

Gráfico 9 - Alunos AAAF e CAF por ano letivo da rede pública (2020-2024)



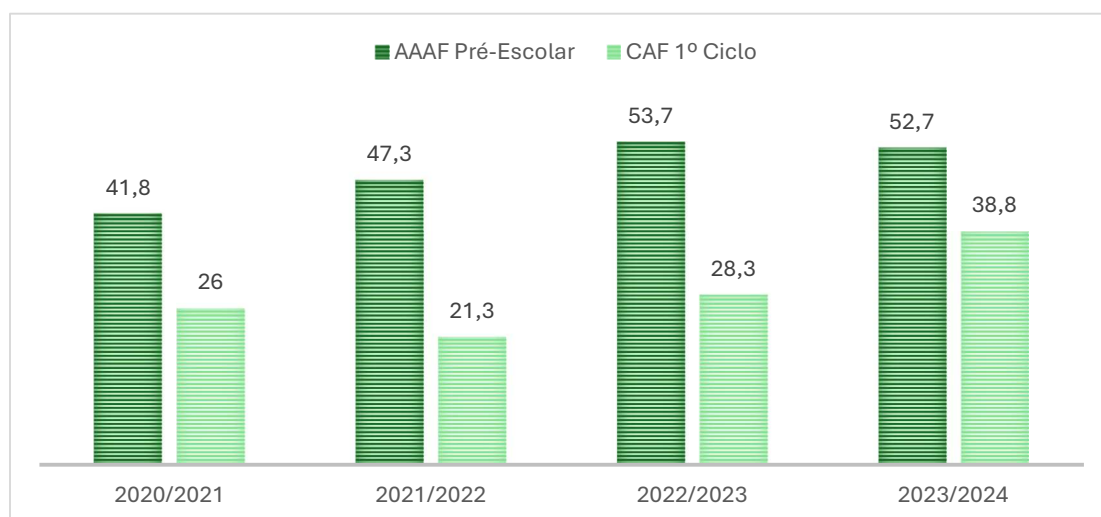
Fonte: CMA - Gabinete de Educação (2024)

É possível verificar que o número total de alunos a frequentarem a AAAF e a CAF tem vindo a aumentar gradualmente.

O JI da Fundação José Relvas, na componente pré-escolar também tem o serviço de AAAF, que funciona das 07h30 às 09h00, no período de almoço, e na componente de horário alargado das 15h30 às 18h30. Em 2023/2024, frequentaram este serviço 54 crianças (FJR,

2024).

Gráfico 10 - Taxa de frequência de alunos em AAAP e CAF por ano letivo da rede pública (2020-2024) (%)



Fonte: CMA - Gabinete de Educação (2024)

Relativamente ao pré-escolar, 52,7% dos alunos frequentam as AAAP e, no caso do 1º ciclo 38,8% dos alunos frequentam as CAF.

7.10. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC'S)

A Câmara Municipal em parceria e com a supervisão pedagógica do AEJR apoia práticas e projetos que melhoram as oportunidades de enriquecimento curricular, artísticas, de inovação social e de educação para todos, no âmbito das atividades extracurriculares direcionadas aos alunos do 1º ciclo. Estas atividades englobam a metodologia projeto e contemplam os seguintes clubes: Clube Artes e Música, Clube de Expressão Física e Tradições, Clube Amar a Terra e Clube Teatro e Cinema.

7.11. PROGRAMA DE FÉRIAS DE VERÃO

Ocupação de Tempos Livres (OTL)

Desde 2023, no que respeita ao período de verão, a OTL decorre durante um período de dez semanas, correspondentes aos meses de julho, agosto e setembro. A participação no programa carece de pagamento por criança e por semana, prevendo-se um máximo de 50 inscrições/crianças participantes por semana. O Município contratualiza serviços externos para assegurar o desenvolvimento das atividades comparticipando o valor das inscrições de crianças de agregados familiares com dificuldades económicas.

O programa é composto por um conjunto de atividades no âmbito do desporto, artes e cultura, turismo, tecnologia e multimédia, lazer (piscina, praia, visitas), saúde e bem-estar e empreendedorismo, supervisionado pelo Gabinete de Educação da CMA.

Férias On

No ano de 2023 e 2024, o Município promoveu o Programa de Férias On, direcionado a jovens dos 13 aos 16 anos, durante o mês de julho. Este programa tem como objetivo primordial ocupar o período de férias dos jovens com atividades desportivas, culturais e recreativas, por forma a diminuir a taxa de sedentarismo. As atividades são realizadas de manhã ou de tarde (salvo situações excecionais, como as viagens e algumas atividades específicas). As inscrições são obrigatórias e válidas após o pagamento de uma tarifa, sendo limitadas a 25 crianças por semana.

8. AÇÃO SOCIAL

8.1. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL NO CONCELHO

Segundo o Decreto-Lei nº. 119/83 de 25 de fevereiro, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

- ✓ Apoio a crianças e jovens;
- ✓ Apoio à família;
- ✓ Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- ✓ Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- ✓ Educação e formação profissional dos cidadãos;
- ✓ Resolução dos problemas habitacionais das populações.

As IPSS's podem ser de natureza associativa ou fundacional e podem ainda agrupar-se em uniões, federações ou confederações.

No concelho de Alpiarça existem apenas duas IPSS's, ambas localizadas na sede de concelho, que são: a "Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça (ARPICA)" e a "Fundação José Relvas" (FJR).

8.1.1. Associação De Reformados, Pensionistas E Idosos Do Concelho De Alpiarça (ARPICA)

A Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça (ARPICA) foi fundada em 1983 com o intuito primordial de apoiar a população reformada, pensionista e idosa, no sentido da realização dos seus interesses coletivos e efetivação dos seus direitos, no que respeita à promoção de uma existência condigna na velhice e invalidez.

Adquiriu o estatuto de IPSS em 1993. A Associação prossegue o seu trabalho com objetivos mais amplos:

- apoio à família;
- apoio à integração social e comunitária;
- proteção dos cidadãos na velhice e invalidez, e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Para a sua concretização, esta associação responde a quatro valências a funcionar no conselho de Alpiarça: Centro de Convívio (1983); Centro de Dia (CD) (1999); Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) (1999); Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) (2013).

A Associação tem como órgãos de gestão a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

Em 1999 foi inaugurado o “Cantinho do Idoso”, que se traduz num equipamento de cariz social, que assegura a prestação de um conjunto de serviços, visando sobretudo contribuir para a permanência da população idosa e/ou inválida no seu meio sociofamiliar. O “Cantinho do Idoso” caracteriza-se por ser um espaço aberto à comunidade, o qual todos poderão frequentar, nomeadamente, usufruindo dos seus serviços estes assumem essencialmente três vertentes:

- Satisfação das necessidades básicas;
- Prestação de apoio psicossocial;
- Fomento das relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com outros grupos etários e da comunidade, de forma a evitar o isolamento.

O “Cantinho do Idoso”, em 2024 presta serviço a cerca de 100 utentes, dispersos pelas diversas respostas sociais, com uma média de idades que ronda os 85 anos. Na sua maioria,

são utentes que não possuem habilitações literárias, existindo apenas alguns com o primeiro ciclo de ensino. No entanto, existem bastantes utentes com conhecimento de leitura e escrita. Grande parte dos utentes da instituição pertence ao sexo feminino.

a) Centro de Convívio

O Centro de Convívio tem capacidade para receber 50 clientes, diariamente, num espaço que se destina ao encontro, ao diálogo e ao convívio (diariamente, um lanche é atribuído aos utentes). Esta resposta, surge na génese da ARPICA, com o objetivo de criar um espaço de partilha e lazer entre utentes, num ambiente criativo e descontraído, contrariando movimentos de isolamento social.

Quadro 56 - Caraterização da resposta social de Centro de Convívio (2020 e 2024*)

		2020	2024*
Capacidade		50	50
Nº de Clientes	Cobertura	50	50
	Com Acordo	50	50
	Sem Acordo	0	0
Nº de Cientes em Lista de Espera		5	3

Fonte: ARPICA (2024)

*Dados referentes ao 1º trimestre

Esta resposta social, funciona apenas no horário da tarde, entre as 14h00 e as 17h30, todos os dias, pontualmente funciona aos sábados e domingos.

b) Centro de Dia

Mais abrangente que o Centro de Convívio, no que respeita à prestação de serviços, a resposta social de Centro de Dia existe desde setembro de 1999 e assegura concretamente: alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupas, transporte, higiene habitacional e cuidados de saúde. Apoio psicossocial, estímulo da relação cliente/família/amigos, convívio entre utentes e destes com outros grupos do meio e a articulação com outros organismos e serviços são também ações que passam pelo Centro de Dia.

A componente animação/ ocupação é ainda uma das que esta resposta social dá especial atenção, na medida em que o tipo de população que abrange dispõe de todo o seu tempo livre, o qual será importante dinamizar. Neste âmbito destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas habitualmente: trabalhos manuais diversos, ginástica, momentos musicais e de dança, festas de aniversário, comemorações de dias festivos, idas ao exterior, visionamento de filmes, entre outros.

Este serviço funciona de segunda a sexta-feira entre as 08h30 e as 17h30, de acordo com necessidades específicas dos clientes/famílias.

Quadro 57 - Caraterização da resposta social de Centro de Dia (2020 e 2024*)

		2020	2024*
Capacidade		40	40
Nº de Clientes	Cobertura	35	35
	Com Acordo	35	15
	Sem Acordo	1	0
Nº de Cientes em Lista de Espera		0	0

Fonte: ARPICA (2024)

*Dados referentes ao 1º trimestre

Como é possível constatar no quadro, em 2024 a capacidade é para 40 pessoas, existindo acordo de cooperação para 35 utentes. O número de utentes vai variando ao longo do ano. Comparando com o ano 2020 é possível verificar que os números baixaram significativamente.

Quadro 58 - Clientes por idade e sexo (2020 e 2024*)

Idade	2020		2024*	
	F	M	F	M
55-60	0	0	0	1
61-64	0	0	0	0
65-69	2	0	0	0
70-74	2	1	0	0
75-79	9	0	2	0
80-84	10	4	3	1
85	5	3	7	1
Total	28	8	12	3

Fonte: ARPICA (2024)

*Dados referentes ao 1º trimestre

No que concerne à autonomia dos utentes que frequentam a resposta social de Centro de Dia, estes são parcialmente autónomos.

c) Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário destina-se à prestação de cuidados individualizados no domicílio a indivíduos ou famílias que, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária. Para tal, são assegurados nesta valência os serviços de alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupas, higiene habitacional e animação.

Este serviço funciona de segunda a domingo, entre as 07h00 e as 19h00.

Quadro 59 - Caraterização da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (2020 e 2024*)

		2020	2024*
Capacidade		40	40
Nº de Utentes	Cobertura	31	31
	Com Acordo	31	23
	Sem Acordo	0	0
Nº de Cientes em Lista de Espera		0	0

Fonte: ARPICA (2024)

*Dados referentes ao 1º trimestre

Ao observar o quadro constata-se que a ARPICA, em 2024, tem acordo de cooperação para 31 utentes. Tal como noutras respostas o número de utentes é variável ao longo do ano. Apesar destes valores, a instituição tem capacidade para prestar este serviço a 40 utentes.

Quadro 60 - Utentes por idade e sexo (2020 e 2024*)

Idade	2020		2024*	
	F	M	F	M
55-60	0	0	0	0
61-64	0	1	0	0
65-69	0	0	1	0
70-74	0	0	1	0
75-79	2	1	3	1
80-84	5	2	3	0
85	11	9	11	3
Total	18	12	19	4

Fonte: ARPICA (2024)

*Dados referentes ao 1º trimestre

No ano de 2024 no que diz respeito à autonomia, os utentes que integraram a resposta social do Serviço de Apoio Domiciliário são, maioritariamente, dependentes.

d) Estrutura Residencial para Idosos

O “Lar de Idosos” abarca uma resposta social que tenta minimizar a realidade que

atualmente se vive, como por exemplo, a falta de apoio com que os idosos se deparam diariamente, promovendo incondicionalmente a solidariedade e dando aos idosos um apoio de qualidade a que todos têm direito.

O “Lar de Idosos” é um projeto preconizado que previu a modificação do edifício com a criação de um novo piso, onde ficou implementado a ERPI. A estrutura residencial para idosos da ARPICA é uma resposta que pretende desenvolver atividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene e conforto, fomentando o convívio e propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.

Tem como principais objetivos proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas, contribuir para a estabilização ou retardamento do processo de envelhecimento, criar condições que permitam preservar e incentivar a relação familiar, potenciar a integração social.

Quadro 61 - Caraterização da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (2020 e 2024*)

		2020	2024*
Capacidade		24	24
Nº de Utentes	Cobertura	31	24
	Com Acordo	31	19
	Sem Acordo	0	5
Nº de Cientes em Lista de Espera		21	5

Fonte: ARPICA (2024)

*Dados referentes ao 1º trimestre

A estrutura residencial para pessoas idosas da ARPICA tem capacidade para 24 utentes, dos quais, em 2024, 19 têm acordo de cooperação e 5 não têm acordo de cooperação.

Quadro 62 - Utentes por idade e sexo (2020 e 2024*)

Idade	2020		2024*	
	F	M	F	M
55-60	0	1	0	0
61-64	0	0	0	1
65-69	1	0	0	0
70-74	2	1	0	0
75-79	2	1	1	0
80-84	2	1	2	2
85	11	2	15	3
Total	18	6	18	6

Fonte: ARPICA (2024)

*Dados referentes ao 1º trimestre

No que concerne à autonomia dos utentes que frequentam a resposta social da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, estes são maioritariamente dependentes.

8.1.2. Fundação José Relvas (FJR)

A Fundação José Relvas deve a sua existência ao legado filantrópico de José de Mascarenhas Relvas, figura insigne da 1ª República, que legou à população de Alpiarça, todo o seu património.

Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, está registada no livro n.º 5 das Fundações de Solidariedade Social sob o número definitivo 29/93 na fl. 23 vº em 27/10/1993.

A sua Missão é desenvolver fins de ação social, através da prestação de serviços, que contribuam para o bem-estar dos cidadãos, prioritariamente os residentes no concelho de Alpiarça, conforme os princípios filantrópicos expressos no testamento do Sr. José de Mascarenhas Relvas e dos beneméritos, Sr. Manuel Nunes Ferreira, Sr. Joaquim Nunes Ferreira e Sr. Álvaro da Silva Simões.

A sua Visão assenta na melhoria da eficácia e qualidade dos nossos serviços, através de uma visão integrada e integradora dos diferentes atores sociais: clientes, familiares e



comunidade envolvente.

Como Valores subjacentes à prática Institucional, salientam-se:

- Respeito pela dignidade humana, direitos e deveres;
- Inclusão/integração e coesão social;
- Responsabilidade e organização;
- Disponibilidade e entreaajuda;
- Promoção da autonomia do cliente;
- Participação ativa;
- Confidencialidade;
- Humanização dos cuidados prestados.

Os órgãos sociais da Fundação José Relvas são constituídos pela Assembleia de Contribuintes, Conselho de Administração, Direção Executiva e pelo Conselho Fiscal.

Respostas Sociais da Fundação José Relvas:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Acolhimento Temporário (CAT) para Crianças e Jovens;
- Intervenção Precoce.

Respostas de Apoio à Comunidade:

- Banco Alimentar Contra a Fome;

- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- Cantina Social.

Restaurante/ Serviços de Catering.

Quadro 63 - Média de frequências por resposta social com acordo com a Segurança Social (2023)

Resposta Social	Nº de Clientes em Acordo	Média Mensal de Frequência de Clientes
Estrutura Referencial para Idosos	92	92
Centro de Dia	15	11
Serviço de Apoio Domiciliário	51	36
Creche	48	54
Pré-escolar	60	47
Centro de Acolhimento Temporário	10	9
S.N. Intervenção Precoce na Infância	30	30
Cantina Social (Refeições)	10 Refeições / dia	6 Refeições / dia

Fonte: FJR (2024)

a) Estrutura residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas teve início a 31 de outubro de 1964, tendo sido posteriormente remodelada e inaugurada a 26 de novembro de 1997.

É uma resposta social vocacionada para o alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras, em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

A intervenção nesta resposta social deve ser centrada no utente, respeitando a sua individualidade.



Serviços Prestados:

- ✓ Alojamento;
- ✓ Alimentação;
- ✓ Cuidados de higiene e de imagem;
- ✓ Tratamento de roupa;
- ✓ Limpeza das instalações;
- ✓ Cuidados de saúde;
- ✓ Administração da terapêutica prescrita;
- ✓ Fisioterapia;
- ✓ Apoio psicológico;
- ✓ Apoio social;
- ✓ Atividades de ocupação e desenvolvimento pessoal;
- ✓ Acompanhamento e transporte a consultas e exames;
- ✓ Aquisição de bens e serviços
- ✓ Apoio espiritual.

Em 2023 o acordo de cooperação previa 92 clientes em ERPI, sendo que a média mensal nesta resposta social foi esse mesmo número.

Quadro 64 - Clientes por idade (2019 e 2023)

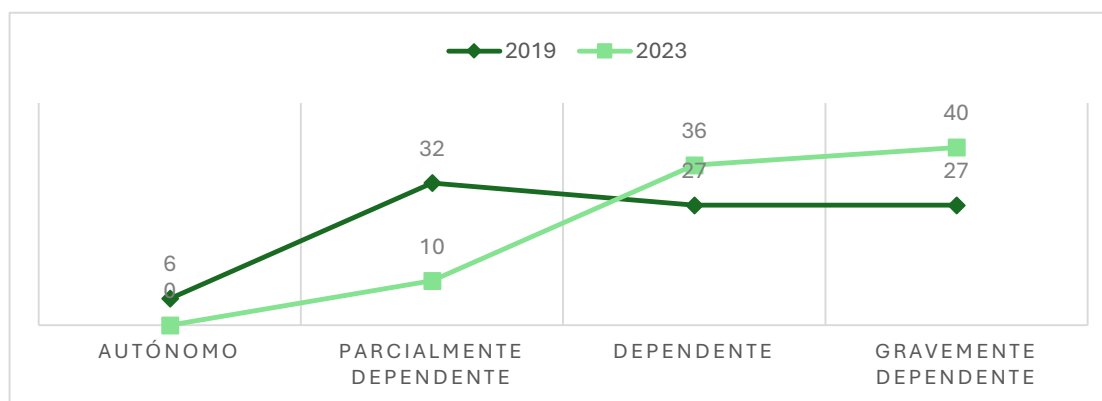
Idade	2019		2023	
	F	M	F	M
35-49	-	1	-	1
50-59	3	1	1	1
60-64	1	3	2	2
65-69	2	1	1	2
70-74	2	2	4	7
75-79	5	4	4	2
80-84	14	7	8	4
85-89	20	4	17	5
90-94	9	6	16	1
95-99	5	-	4	1
≥ 100	2	-	2	-
Total	63	29	60	26

Fonte: FJR, Carta Social ERPI 2019 e 2023 (Dados referentes ao dia 31 de dezembro de cada ano, respetivamente)

A nível geral, analisando os dados apresentados no quadro acima, é visível que tanto em 2019, como em 2023, existe uma predominância de clientes do sexo feminino.

É possível também constatar que até à faixa etária 75-79 a diferença entre o número de homens e mulheres não é significativa. No entanto, nas idades mais avançadas existe a predominância significativa de clientes do sexo feminino, evidenciando uma maior esperança média de vida em relação aos clientes do sexo masculino.

Gráfico 11 - Clientes por nível de autonomia (2019-2023)



Fonte: FJR, Escalas de Barthel ERPI 2019 e 2023 (Dados referentes ao dia 31 de dezembro de cada ano, respetivamente)

Em análise ao gráfico acima representado, é evidente o aumento significativo do grau de dependência dos clientes integrados na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas da FJR. Em 2023, no período de referência, não existiam clientes considerados autónomos, sendo que o número de pessoas gravemente dependentes é muito superior ao apresentado em 2019.

b) Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida em equipamento próprio e procura proporcionar a prestação de serviços que contribuam para o bem-estar dos seus clientes, bem como a manutenção dos mesmos no seu meio habitual de vida, procurando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento.

Esta resposta social oferece um conjunto de serviços de proximidade diversificada, permitindo que o cidadão se mantenha ativo nas diversas atividades da vida diária, nomeadamente, quanto à participação ativa na comunidade, através do relacionamento e elos de ligação com o exterior, quer através do contacto com os colaboradores e outros clientes, quer através do contato com pessoas e serviços da própria comunidade.

O Centro de Dia funciona de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Ainda que esta resposta social esteja encerrada ao fim-de-semana, a Instituição presta apoio a todos os clientes que, por motivos da sua vida pessoal e/ ou familiar, necessitem de algum tipo de serviço. Assim, existem situações em que são integrados, durante o período diurno, na ERPI, bem como situações em que são garantidos os serviços no domicílio, nomeadamente, a alimentação.

Serviços prestados:

- ✓ Alimentação;
- ✓ Cuidados de higiene e de imagem;
- ✓ Tratamento de roupa;
- ✓ Higiene habitacional;
- ✓ Administração da terapêutica prescrita;
- ✓ Apoio Psicossocial;
- ✓ Fisioterapia;
- ✓ Apoio na aquisição de bens e serviços;
- ✓ Cedência de ajudas técnicas;
- ✓ Atividades de ocupação e desenvolvimento pessoal;
- ✓ Snoezelen;
- ✓ Acompanhamento e transporte, a consultas, a cuidados de enfermagem e exames complementares de diagnóstico.

Em 2023 o número de clientes do Centro de Dia é de 15, e a média mensal de frequência de clientes é de 11.

Quadro 65 - Clientes por Idade (2019 e 2023)

Idade	2019		2023	
	F	M	F	M
65-69	-	-	1	-
70-74	1	-	1	-
75-79	2	-	2	-
80-84	5	3	1	1
85-89	1	-	2	1
90-94	3	-	1	-
Total	12	3	8	2

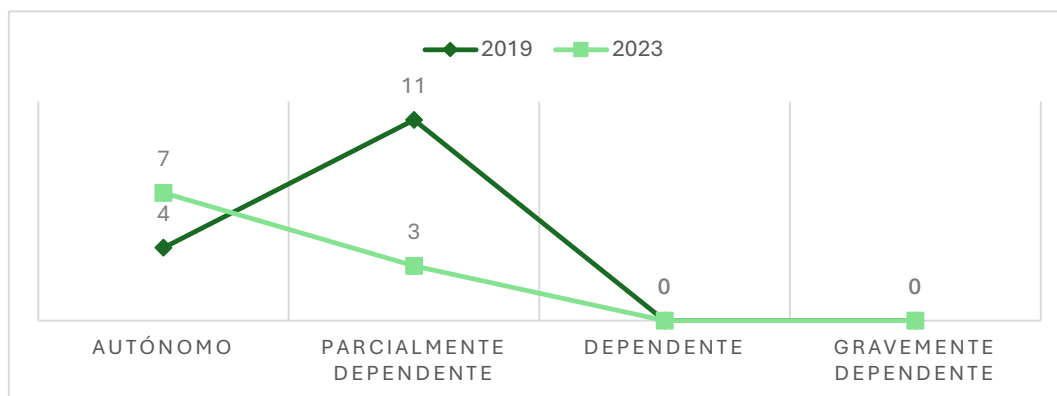
Fonte: FJR, Carta Social CD 2019 e 2023 (Dados referentes ao dia 31 de dezembro de cada ano, respetivamente)

Com base no quadro supra apresentado, verifica-se uma consistência quanto à predominância de clientes do sexo feminino integrados nesta resposta social.

Comparando ambos os anos, é de fácil percepção a diminuição da procura destes serviços, através do decréscimo do número total de clientes integrados.

Relativamente às faixas etárias abrangidas, verificou-se a integração de uma pessoa com idade inferior a 70 anos. No entanto, não se consideram alterações significativas.

Gráfico 12 - Clientes por nível de autonomia (2019-2023)



Fonte: FJR, Escalas de Barthel ERPI 2019 e 2023 (Dados referentes ao dia 31 de dezembro de cada ano, respetivamente)

Em análise aos dados do gráfico acima representado, apesar de verificar a inexistência, em ambos os anos, de clientes dependentes ou gravemente dependentes, o nível de autonomia das pessoas que integram a resposta social aumentou. Isto é, em 2023, no período de referência, tanto aumentou o número de clientes autónomos, como diminuiu o número de clientes parcialmente dependentes, comparativamente ao ano de 2019

c) Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário da FJR, funciona todos os dias e é uma resposta social que garante a prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Esta resposta é considerada por muitas pessoas em situação de dependência, como uma forma de colmatar algumas das dificuldades com que elas próprias e/ou o seu agregado familiar se debatem quotidianamente, continuando inseridas no seu meio habitual de vida, rodeadas dos seus afetos e pertences.

Serviços Prestados:

- ✓ Alimentação;
- ✓ Cuidados de higiene e de imagem;
- ✓ Tratamento de roupa;
- ✓ Higiene habitacional;
- ✓ Apoio Psicossocial;
- ✓ Fisioterapia;
- ✓ Apoio na aquisição de bens e serviços;
- ✓ Cedência de ajudas técnicas;
- ✓ Atividades de ocupação e desenvolvimento pessoal;
- ✓ Acompanhamento e transporte, a consultas, a cuidados de enfermagem e exames complementares de diagnóstico.

O Serviço de Apoio Domiciliário tem acordo de cooperação, para 51 clientes em 2023 e a média mensal de frequência de clientes foi de 36.

Quadro 66 - Clientes por idade e sexo (2019 e 2023)

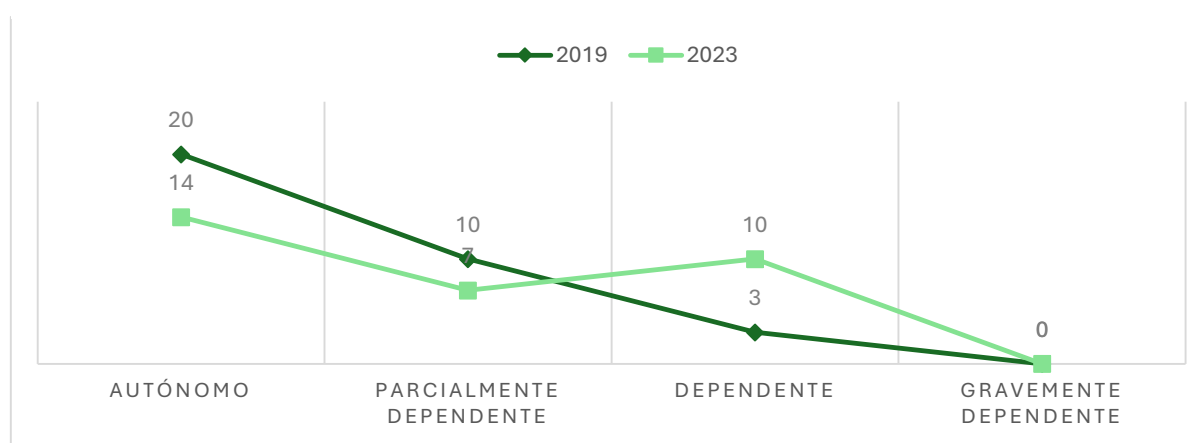
Idade	2019		2023	
	F	M	F	M
25-34	-	1	-	-
35-49	2	1	1	-
50-59	-	2	-	2
60-64	2	2	-	-
65-69	1	3	2	1
70-74	3	1	4	2
75-79	-	-	6	3
80-84	5	5	-	-
85-89	2	3	8	1
90-94	3	4	-	-
95-99	-	-	1	-
Total	18	22	22	9

Fonte: FJR, Carta Social SAD 2019 e 2023 (Dados referentes ao dia 31 de dezembro de cada ano, respetivamente)

Com base no quadro apresentado, podemos verificar, numa primeira análise, que o número total de clientes em Serviço de Apoio Domiciliário sofreu uma queda e que existia, em 2023, uma predominância acentuada de clientes do sexo feminino, ao contrário de 2019.

Relativamente às faixas etárias, verifica-se, atualmente, uma maior incidência a partir dos 70 anos e uma diminuição significativa de clientes abaixo dessa idade, comparativamente a 2019.

Gráfico 13 - Clientes por nível de autonomia (2019-2023)



Fonte: FJR, Escalas de Barthel SAD 2019 e 2023 (Dados referentes ao dia 31 de dezembro de cada ano, respetivamente)

À semelhança da análise anterior realizada quanto ao nível de dependência dos clientes em Centro de Dia, também no SAD não existiam, à data dos dados, clientes gravemente dependentes.

No entanto, comparativamente com os dados de 2019, verifica-se uma tendência geral para o aumento da dependência das pessoas que usufruem deste tipo de serviços.

d) Creche

A creche é um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Os primeiros anos de vida de uma criança são cruciais para o seu desenvolvimento físico, social e psicológico, sendo fundamental uma adequada intervenção por parte dos serviços



existentes.

A creche é um local de aprendizagens e crescimento, na qual as crianças realizam atividades que fomentam o seu desenvolvimento e o seu bem-estar.

Este equipamento funciona de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 19h00, e possuiu no ano letivo de 2023/2024, 2 berçários e uma sala de 1 ano de idade, uma heterogênea e outra de 2 anos.

São objetivos da Creche, designadamente, os seguintes:

- ✓ Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- ✓ Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança;
- ✓ Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;
- ✓ Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- ✓ Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;
- ✓ Promover a articulação com os outros serviços existentes na comunidade.
- ✓ É possível integrar 60 crianças abrangidas pelo acordo, neste equipamento.

e) Pré-escolar

O estabelecimento de pré-escolar é uma instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família.

A educação pré-escolar refere-se às crianças dos 3 anos de idade até ao ingresso na escolaridade obrigatória e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar.

É pertinente referir o desenvolvimento de atividades intergeracionais em parceria com a ERPI e o CD que fomentam a interação entre grupos sociais diversos.

Constituem objetivos da educação pré-escolar:

- ✓ Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança, com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- ✓ Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- ✓ Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- ✓ Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- ✓ Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- ✓ Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- ✓ Proceder à despistagem de inaptações, deficiências e precocidade, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- ✓ Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

O estabelecimento de pré-escolar funciona, tal como a creche, das 07h30 às 19h00, e possui três salas, sendo uma sala dos três anos, uma sala dos quatro anos e uma sala dos cinco anos.

O número de crianças abrangidas pelo acordo de cooperação é de 60.

f) Centro de Acolhimento Temporário

O Centro de Acolhimento Temporário da FJR destina-se a crianças e jovens do género masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos. Apesar da idade limite de acolhimento ser de 18 anos, após a última alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº147/99, este período de proteção, poderá ser alargado até aos 25 anos, segundo a Lei nº23/2017, art.º 5, alínea a), sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional.

O CAT desenvolve fins de Ação Sócio-Educativa, através da prestação de serviços, que

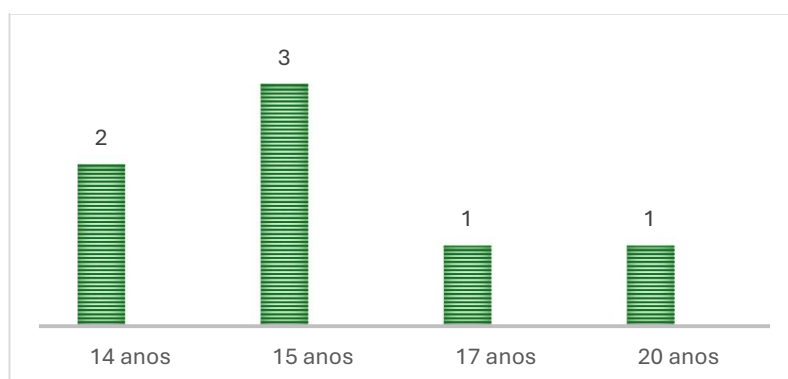
contribuam para o bem-estar da criança/jovem, em conformidade com os Princípios Consagrados na Convenção dos Direitos da Criança (Acordo de Cooperação Atípico, 2009), tendo como objetivo o acolhimento crianças/jovens nas diversas situações de perigo, definidas no Decreto-Lei nº 142 de 2015- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, alterada pela Lei nº 142/2015 de 8 de setembro e a Portaria nº. 450/2023 de 22 de dezembro.

O CAT assegura a prestação de diversos serviços, através da satisfação das necessidades básicas da população-alvo, em condições de vida tão próximas quanto possível às da estrutura familiar: alimentação variada e equilibrada; cuidados de higiene pessoal e habitacional; serviços educativos e terapêuticos; cuidados de saúde; serviços educativos e terapêuticos; serviços psicológicos e serviços sociais.

O CAT assegura um vasto leque de atividades com o intuito de desenvolver o espírito de cooperação, partilha, solidariedade e de autonomia nas crianças e jovens.

Em 2023 a instituição compreendia 7 crianças/ jovens acolhidas, tendo em conta a saída de outros jovens.

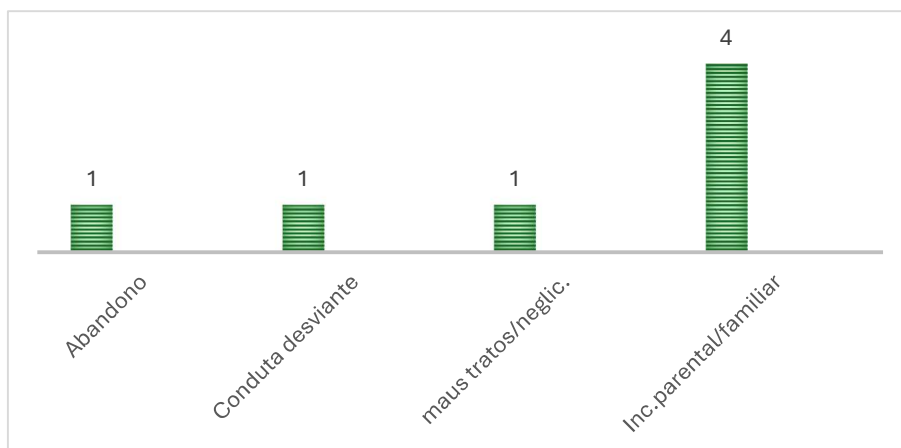
Gráfico 14 - População-alvo do CAT por idade (2023)



Fonte: FJR (2024)

São diversos os motivos que levam as crianças e jovens à institucionalização, no entanto, a problemática mais evidente, tem recaído essencialmente numa continua incapacidade parental em colocar regras e limites aos menores e o absentismo escolar.

Gráfico 15 - Problemáticas que levaram as crianças e jovens a integrarem o CAT (2023)



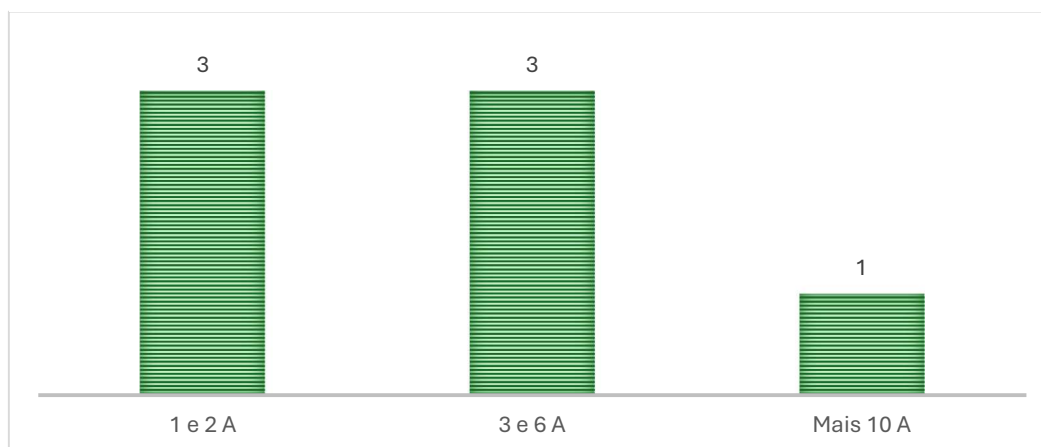
Fonte: FJR (2024)

Assim, numa população-alvo de 7 crianças/jovens, a problemática mais incidente é a de incapacidade parental, tal como foi descrito atrás, com 4 residentes. Seguem-se os casos de maus-tratos físicos e negligência, com 1 criança/jovem; por último, com 1 elemento cada, identificam-se as problemáticas de condutas desviantes, maus-tratos psicológicos e abandono/ entregue a si próprio.

Salienta-se que as crianças/jovens possuem, maioritariamente, mais do que uma problemática associada ao seu acolhimento.

O período de acolhimento ou de permanência institucional varia de caso para caso. Tal acontece porque torna-se incerto o timing que as famílias necessitam para reorganizar-se, sendo crucial uma extensão do tempo inicialmente estabelecido legalmente.

Gráfico 16 - Período de acolhimento ou de permanência institucional (2023)



Fonte: FJR (2024)

Do gráfico em questão, podemos verificar que entre 1 e 2 anos de permanência, constatamos a existência de 3 jovens; com o mesmo número, foi visível a permanência de crianças/jovens entre os 3 e os 6 anos de permanência. Por último, o CAT tem mantido acolhido há mais de 10 e menos de 12 anos, uma criança.

g) Intervenção precoce

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), publicado no Decreto-Lei 281/2009 de 6 de outubro, resulta de acordo interministerial dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Segurança Social, está hierarquizado a nível nacional (Comissão de Coordenação Nacional), regional (Comissão de Coordenação Regional – Núcleo de Supervisão Técnica) e local (Equipas Locais de Intervenção - ELI) e tem como missão garantir a universalidade da Intervenção Precoce na Infância (IPI). Os critérios de elegibilidade para o SNIPI estão definidos pela Comissão Nacional.

Dirigindo a sua ação a crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos de idade, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, a IPI é entendida como um conjunto de medidas de apoio integrado, centrado na criança e na família, que inclui ações de natureza preventiva e reabilitativa.

As Equipas Locais de Intervenção Precoce do SNIPI, designadas por ELIs, são equipas pluridisciplinares, com funcionamento transdisciplinar assente em parcerias institucionais,



integrando representantes da Educação, da Saúde e da Segurança Social, entre outras entidades.

No caso específico da ELI Lezíria Norte, esta desenvolve a sua atividade a nível municipal, agregando os concelhos de Alpiarça, Almeirim e Chamusca/Golegã, em que cada um destes 3 polos possui um interlocutor responsável.

A ELI Lezíria Norte tem a sua sede no Centro de Saúde de Almeirim, e é coordenada por um dos seus elementos que é nomeado pela Comissão de Coordenação Regional – Núcleo de Supervisão Técnica.

O Pólo de Alpiarça funciona nas instalações da Fundação José Relvas – Centro infantil, situada na Rua Dr. Queiróz Vaz Guedes (junto à Biblioteca Municipal), em horário semanal, estando a equipa dividida pelos vários dias:

Terapeuta da Fala – terça-feira das 08h00 às 16h00, quarta-feira das 08h00 às 13h00 e sexta-feira das 08h00 às 12h30;

Psicóloga – segunda e terça-feira das 09h00 às 17h00 e sexta-feira das 09h00 às 17h00;

Técnica Superior de Serviço Social – terça e quinta-feira das 09h00 às 17h00 e sexta-feira das 09h00 às 12h30.

Esta equipa, no seu total, é constituída por: 1 Assistente Social, 2 Psicólogos, 1 Terapeuta da Fala, 1 Enfermeira de Reabilitação e 2 Educadoras de Infância.

Critérios de elegibilidade:

De acordo com o Decreto-lei 281/09 de 6 de outubro, são elegíveis para apoio no âmbito do SNIPI, as crianças entre os 0 e os 6 anos e respetivas famílias, que apresentem condições incluídas nos seguintes grupos:

1) «Alterações nas funções ou estruturas do corpo» que limitam o normal desenvolvimento e a participação nas atividades típicas, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios, para a respetiva idade e contexto social;



2) «Risco grave de atraso de desenvolvimento» pela existência de condições biológicas, psicoafectivas ou ambientais, que implicam uma alta probabilidade de atraso relevante no desenvolvimento da criança.

Durante o ano de 2023, as situações acompanhadas por este polo de Intervenção Precoce distribuíram-se da seguinte forma:

Dos 41 casos rececionados neste polo, 36 deles constaram do grupo 1, representando o maior número de situações que requereram o acompanhamento por parte dos técnicos; no grupo 2 existiu 1 caso, cuja legitimidade de intervenção se reveste de carácter de ordem ambiental, e, por fim, no grupo 1 e 2 constaram 4 processos que reuniram necessidades de ordem funcional e ambiental.

- Idade das crianças, Tipo e Contexto de Intervenção

No que se refere às formas de intervenção, estas podem processar-se em dois domínios: direto ou indireto (estado de vigilância). No concerne à intervenção direta, a sua definição é clara e pressupõe a execução de atividades diretamente desenvolvidas com a criança e/ou sua família. Nas situações em que a situação não justifique uma intervenção periódica, ou não haja capacidade para prestar o apoio, o processo é colocado no estado de vigilância. Atendendo à importância de se trabalhar com as crianças nos contextos onde estas estão inseridas, e reconhecendo que o seu desenvolvimento pode beneficiar de experiências normalizadoras nos contextos naturais com as mesmas condições e direitos dos seus pares, esta Equipa de Intervenção Precoce, desenvolveu a sua ação em contexto de domicílio ou nos estabelecimentos de ensino frequentados pelas crianças.

Face ao exposto, e durante o ano de 2023, podemos aferir estas informações através da seguinte figura:

Figura 4 - Idade das crianças, tipo e contexto de intervenção



Fonte: FJR (2024)

Mediante a análise dos dados apresentados, verifica-se uma continuidade de intervenção nas crianças com idades compreendidas entre os 4 e 6 anos.

Em idades inferiores verificam-se situações em que as crianças apresentam algumas dificuldades que podem decorrer do seu próprio grau de maturidade emocional, e consequente desenvolvimento biopsicossocial. Naturalmente, e salvo situações de maior complexidade, os pais e os demais agentes educativos, consideram que é necessário “dar tempo à criança”, motivo pelo qual as referenciações aparecem na segunda infância.

No que concerne à tipologia de intervenção, prevalecem os casos (35 processos) que beneficiam de intervenção direta e regular, cuja periodicidade mínima é semanal. Porém, existem 6 situações cuja intervenção passa por facultar estratégias aos pais e docentes de sala, mantendo-se o acompanhamento técnico periódico.

Por último, e sustentada na perspetiva ecológica de intervenção, e no enfoque nos sistemas sociais de desenvolvimento da criança, 39 crianças foram apoiadas nos estabelecimentos de ensino, e em contexto domiciliário.

- Área Técnica de Intervenção

Tal como fora anteriormente referido, a Equipa de Intervenção Precoce do Pólo de Alpiarça, assenta numa multidisciplinariedade de base comunitária, cuja relação com os pais se tem tornado cada vez menos hierárquica e mais colaborativa, dando cumprimento aos pressupostos conceptuais de IPI. Dentro da natural complexidade da avaliação da criança e da funcionalidade familiar, verifica-se a necessidade desta intervenção multidisciplinar, que se passa a evidenciar.

Gráfico 17 - Número de Crianças por Área de Intervenção (2023)



Fonte: FJR (2024)

Como se verifica, durante o ano de 2023, houve uma maior incidência na área de Terapia da Fala (30 crianças), seguindo-se a Psicologia e Serviço Social, com 23 casos e 16 respetivamente.

As duas docentes que integram a equipa acompanharam 15 crianças, e a enfermeira de reabilitação deu apoio a 6 crianças.

Em Protocolo estabelecido entre o Município e a Intervenção Precoce estão previstas aulas de hipo terapia, as quais foram frequentadas por 7 alunos no ano letivo 2023/2024.

h) Outras áreas de intervenção

Além das respostas sociais referidas anteriormente, a ação social é ainda desenvolvida pela Fundação José Relvas, noutros domínios, tais como:

- **Cantina Social**

No ano 2023, de acordo com o Protocolo celebrado entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Fundação José Relvas, existem disponíveis 10 refeições diárias. Durante o ano em análise, a média mensal de frequência foi de 6 refeições distribuídas diariamente, sendo que a Instituição apoiou um total de 5 indivíduos durante o ano através deste apoio.

- **Apoio alimentar atribuído a pessoas que não estão integradas em nenhuma resposta social**

Tal como tem sido recorrente na atuação da Fundação José Relvas, tem-se mantido a prestação de apoio alimentar pontual a pessoas que não se encontram abrangidas pelos serviços de nenhuma resposta social. Neste sentido, em 2023, existiram 5 pessoas carenciadas ou transeuntes a quem foram atribuídos alimentos/refeições gratuitas, tendo as mesmas sido solicitadas da seguinte forma:

- ✓ 4 refeições disponibilizadas diretamente na Instituição às pessoas;

- ✓ 1 refeição solicitada pela Guarda Nacional Republicana de Alpiarça.

• Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)

A Fundação José Relvas assume-se como entidade mediadora deste programa de apoio alimentar desde 2017, altura da sua operacionalização a nível nacional.

Este apoio traduz-se na distribuição de géneros alimentares às famílias e/ou indivíduos que se encontrem em situação de carência económica comprovada, bem como no acompanhamento desses mesmos indivíduos em ações de sensibilização (teóricas e práticas) com o objetivo de otimizar o consumo dos alimentos de forma a evitar desperdício, potenciar uma alimentação saudável e até capacitar os beneficiários no que diz respeito a outras áreas do dia-a-dia, tal como na gestão de recursos financeiros a nível pessoal e familiar.

Atualmente, o POAPMC pode abranger até 110 indivíduos. Os beneficiários deste apoio são encaminhados para a Fundação José Relvas através do Instituto de Segurança Social, I.P., ou através da equipa de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) da Câmara Municipal de Alpiarça.

Durante o ano de 2023, foram realizadas 12 distribuições, tendo ocorrido da seguinte forma:

Quadro 67 - Agregados familiares e total de beneficiários do POAPMC (2023)

	janeiro	fevereiro	março	abril	Maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Nº Agregados Familiares	38	37	43	42	38	38	38	43	45	41	43	42
Total de Benificiários	94	92	103	103	101	103	100	96	97	93	95	95

Fonte: FJR (2024)

• Banco Alimentar Contra a Fome (BACF)

Durante o ano de 2023, inscreveram-se para apoio do BACF 5 agregados familiares, tendo sido admitidos 3. Os agregados que não foram contemplados apresentavam um valor de rendimento per capita superior ao montante da pensão social definida para o ano em análise,

valor esse que é o de referência aquando da realização de captações.

A Fundação José Relvas apoiou, durante 2023, com este apoio mensal, uma média de 9 agregados familiares.

8.3. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) foram criadas na sequência do Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de maio, designadas na altura por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Verificaram-se reformulações e a criação de novas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, contando à data com um total de 312 CPCJ's, sob a alçada da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ).

A criação em 18 de abril de 1998 da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, pelo DL n.º 98/1998, leva a que o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens passe a fazer parte do sistema legislativo português, através da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. , alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio e mais recentemente pela Lei n.º 23/2023 de 25 de maio, prevendo uma intervenção mista de ação judiciária e ação formal junto das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e suas famílias.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a atual redação que foi dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, e pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em todos os concelhos do país.

8.3.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça, foi instalada pela Portaria n.º 336/2001 de 4 de abril, e possui regulamento interno conforme a legislação obriga.

No concelho de Alpiarça, a CPCJ integra um total de 17 instituições que constituem a Modalidade Alargada: um representante do Município (Ação Social); quatro cidadãos eleitores, designados pela Assembleia Municipal, um representante do Instituto de



Segurança Social (à data com formação na área da psicologia), um representante do Ministério da Educação, um representante do Ministério da Saúde (na especialidade de enfermagem), dois representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (sendo um representante da Fundação José Relvas e que faz parte da modalidade restrita e outro representante que apenas faz parte da modalidade alargada e representa a ARPICA), um representante do organismo público competente em matéria de emprego e formação profissional (IEFP), um representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas José Relvas de Alpiarça (APEEAEJR), um representante do Clube Desportivo “Os Águias”, um representante da Associação de Estudantes do AEJR, um representante da Guarda Nacional Republicana do Posto Territorial de Alpiarça, um representante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, um elemento do IEFP como apoio administrativo.

Das entidades acima referidas, seis compõem a Modalidade Restrita: Ministério da Saúde, Câmara Municipal de Alpiarça, Instituto de Segurança Social, Ministério da Educação, Fundação José Relvas e Guarda Nacional Republicana (GNR). Nesta modalidade, salvaguarda-se que a GNR apenas se faz representar como apoio técnico.

A CPCJ de Alpiarça possui um acompanhamento próximo e intermédio pela Equipa Técnica Regional de Lisboa, Setúbal e Santarém (ETRLSS).

A ação da CPCJ de Alpiarça é regulada pelos princípios norteadores da CNPDPCJ, a saber:

Rigor - cumprir de forma criteriosa, pontual e exemplar os mais exigentes parâmetros legais e morais.

Imparcialidade - tratar com o mesmo grau de isenção e qualidade todos os assuntos, colaboradores e clientes.

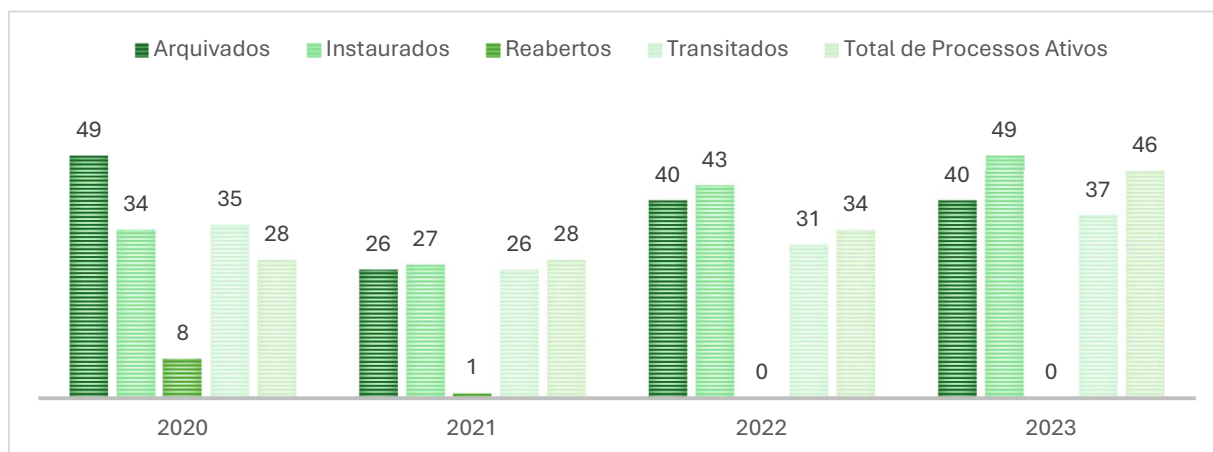
Transparência – assumir um posicionamento movido por padrões e transparência que promovam o bom nome da organização.

Eficiência - promover mecanismos de mobilização para atingir níveis de desempenho de excelência.

Inovação - perseguir a melhoria contínua.

A CPCJ de Alpiarça norteia o seu trabalho tendo por base toda a legislação em vigor (LGPCJ), bem como os diplomas legais emanados pela CNPDPCJ.

Gráfico 18 - Movimento de processos na CPCJ (2020-2023)

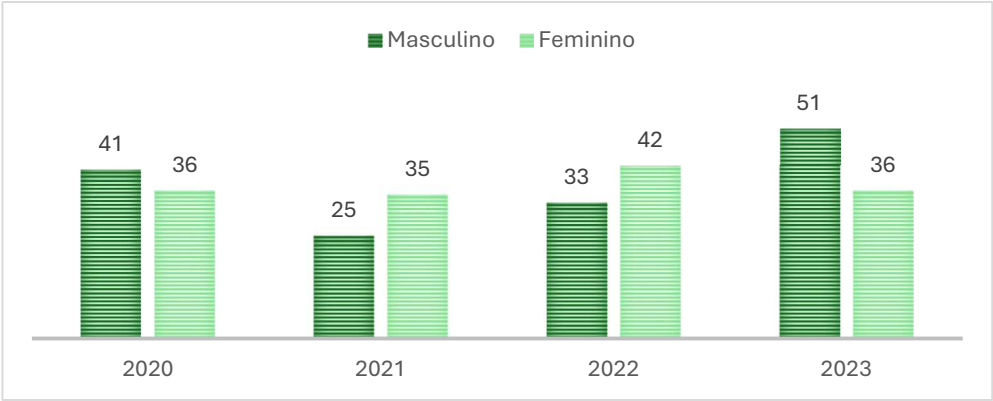


Fonte: CPCJ Alpiarça (2024)

Ao nível processual é possível verificar que no que toca ao número total dos processos ativos, houve um aumento em 2023 comparando com os outros anos, atingindo um total de 46 processos. Relativamente aos processos instaurados, o valor diminuiu 7 processos em 2021 comparando com 2020. Em 2022, houve um aumento, muito acentuado, de novos processos, 43, aumentando, também, em 2023 para 49 processos.

Relativamente aos processos reabertos, dos 4 anos, foi em 2020 que se atingiu o valor mais elevado (8 processos), havendo uma redução em 2021 para 1 processo reaberto e para 0 processos em 2022 e 2023. No que toca aos processos transitados, podemos observar um número mais elevado de processos no ano de 2023 (37 processos).

Gráfico 19 - Crianças acompanhadas por sexo (2020-2023)



Fonte: CPCJ Alpiarça (2024)

No que respeita às crianças e jovens sinalizados ao longo dos últimos quatro anos, verifica-se uma predominância do sexo masculino em 2020 e 2023 e do sexo feminino em 2021 e 2022.

Quadro 68 - Processos instaurados por faixa etária (2020-2023)

Faixa Etária	2020	2021	2022	2023	Total
0-2	-	2	7	10	19
3-5	4	7	8	8	27
6-7	6	5	10	12	33
8-10	8	6	8	12	34
11-14	21	13	16	24	74
15-17	10	8	10	14	42
18-21	22	17	15	7	61
>21	3	1	-	-	4
Sem info. Idade	3	1	1	-	5

Fonte: CPCJ Alpiarça (2024)

Considerando a faixa etária, a CPCJ de Alpiarça acompanha crianças e jovens de várias idades. Através do quadro é possível observar que as faixas etárias que abrangem um maior número de processos de crianças/jovens, corresponde às idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos, seguindo-se as idades entre os 18 e 21 anos.

Quadro 69 - Problemáticas sinalizadas (2020-2023)

Tipo Situações de Perigo	2020			2021			2022			2023		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Maus-tratos Físicos	5	5	10	-	-	-	-	-	-	3	1	4
Maus-tratos Psicológicos	4	3	7	2	3	5	5	3	8	8	5	13
Negligência	9	6	15	4	8	12	8	10	18	13	16	29
Situações de Perigo em que esteja em causa o Direito à Educação	6	4	10	6	4	10	2	4	6	4	1	5
Criança abandonada ou entregue a si própria	3	-	3	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Comportamento de Perigo na Infância e Juventude	10	14	24	3	11	14	11	6	17	18	2	20
Abuso / Aliciamento Sexual	-	1	1	-	4	4	1	4	5	1	-	1
Violência Doméstica	11	11	22	8	5	13	7	18	25	7	12	19
Outras situações	2	-	2	1	2	3	-	2	2	2	-	2
Total	94			62			81			94		

Fonte: CPCJ Alpiarça (2024)

Relativamente às problemáticas/situações de perigo, nos anos em análise, as que se refletiram um maior número de crianças sinalizadas dizem respeito a: violência doméstica, comportamentos de perigo na infância e juventude e negligência.

Quadro 70 - Entidades sinalizadoras (2020-2023)

Entidades Sinalizadoras	2020	2021	2022	2023	Total
Segurança Social	1	2	1	1	5
Autoridade Policial	32	16	23	22	93
RSI	-	-	-	-	-
CPCJ	5	9	8	4	26
Estabelecimentos de Ensino	23	17	15	16	71
Estabelecimentos de Saúde	3	3	3	2	11
Autarquia	-	-	-	1	1
Ministério Público	1	4	7	3	15
Tribunal	2	-	-	-	2
EMAT	1	-	-	1	2
Instituições de Acolhimento	2	-	2	2	6
Familiares	-	-	-	1	1
Mãe	2	4	3	12	21
Pai	3	1	-	1	5
Vizinhos e Particulares	4	3	4	7	18
Projetos Comunitários	4	-	-	-	4
DGRS	-	1	1	1	3
IPSS	-	2	2	2	6
NACJR	-	-	-	1	1
Próprio	-	-	1	-	1
Sem informação	11	1	11	17	39
Total	94	62	81	94	331

Fonte: CPCJ Alpiarça (2024)

Segundo o quadro acima apresentado, podemos mencionar que a entidade que mais situações de perigo sinalizou, de 2020 a 2023, foi a autoridade policial (93) e os estabelecimentos de ensino (71).

Quadro 71 - Medidas aplicadas pela CPCJ (2020-2023)

Medidas Aplicadas pela CPCJ	2020			2021			2022			2023		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Apoio juntos dos pais	2	6	8	11	12	23	17	17	34	8	7	15
Apoio junto de outro familiar	-	-	-	3	2	5	1	1	2	1	1	2
Acolhimento familiar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio autonomia de vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acolhimento residencial	1	-	1	-	1	1	3	1	4	-	-	-
Total	3	6	9	14	15	29	21	19	40	9	8	17

Fonte: CPCJ Alpiarça (2024)

Quanto às medidas, é possível constatar, através da leitura do quadro 71, que a mais aplicada pela CPCJ de Alpiarça, no decorrer dos anos em questão, foi o apoio junto dos pais, o que vai de encontro a um dos princípios fundamentais da intervenção que se prende com a prevalência da família.

8.3.2. Intervenção Primária em Contexto Escolar

O Projeto de Intervenção Primária em contexto escolar desenvolvido pela CPCJ de Alpiarça em parceria com o Agrupamento de Escolas José Relvas de Alpiarça e com a colaboração de outras entidades foi implementado no ano letivo de 2008/2009.

A CPCJ de Alpiarça no âmbito do seu projeto atua através da figura do professor tutor, cedido pelo Ministério da Educação ao Agrupamento de Escolas José Relvas.

8.3. CÁRITAS DE ALPIARÇA

No concelho de Alpiarça existe um grupo que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade: a Cáritas. Este grupo é composto por um conjunto de pessoas pertencentes à paróquia de Alpiarça e foi criado há cerca de 20 anos. A sua intervenção consiste em ajudar a população do concelho a lidar com problemas de natureza económica e social. Conta com a participação de 6 pessoas.

A intervenção deste grupo visa a distribuição de cabazes alimentares, roupa e fraldas para adultos e crianças, roupa de cama, medicamentos e pagamento de rendas consoante a avaliação da situação.

Existe também em Alpiarça o Agrupamento de Escuteiros 1301, fundado em 2007 que colabora pontualmente com a Cáritas, com o Banco Alimentar na recolha de alimentos e em outras atividades de carácter social.

8.4. AUTARQUIAS LOCAIS

Atendendo à conjuntura sócio económica do país, com reflexos significativos na vida diária de todos os portugueses em geral, as autarquias locais cada vez mais procuram dar continuidade à política de intervenção social de proximidade nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social, através do apoio às famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Ao abrigo da Portaria 50/2018, de 16 de agosto, o Município de Alpiarça assumiu as transferências de competências no âmbito do Serviço de Ação Social, que se traduz:

- a) Assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
- b) Elaborar as Cartas Sociais Municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais;
- c) Assegurar a articulação entre as Cartas Sociais Municipais e as prioridades definidas ao nível nacional e regional;
- d) Implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar que correspondam à componente de apoio à família (atualmente desenvolvida pelo Gabinete de Educação do Município);
- e) Elaborar relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco

social;

- f) Celebrar, acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção;
- g) Desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas designadamente em articulação com entidades públicas, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;
- h) Coordenar a execução do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), em articulação com os Conselhos Locais de Ação Social;
- i) Emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos;
- j) Acompanhamento das respostas sociais no âmbito da emergência alimentar (Cantinas Sociais) e Programa Operacional de Apoios às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC.

A Intervenção Social baseia-se em princípios de solidariedade e de cidadania, pretendendo dotar a população mais vulnerável quer de meios económicos para a satisfação das suas necessidades básicas e imediatas, quer *a posteriori* de competências pessoais e sociais que promovam a melhoria da sua qualidade de vida e a participação na vida em sociedade, consubstanciando-se numa avaliação criteriosa dos casos sociais sob a proteção da justiça social, numa estreita parceria com a sociedade civil e as entidades da administração local e central com competência nesta área.

8.4.1. Câmara Municipal de Alpiarça

A ação do Município orienta-se para políticas ativas de inclusão social, dinamizando a articulação com parceiros públicos e sociais, e mobilizando o voluntariado. Esta ação assenta ainda no trabalho da Rede Social, com a implementação de medidas de apoio e acompanhamento às famílias com carências a nível social e económico.

O Gabinete de Ação Social e Saúde tem como domínios:

- Dar resposta e apoio às necessidades básicas e imediatas;
- Apoio à inserção social, económica e profissional;
- Promoção social, promoção da saúde e do bem-estar social.

Áreas de Intervenção do Gabinete de Ação Social e Saúde do Município

1) Rede Social

O Programa da Rede Social é desenvolvido pelo Conselho Local de Ação Social de Alpiarça, constituído ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de novembro, por representantes de autarquias, organismos públicos e entidades sem fins lucrativos. A Rede Social tem como finalidade combater a pobreza e a exclusão social numa perspetiva de promoção do desenvolvimento social, refletido na implementação de medidas de política social e de programas nacionais em diversas áreas como o emprego, ação social, educação, saúde, economia, habitação, entre outras.

A Câmara Municipal, entidade promotora e coordenadora do Programa da Rede Social no concelho efetua um trabalho em parceria, que visa articular a intervenção social dos diferentes agentes locais, de modo a permitir um eficaz encaminhamento das situações sociais identificadas, bem como de implementar e acompanhar projetos que sejam desenvolvidos no âmbito social.

Anualmente são realizadas reuniões entre as entidades parceiras locais e reuniões a nível distrital, onde se partilham as boas práticas desenvolvidas nos diversos concelhos.

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

O SAAS assegura o atendimento e o acompanhamento social, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Assegura, também, o atendimento em situações de emergência social.

Os objetivos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social são:

- a) Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação, em articulação com os competentes serviços e organismos da administração pública;
- b) Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- c) Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;
- d) Contribuir para a aquisição e/ ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social;

- e) Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- f) Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

De acordo com artigo 10º do DL 55/2020, de 12 de agosto, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social passou a ser assegurado pela Câmara Municipal.

Quadro 72 - Processos familiares e beneficiários de SAAS

SAAS	2022*	2023	2024**
Nº de Processos Familiares	81	127	103
Nº de Beneficiários	191	278	222

Fonte: CMA - Gabinete de Ação Social e Saúde (2024)

*A partir de abril

**Dados referentes ao 1º Semestre

Rendimento Social de Inserção (RSI)

O Rendimento Social de Inserção (RSI), regulado pela Lei n.º 13/2003 de 21 de maio e republicada no dia 29 de maio de 2003, veio substituir o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), previsto na Lei nº19-A/96 de 29 de junho.

A medida suprarreferida consiste na atribuição de uma prestação pecuniária do regime não contributivo da Segurança Social e a prossecução de um Programa de Inserção. Pretende-se através deste programa possibilitar que os cidadãos residentes no concelho e os seus agregados familiares criem condições necessárias para uma autonomia, através do exercício de uma atividade profissional ou de outras formas de inserção social.

Com a transferência de competências no âmbito da ação social, os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, passam a ser celebrados e acompanhados pelos Municípios, de acordo com o DL nº 55/2020, de 12 de agosto.

No concelho de Alpiarça, fazem parte do Núcleo Local de Inserção: o Serviço Local de Segurança Social, as duas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, a Câmara Municipal de Alpiarça, a Junta de Freguesia, o Centro de Saúde, o Ministério da

Educação e o IEFP, participando todas no acompanhamento de processos.

Quadro 73 - Processos acompanhados no âmbito do RSI (2023)

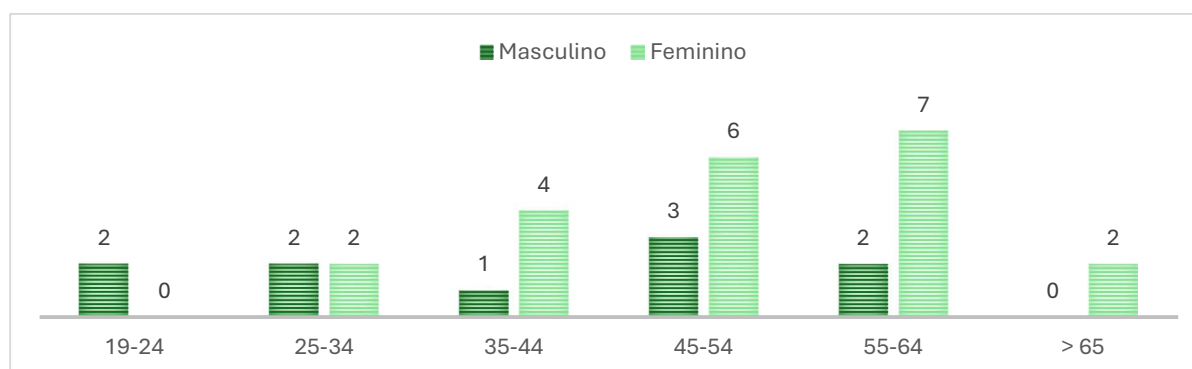
Processos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Ativos	15	16	16	16	18	20	22	18	19	20	21	20
Atribuídos	3	2	1	-	4	2	1	1	3	1	2	2
Cessados	1	10	1	2	2	2	2	3	1	-	3	1
Nº Beneficiários	50	43	45	43	46	53	53	44	51	56	57	53

Fonte: CMA - Gabinete de Ação Social e Saúde (2024)

O quadro acima representa o número de processos de Rendimento Social de Inserção em acompanhamento de janeiro a dezembro do ano 2023.

É de salientar que foram atribuídos um total de 22 processos durante o ano e cessaram 28 prestações de RSI.

Gráfico 20 - Titulares de RSI por idade e sexo (2023)



Fonte: CMA - Gabinete de Ação Social e Saúde (2024)

Na análise dos dados apresentados denota-se que, relativamente aos titulares, as faixas etárias que mais recorrem ao RSI situam-se entre os 45 e os 64 anos. Para além disso,

pode-se verificar que, em todas as faixas etárias predomina o sexo feminino, à exceção das faixas etárias dos 25 aos 34 anos, em que o número de titulares dos dois sexos é igual, e na faixa etária dos 19 aos 24 anos, onde predomina o sexo masculino.

Quadro 74 - Elementos do agregado familiar de RSI por idade e sexo (2023)

Elementos do Agregado Familiar	< 6		6-18		19-24		25-34		35-44		45-54		55-64		> 65	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
	5	3	8	11	5	1	5	3	1	4	5	11	4	8	-	2

Fonte: CMA - Gabinete de Ação Social e Saúde (2024)

No que diz respeito aos elementos do agregado familiar dos titulares de RSI denota-se que a faixa etária com mais beneficiários situa-se entre os 6 aos 18 anos.

Quadro 75 - Ações de inserção (2023)

Designação da Ação	Nº de Ações Acordadas
Ação Social	56
Emprego	52
Formação	33
Educação	9
Saúde	35
Habitação	2
Outras específicas	2
Total	189

Fonte: CMA - Gabinete de Ação Social e Saúde (2024)

Em 2023, as ações de inserção mais contratualizadas foram na área da ação social, do emprego e da saúde.

Projeto “Redistribuir”

Através do projeto, o Município apoia as famílias que se encontram em situação de carência económica, doando materiais em bom estado de conservação, nomeadamente, mobiliário, artigos de puericultura e empréstimo de equipamentos técnicos tais como: cadeiras de roda, camas articuladas e outros. São, também, dinamizadas iniciativas com vista à aquisição e recolha de bens alimentares e de higiene pessoal.

Relativamente ao Banco de ajudas Técnicas, o Município de Alpiarça, em 2023, satisfaz 6 pedidos relativamente ao empréstimo de equipamentos de ajuda técnica.

2) Famílias

Bolsas de estudo para estudante do ensino superior

Com o objetivo de apoiar os jovens até aos 30 anos de idade a prosseguirem com os estudos universitários, a Câmara Municipal atribui, anualmente, bolsas de estudo aos alunos residentes no concelho que frequentam o ensino superior. Em 2023, foram atribuídas 37 bolsas de estudo.

Cabazes de Natal

Na época natalícia, o Município em articulação com duas entidades parceiras da Rede Social, Junta de Freguesia e Cáritas, adquirem bens alimentares e de higiene pessoal que juntamente com os produtos hortícolas oferecidos pelos agricultores, são convertidos em cabazes e, posteriormente, distribuídos a algumas famílias carenciadas do concelho, que ao longo do ano recorrem ao Serviço de Ação Social e ficam sinalizadas como famílias em situação de vulnerabilidade social após avaliação técnica. No ano de 2023 foram distribuídos 22 cabazes.

Gabinete de apoio ao Município – GAM

Através do GAM, a autarquia presta um serviço de proximidade junto da população dos lugares Frade Baixo, Casalinho e Frade Cima.

Este serviço, funciona uma manhã por semana em cada um dos lugares do Concelho. Neste serviço são prestados esclarecimentos, pedidos de informação, reclamações, procede-se ao encaminhamento de problemas e sua resolução, auxilia a população idosa na leitura e compreensão de correspondência, divulga os eventos organizados pela autarquia, realiza registo de queimadas e procede ao pagamento dos recibos da água.

Quadro 76 - Total de atendimentos por GAM e por serviço (2023)

	Frade de Baixo	Casalinho	Frade de Cima	Total
Diversos	75	15	51	141
Junta de Freguesia	-	-	2	2
Ação Social	3	-	5	8
Águas	108	24	60	192
Obras	4	-	2	6
Total	190	39	120	349

Fonte: CMA - Gabinete de Apoio ao Município (2024)

Durante o ano de 2023 foram realizados no total 349 atendimentos.

3) Pessoas idosas

A Autarquia oferece, ao longo do ano, atividades de cultura, lazer e desporto à população sénior e reformada do concelho, nomeadamente passeios culturais e atividades lúdicas ou desportivas.

Comemorações do Dia Internacional do Idoso

Em outubro comemora-se o mês Internacional do Idoso, neste sentido, o Gabinete de Ação



Social em conjunto com o Gabinete de Cultura e Gabinete de Desporto, desenvolvem um conjunto de atividades destinadas à população sénior. A autarquia oferece um almoço que é seguido de atividades, lanche e bailarico.

Transporte ao cemitério

Tendo em consideração que o cemitério Municipal se encontra afastado do centro da vila, a Câmara Municipal disponibiliza, semanalmente, transporte gratuito às pessoas que pretendem ir ao cemitério prestar culto aos seus ente-queridos. O transporte é efetuado com uso aos recursos humanos e logísticos do Município. Utilizam este serviço, semanalmente, cerca de 25 pessoas.

4) Habitação

Reabilitação

A Câmara Municipal em conjunto com a Junta de Freguesia, apoia famílias com baixos recursos económicos, nomeadamente na cedência gratuita de alguns materiais de construção e na disponibilização de mão-de-obra quando necessário.

Após a solicitação de ajuda, o Gabinete de Ação Social realiza a caracterização socioeconómica do agregado familiar, posteriormente, elabora uma informação social e em caso de necessidade é solicitado ao Gabinete Técnico de Obras um relatório de vistoria para atestar a necessidade de intervenção na habitação. As intervenções têm-se focado na recuperação de imóveis abrangendo as cozinhas, quartos e telhados, assim como o fornecimento de materiais de construção, nomeadamente, cimento, telhas e areia, etc. Foram apoiadas 7 famílias em 2023.

No âmbito da Estratégia Local para a Habitação 1.º Direito, o Município dá o apoio técnico e burocrático necessário à formalização de candidaturas do foro privado ao programa dinamizado pelo Instituto de Reabilitação Urbana. Em 2023, foram apoiados 13 munícipes e submetidas 3 candidaturas do domínio privado.

Rendas Acessíveis

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., (IHRU, I.P.), é a entidade pública promotora da política nacional de habitação, a quem cabe, designadamente, adquirir, lotear e urbanizar terrenos para promoção de empreendimentos habitacionais de interesse social. Os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) entendem ser fundamental, como forma de combater a dificuldade de acesso à habitação nos seus territórios, a disponibilização de habitações com rendas acessíveis. No âmbito da Componente 02 –Habitação, o Investimento RE-C02-i05 - “Parque público de habitação a custos acessíveis”, do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), tem por finalidade a concessão de apoio financeiro, mediante empréstimo, destinado a financiar projetos que permitam a ampliação do parque habitacional público a preços acessíveis.

Acessibilidades:

- 360º Habitações Privadas

Programa de Intervenções em Habitações (PIH), integrado na componente 3 – Respostas Sociais, Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360º, no âmbito do PRR, no período de programação entre 2021-2025.

O PIH visa a promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldade no acesso e na fruição das suas habitações.

- 360º Edifícios Públicos

Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos (PIEP), integrado na Componente 3 – Respostas Sociais, Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360º, no âmbito do PRR, no período de programação de 2021-2025.

O PIEP visa a promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada no acesso aos serviços públicos.

Em 2023 foram submetidas algumas candidaturas. Estas candidaturas foram todas aprovadas e, à data deste documento, aguardam pela execução da empreitada nos edifícios públicos de forma a garantir boas acessibilidades às pessoas com mobilidade reduzida.

5) Protocolos de Cooperação

Protocolo com as Farmácias do Concelho: Vale Farmácia Recém-Nascido

O subsídio de incentivo à natalidade tem um valor de €150,00 (cento e cinquenta euros), não convertível em dinheiro, para utilizar nas farmácias locais aderentes à iniciativa. São considerados beneficiários do “Vale Farmácia Recém-Nascido” todas as crianças nascidas a partir de 1 de janeiro de 2023, cujos requerentes tenham residência fiscal no Município de Alpiarça aquando do nascimento da criança, desde que preencham os requisitos constantes no referido regulamento. No ano de 2023, foram distribuídos 23 Vale Farmácia.

Protocolo de colaboração com o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC)

O PIEC, a funcionar na dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, desenvolve, entre outras medidas, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF). Considerando que alguns jovens não têm as respostas mais adequadas para a sua formação escolar no Concelho de Alpiarça, a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com o PIEC no qual está incluído o PIEF, tendo o programa vindo a acolher na Chamusca, jovens de Alpiarça, assegurando a Autarquia o apoio financeiro para o transporte.

Protocolo de colaboração com o Centro de Recuperação Infantil de Almeirim – CRIAL

O Município disponibiliza a um custo reduzido os professores de equitação, bem como os cavalos mais adequados à prática da equitação terapêutica.

Este protocolo pretende, também, desenvolver Atividades Estritamente Ocupacionais, incluídas nas áreas de intervenção de um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), no âmbito do projeto da CRIAL “Amigos do Sorraia”. Beneficiaram, deste projeto, 12 indivíduos em 2023.

Ao longo dos anos, a Câmara Municipal tem participado 50% do valor referente ao encargo com a Colónia Balnear relativamente aos utentes da CRIAL que residem no concelho.

Protocolo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)

O Município dispõe de 2 funcionários para a emissão de Certificados de União Europeia e esclarecimentos de dúvidas relacionadas com os títulos de residência. Ao abrigo do mesmo foram emitidos, em 2023, 6 certificados que correspondem a cidadãos oriundos da Alemanha, França, Itália e Países Baixos.

Protocolo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

O Município em 2019 assinou um protocolo com a APAV, de forma a prestar apoio e proteção às vítimas de criminalidade. O Apoio traduz-se na realização de atendimentos na localidade para avaliação da situação de perigo e encaminhamento para equipas especializadas sempre que se justifique. Em 2023, realizaram-se 12 atendimentos presenciais.

Protocolo com a Associação Dignidade:

A associação promove o programa abem: Rede Solidária do Medicamento, pretendendo assim contribuir para o acesso universal aos medicamentos e minimização das desigualdades.

Os beneficiários deste programa são pessoas que se encontram numa situação de carência económica e não conseguem comprar os medicamentos que precisam. A cada beneficiário é atribuído um cartão que lhe permite aceder aos medicamentos prescritos em qualquer farmácia do país, sem burocracias e com a dignidade que merecem.

O Município tem protocolado com a associação 30 indivíduos, os quais são contemplados com o cartão abem.

Protocolo de Cooperação entre o Município e o Alto Comissariado para as Migrações

O Município de Alpiarça estabeleceu um protocolo com o Alto Comissariado para as Migrações, de forma a aderir à Rede CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de



Migrantes, disponibilizando um Gabinete de atendimento aos migrantes, que tem como objetivo a sensibilização, a formação e a mediação junto de outras entidades. No ano de 2023 foram realizados 90 atendimentos.

Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação

O Município de Alpiarça tem como intenção estabelecer um Protocolo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, que visa a promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), ao nível do Município.

Protocolo com a Guarda Nacional Republicana

O Município de Alpiarça, pretende estabelecer este protocolo de forma a dar apoio às pessoas mais vulneráveis, e aos cidadãos em situação de dependência, incapacidade, solidão ou isolamento, promovendo um apoio no âmbito da segurança e dos cuidados de saúde em situação de urgência.

8.4.2. Junta de Freguesia de Alpiarça

A Junta de Freguesia de Alpiarça está representada no Conselho Local de Ação Social de Alpiarça, no Núcleo Local de Inserção, no Conselho de Administração da Fundação José Relvas, no Conselho Municipal de Segurança e no Conselho Municipal de Educação.

Com o objetivo de responder à pobreza e exclusão social a Junta de Freguesia apoia agregados familiares em situação precária ou de carência socioeconómica, tendo um regulamento próprio. Os apoios existentes contemplam várias áreas e variam consoante as necessidades apresentadas pelo agregado familiar que podem ir desde o apoio à melhoria da habitação, ao apoio pontual no pagamento das despesas relacionadas com a habitação,



até ao apoio pontual em alimentação, bem como os cabazes de Natal, já anteriormente mencionados.

A Junta de Freguesia colabora com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça, estando afeta uma técnica de apoio administrativo 14h semanais. Na atividade sociocultural para pessoas idosas “Cantinho dos Novelos” houve uma participação de 40 fregueses. E na atividade de apoio técnico em assuntos relacionados com a Autoridade Tributária, foram atendidos 420 fregueses.

Estabelece também várias parcerias, nomeadamente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com as várias Associações Sociais, Culturais e Desportivas do Concelho mostrando-se sempre empenhada em colaborar com as mesmas nos apoios às atividades por si desenvolvidas.

Em 2009 foi aprovado pelo IEFEP a candidatura ao Gabinete de Inserção Profissional (GIP). O GIP procura estar em constante contacto com diversas entidades para responder assertivamente às necessidades apresentadas. As atividades desenrolam-se a dois níveis: o empresarial em que as empresas podem apresentar ofertas de emprego, aceder à base de dados de candidatos, conhecer as vantagens dos programas de estágios profissionais, obter apoio no processo de recrutamento e seleção de candidatos, elaboração e acompanhamento de processos de candidatura a medidas de emprego. No âmbito pessoal, os candidatos podem ter acesso às ofertas de emprego disponíveis, integrar estágios profissionais, serem acompanhados no processo de inserção profissional, aperfeiçoar técnicas de procura de emprego, elaborar currículos e cartas de apresentação.

Através do GIP a Junta de Freguesia de Alpiarça procura ter um relacionamento próximo com as empresas e a sua população respondendo às suas necessidades de integração no concelho.

Em 2023 o GIP:

- Realizou 1 021 atendimentos;
- Realizou 5 sessões (4 delas para apoio à inserção profissional dos desempregados



e nas técnicas de procura de emprego e 1 sessão de direitos e deveres em inglês), para um total de 60 candidatos, de idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos e uma escolaridade entre o 4º ano e o Mestrado;

- Visitou algumas empresas de Alpiarça com o objetivo de se dar a conhecer e se disponibilizar para ajudar as empresas no processo de recrutamento e seleção de trabalhadores;

- Encaminhou 39 candidatos em situação de desemprego para ofertas de emprego, sendo que destes, 8 foram colocados;

- Encaminhou 90 candidatos para ações de formação;

- Efetivou 21 inscrições para o Centro da Escola Profissional do Vale do Tejo para conclusão do 6º, 9º e 12º ano, que se realizou no Edifício Visconde Barroso, antiga escola primária;

- Deu continuidade às apresentações quinzenais para os beneficiários do RSI das famílias apoiadas pela Ação Social no ano de 2023;

9. SEGURANÇA PÚBLICA

9.1. BOMBEIROS MUNICIPAIS DE ALPIARÇA

O Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça foi criado a 6 de março de 1949, pela Câmara Municipal de Alpiarça, sendo detido e mantido por esta Entidade e considerado uma instituição de utilidade pública, com regulamento próprio.

Os Bombeiros têm como missão (art 3º, nº 1 do DL n.º 247/2007, de 27 de junho):

- A prevenção e o combate a incêndios;
- O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;
- A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;
- A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

O Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça (CBMA), é um corpo de operacionais misto, do Tipo 4 (art 10º, nº 3, alínea a do DL n.º 247/2007, de 27 de junho), sendo composto por Bombeiros Sapadores e Bombeiros Voluntários. Apesar de contar com elementos Voluntários e Profissionais, o CBMA, sempre pautou a responsabilidade e eficiência, no desempenho das missões atribuídas, contando com todos aqueles que serviram e servem o lema “Vida por Vida”.

Os homens que mais se destacaram na história do CBMA foram: o seu fundador, Dr. Raul José das Neves – então Presidente da Câmara Municipal, o primeiro Comandante Sr. Eduardo Pinto de Menezes e o Sr. Comandante Francisco Batata Correia, que dá nome ao novo Quartel, inaugurado a 2 de abril de 1993.

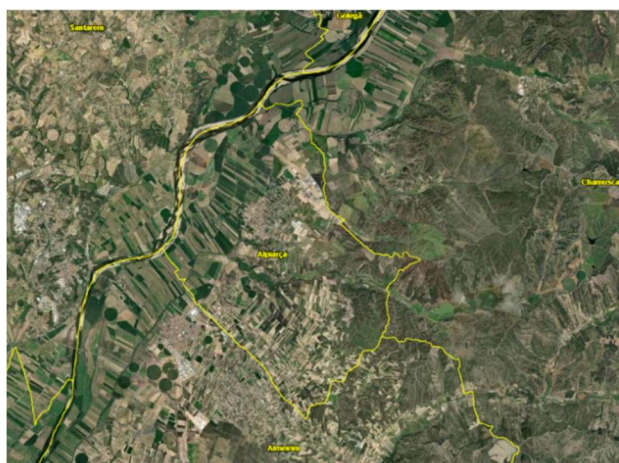
O Quartel situa-se na Rua dos Bombeiros e da Música e proporcionou a capacidade dos operacionais melhorarem as condições de habitabilidade e de respostas às ocorrências, bem como, o treino operacional, favorecendo infraestruturas para o efeito como é o caso da Sala de Aulas, do Tanque de Mergulho (dos poucos do Distrito) e da Casa-Escola, que sendo um edifício polivalente permite praticar desde Incêndios em Edifícios, a Resgate em Altura ou até Situações de Emergência Médica e de Trauma.

Esta corporação conta atualmente com 2 elementos do quadro de Comando, 35 elementos no quadro ativo (19 Bombeiros Sapadores e 16 Bombeiros Voluntários), 3 estagiários, 2 cadetes, 0 infantes, 10 elementos na reserva e 26 no quadro de Honra. A sua maioria detém o 9º ano de escolaridade (*Fonte: Gabinete de Proteção Civil, 2024*).

Zona de Intervenção:

A Zona de Intervenção do CBMA situa-se em toda a área do Concelho de Alpiarça, não excetuando os pedidos de colaboração da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e/ou demais entidades competentes em todo o Território Nacional/Internacional, como na missão IDAI, em 2019, em Moçambique.

Figura 5 - Zona de intervenção do CBMA



Fonte: Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes

Quadro 77 - Ocorrências (2020-2023)

	2020	2021	2022	2023
Fenómenos Naturais	-	-	2	-
Incêndios Urbanos ou Área Urbana	7	9	4	6
Incêndios Equipamentos e Produtos	1	-	3	-
Incêndio em Transportes	-	2	7	2
Acidentes	39	45	29	33
Acidentes Industriais e Tecnológicos	1	1	3	1
Incêndios Rurais	82	67	21	15
Incêndios em Detritos	7	14	9	5
Compr. Segur. / Serv. / Estruturas	11	35	23	21
Assistência em Saúde	1 271	1 420	894	1 111
Intervenção em Conflitos Legais	29	26	19	28
Assist. / Prevenção Ativ. Humanas	73	134	88	84
Operações	1 266	1 340	834	610
Outros	10	2	1	7
Total	2 797	3 095	1 937	1 923

Fonte: Serviço de Proteção Civil Municipal de Alpiarça (2024)

Analisando o quadro 77, os dados introduzidos são exclusivamente do concelho de Alpiarça e podemos concluir que entre 2020 e 2023 as ocorrências relacionadas com operações e de assistência em saúde (emergências médicas) são as que têm um maior número de registos. As ocorrências relacionadas com fenómenos naturais são as que apresentam menor número, sendo que, no período de referência, verificaram-se registos destes fenómenos na classificação de comprometimento total ou parcial de segurança, serviços ou estruturas.

Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos Bombeiros de Alpiarça:

Com a finalidade de intensificar a solidariedade e a interação, foi criada há alguns anos, a Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos Bombeiros de Alpiarça (ACDBBA) que tem como missão apoiar o funcionamento do Corpo de Bombeiros de Alpiarça e os seus operacionais em diversas situações. Tem como principal objetivo aproximar a comunidade alpiarcense do Corpo de Bombeiros organizando para isso algumas atividades desportivas e culturais, através da sua Secção Cultural e Desportiva, assentes em parceria com outras entidades, cujos percursos insiram roteiros de interesse cultural e histórico.

9.2. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE ALPIARÇA

A Guarda Nacional Republicana é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial.

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, caracterizando-se como uma Força Militar de Segurança.

No que diz respeito ao Posto Territorial da GNR de Alpiarça, relativamente aos recursos humanos existem 22 militares (17 homens e 5 mulheres) apoiados maioritariamente ao longo do ano por apenas 1 viatura ligeira tipo Pick Up (GNR, 2024)

Quadro 78 - Criminalidade (2021-2024*)

	2021	2022	2023	2024*
Alpiarça	137	311	368	162
Lezíria do Tejo	7 157	8 683	9 196	7 104
Continente	277 636	312 502	335 806	310 425

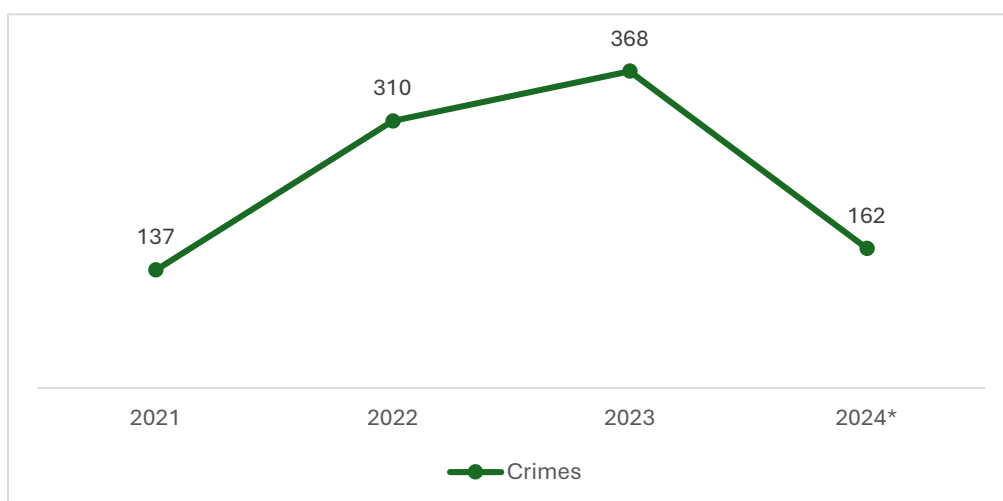
Fonte: PORDATA e GNR Alpiarça (2024)

*Dados referentes ao 1º semestre

Analizando os dados de 2021 até ao primeiro semestre de 2024, relativamente ao nível regional e nacional, verifica-se um aumento das taxas de criminalidade no ano de 2023, que se pode confirmar pelo quadro 78, o que tem vindo a fomentar um aumento do policiamento de visibilidade junto dos locais com maior índice de criminalidade identificados em estudos e estatísticas realizadas.

O policiamento mencionado, devidamente estruturado seja ao nível de locais, horários e datas específicas, tem na sua origem de sustentabilidade operacional, a utilização de metodologias adequadas e inovadoras como o estudo da criminalidade e da população, assim como a aquisição de técnicas de trabalho implementadas pelo Comandante de Posto, aferidas pela cadeia de comando e executadas pelo efetivo.

Gráfico 21 - Total de crimes registados pela GNR em Alpiarça (2021-2024*)



Fonte: GNR Alpiarça (2024)

*Dados referentes ao 1º semestre

Como podemos verificar através do gráfico, o número de crimes no concelho de Alpiarça, dos 4 anos em análise, tem vindo a aumentar. No ano de 2021 o número único de identificação de processos-crimes (NUIPC's) cifrou-se em 137, atingindo em 2023, o número mais elevado com o total de 368 crimes registados.

Quadro 79 - Crimes registados pela GNR em Alpiarça (2021-2024*)

Tipo de Crime	Concelho de Alpiarça			
	2021	2022	2023	2024*
Contra Pessoas	41	88	87	42
Contra o Património	61	100	159	69
Contra Vida em Sociedade	19	73	59	30
Contra o Estado	3	11	12	4
Contra Animais	4	5	0	0
Legislação Avulsa	9	33	51	17
Total	137	310	368	162

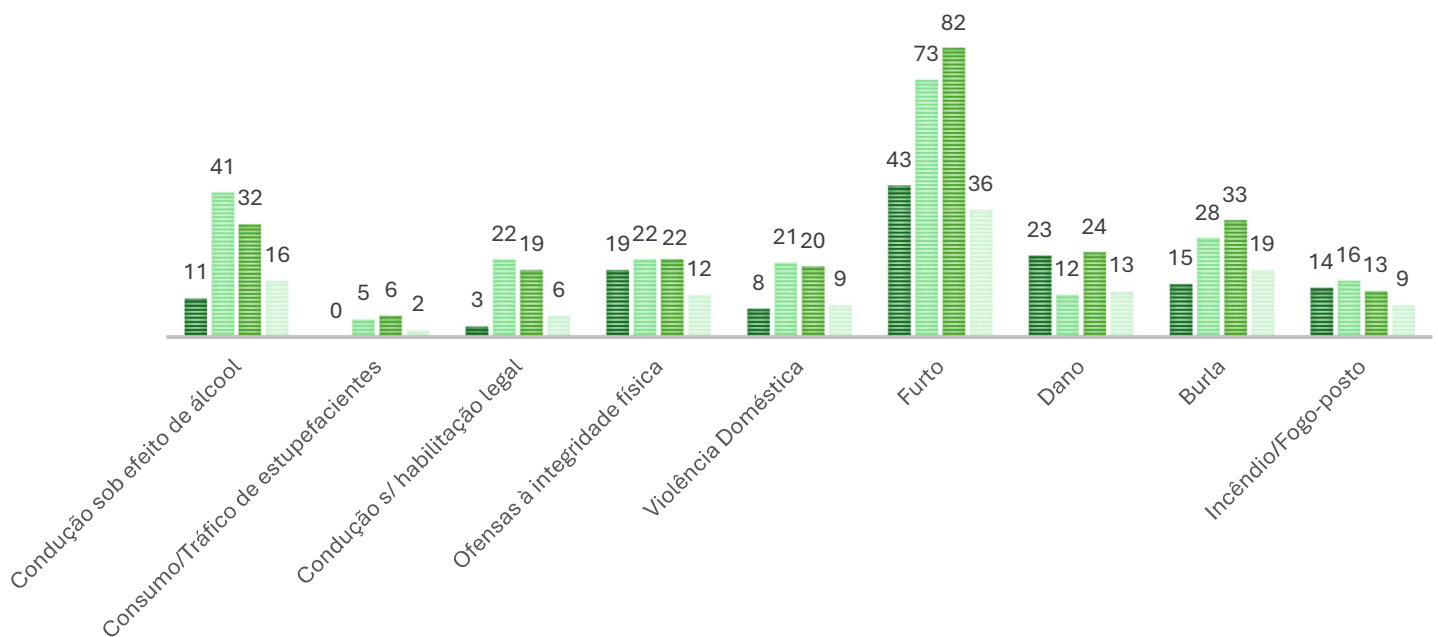
Fonte: GNR Alpiarça (2024)

*Dados referentes ao 1º semestre

Dos tipos de crime cometidos, verificamos que em todos os anos em análise, os crimes contra o património são os mais recorrentes, seguindo-se os crimes contra pessoas e, posteriormente, os crimes contra vida em sociedade.

Em 2023 houve um total de 368 crimes, sendo que 159 dos mesmos foram contra o património, 87 contra pessoas, 59 contra a vida em sociedade, 51 legislação avulsa, 12 contra o Estado e não existindo registos de crimes contra animais.

Gráfico 22 - Distribuição da criminalidade por tipo de crime no Concelho de Alpiarça



Fonte: GNR Alpiarça (2024)

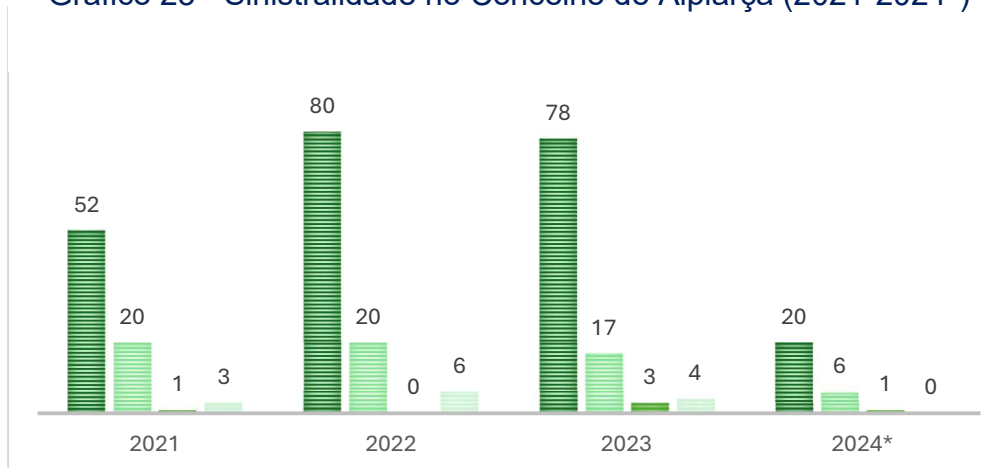
*Dados referentes ao 1º semestre

Através do gráfico, é possível constatar que o número de crimes mediante a sua tipologia, no geral, aumentou em 2023 comparando com o ano de 2022.

O tipo de criminalidade que apresenta maior número de registos no concelho de Alpiarça em 2023, é o crime de furto com 82 NUIPC's, seguindo-se o crime de burla, com 33 NUIPC's. Apesar de em 2023, ter registado um valor menor do que em 2022, o crime de violência doméstica, com 20 processos-crimes, continua a ser um motivo de preocupação, e de muito trabalho por parte do Posto da GNR de Alpiarça.

De salientar que as diminuições mais acentuadas dizem respeito aos crimes relativos à condução sob efeito do álcool e incêndio/fogo-posto.

Gráfico 23 - Sinistralidade no Concelho de Alpiarça (2021-2024*)



Fonte: GNR de Alpiarça (2024)

*Dados referentes ao 1º semestre

Relativamente à sinistralidade no concelho de Alpiarça verifica-se que no ano de 2022, foi onde houve o maior número de participações de acidente de viação com colisões (80) e despistes (20), tendo a nível de sinistralidade grave, sido registados seis feridos graves, a lamentar duas vítimas mortais.

No ano de 2023, houve uma diminuição de participações de acidentes de viação, com 78 colisões, 17 despistes, tendo sido participados 3 atropelamentos.

No âmbito da sinistralidade grave, no ano de 2023, registaram-se quatro feridos graves, tendo a lamentar uma vítima mortal.

10. CULTURA, LAZER E DESPORTO

As atividades de lazer, sejam elas de âmbito cultural, recreativo ou desportivo são indispensáveis para o bem-estar físico e psíquico de qualquer ser humano.

No concelho de Alpiarça existem vários espaços e equipamentos ao dispor da comunidade que permitem desfrutar não só das várias atividades que desenvolvem, mas também da própria envolvência onde estão inseridos.

10.1. CULTURA E LAZER

Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça

Por testamento lavrado em 1928, José de Mascarenhas Relvas legou a Quinta dos Patudos, a casa, a coleção de arte, a biblioteca e o arquivo ao Município de Alpiarça, determinando que a residência fosse conservada como museu e mantivesse a designação de Casa dos Patudos. A Casa dos Patudos foi inaugurada, como Museu a 15 de maio de 1960. Aqui, encontra-se uma requintada sensibilidade artística, desde o mobiliário, às porcelanas, pinturas e tapeçarias que constituem o núcleo principal das obras de arte da coleção de José Relvas.

Na pintura portuguesa, destacam-se obras de Silva Porto, José Malhoa, Columbano Bordalo Pinheiro e Constantino Fernandes, além de notáveis artistas de escolas estrangeiras. Podem, ainda, ser apreciadas porcelanas de Sèvres e de Saxe, azulejaria, peças da Companhia das Índias, cerâmicas da Fábrica das Caldas da Rainha (Rafael Bordalo Pinheiro), Rato, Bica do Sapato e Vista Alegre (primitiva) e bronzes de Chapu, de Mercié e de Frémiet. Um aprazível jardim histórico completa o riquíssimo interior da Casa.

A Casa dos Patudos assinala uma nova linguagem de Arquitetura Concetual, concebida pelo arquiteto Raul Lino, dotado de uma cultura europeia marcada pela robustez dos seus critérios e competências.

Apropriada de referências nacionais, afirma-se com um certo despojamento decorativo

exterior, mas esplendorosa e funcional nos seus espaços interiores, com um mobiliário, criado também pelo arquiteto Raul Lino.

A Casa dos Patudos organiza visitas guiadas para o público em geral, conta com um serviço educativo que realiza diversas atividades para público direcionado e conta com uma programação cultural diversificada.

O horário de funcionamento da Casa dos Patudos é de terça-feira a domingo das 09h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30.



Casa dos Patudos

Biblioteca Municipal de Alpiarça

A Biblioteca possui, segundo os dados de 2023, cerca de 23 500 documentos entre os quais 1 100 filmes e 640 documentos áudio. Estão inscritos 4 070 utilizadores.

Ao nível dos meios digitais, disponibiliza 22 postos de trabalho – 16 na Secção de Adultos e 6 na Secção Infante/Juvenil – com acesso à Internet (também via wireless), serviço de impressão (incluindo 3D) e digitalização de documentos. Possui 12 tablets, drones, óculos de Realidade Virtual, entre um conjunto vasto de artefactos digitais que utiliza regularmente nas atividades.

Existem ainda outros serviços on-line disponíveis, nomeadamente a consulta do Catálogo Bibliográfico e a Biblioteca Digital.

Oferece à comunidade um conjunto regular de atividades no âmbito da promoção no livro e da leitura. No campo de ação da Rede de Bibliotecas de Alpiarça, mais focado nos pequenos leitores, promove, regularmente, visitas e atividades direcionadas às crianças do pré-escolar e do 1º ciclo. Para os mesmos escalões etários, desenvolve atividades fora do âmbito escolar, muitas das quais com as famílias. Para o público adulto, desenvolve, também, um conjunto de atividades no mesmo âmbito, como a comunidade de leitores ou com os utentes das IPSS locais.

A Biblioteca Municipal de Alpiarça dispõe do serviço BiblioTICs, projeto no âmbito da Rede de Bibliotecas da Lezíria do Tejo (RIBLT) que disponibiliza à comunidade alpiarcense um conjunto de workshops/ações de formação na área das literacias digitais, de forma abrangente e diversificada, tanto nos conteúdos como nos escalões etários, promovendo, assim, o acesso igualitário e gratuito à informação e a aprendizagem ao longo da vida.

A biblioteca pretende ser um local de convívio onde os cidadãos podem partilhar e divulgar os seus conhecimentos e, simultaneamente, usufruir das novas tecnologias e das novas formas de comunicar, de que é exemplo a internet e as ações de formação na área das literacias digitais, facilitando a aprendizagem ao longo da vida e promovendo a inclusão digital.

O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda a sexta-feira das 10h00 às 17h00.





Biblioteca Municipal de Alpiarça

Estações Arqueológicas

No concelho é possível encontrar locais e artefactos de interesse arqueológico. Um desses locais é a estação arqueológica do Cabeço da Bruxa, que se localiza na Quinta da Goucha, e consiste numa elevação de areia de cerca de 6 metros sobre a planície de aluvião, apresentando vestígios que se estendem do Calcolítico à época romana. Merece especial referência a necrópole da Idade do Bronze Final, pela variedade e o estado de conservação dos recipientes cerâmicos que a integravam.

Existem ainda em Alpiarça outras estações arqueológicas na Quinta dos Patudos. Este conjunto integra os povoados do Alto do Castelo e o Cabeço da Bruxinha e as necrópoles do Tanchoal e do Meijão. As últimas deverão pertencer à Idade do Ferro, enquanto o Alto do Castelo apresenta uma sequência de ocupações desde o Calcolítico à época romana. O cabeço da Bruxinha não possui uma cronologia definida.



Estações Arqueológicas

Albufeira dos Patudos

A Albufeira dos Patudos com cerca de 35 anos é um local que proporciona ótimas condições para a prática de desportos náuticos (canoagem, remo) e também é muito procurado por pescadores, realizando-se, regularmente, vários concursos de pesca e atividades de outdoor, como o campeonato de triatlo. É um espaço de grande atração quer para os habitantes da vila, quer para todos aqueles que passam por esta localidade e aqui aproveitam para descansar, passear um pouco ou até fazer piquenique.

Existem caminhos pedonais na zona envolvente para os que gostam de caminhar e desfrutar de espaços naturais observando magnífica paisagem sobre a Albufeira dos Patudos e toda a Lezíria do Ribatejo. Junto à Albufeira dos Patudos existe um espaço com areia onde é possível praticar futebol e voleibol de praia.



Albufeira dos Patudos



Aldeia Palafita do Patacão

A aldeia Avieira do Patacão constitui um privilegiado ponto de contacto com o rio Tejo, num local que conjuga a memória histórica com um aprazível ambiente, onde a água, a areia e a frescura dos salgueiros permitem uma tranquila proximidade com a natureza.

Foi, em tempos, uma aldeia de pescadores oriundos da praia da Vieira de Leiria que ali se fixaram com as suas tradicionais edificações palafitas feitas em madeira, construídas a pensar nas cheias de Inverno.

Nesta zona não é aconselhável tomar banho pois não existe vigilância.



Aldeia Palafita do Patacão

Vala Real de Alpiarça e Parque do Carril

A vila de Alpiarça está localizada próxima do rio Tejo e também de uma vala, denominada de Vala Real de Alpiarça.

A sua extensão e largura (na maioria dos troços a distância entre as margens é superior a 10/15 metros) potenciam, naturalmente todas as condições para as práticas de lazer e de competição.

Junto à vala está localizado um mercado de frutas dirigido à comercialização do melão e da melancia, produtos muito característicos da região.



Vala Real de Alpiarça e Parque do Carril

Quinta dos Patudos - Reserva Natural do Cavalo Sorraia

A Reserva Natural Cavalo do Sorraia é uma área dedicada à conservação e desenvolvimento de uma raça de cavalos em vias de extinção: o Cavalo Ibérico, popularmente conhecido como Cavalo do Sorraia. Esta reserva abrange uma área de 36 hectares e inclui terra de pastagens, bosques, pinhais, campo de paintball e lagos, possibilitando assim a recriação de um ambiente natural e tranquilo.

A Quinta dos Patudos, possui também estábulos e cavalos de raças cruzadas da escola de equitação, um centro de jardinagem, uma universidade canina, um restaurante, espaço para piqueniques e alguns animais da quinta, nomeadamente: ovelhas, galinhas sedosas, patos, gansos, galinhas da Índia, pavões, porcos vietnamitas, cabras e burros.



Quinta dos Patudos - Reserva Natural do Cavalo Sorraia

Reserva Natural do Paul da Goux

Nos anos 60, o Paul da Goux era uma zona utilizada para a cultura de arroz, vindo mais tarde, por volta dos anos 80 tornar-se numa zona de exploração de inerte (extração de areias), atividade esta que foi cancelada nos inícios do século XXI, para preservação ambiental. Em 2005, iniciou-se o Projeto Ripidurable com vista à recuperação ecológica e

paisagística. Em 2008 foram feitos trabalhos de plantação de árvores, tendo sido plantadas cerca de 600 exemplares de 12 espécies da região, resultando numa taxa de sucesso de plantação de 68%, valor muito positivo para projetos desta natureza. A criação da Reserva Natural Local do Paul da Goux, valoriza a conservação de espécies e seus ecossistemas, albergando uma biodiversidade única, onde vivem aves, mamíferos, répteis ou insetos que não se encontram em mais nenhum local da região.

O Paul da Goux tem vindo a ser utilizado para o desenvolvimento de vários programas e atividades, nomeadamente, percursos interpretativos, jogos didáticos e visitas da comunidade escolar, contribuindo para a consciencialização do valor natural deste local.



Reserva Natural do Paul da Goux

Parque de Campismo de Alpiarça

O Parque de Campismo de Alpiarça envolve uma área bruta de 7 hectares, sendo ocupada em termos úteis uma área de 3,5 hectares, oferecendo uma capacidade para 150 alvéolos, permitindo assim a permanência de 1500 campistas. Possui um conjunto de equipamentos que proporcionam aos seus utentes o necessário bem-estar.

À data de atualização do presente documento, o parque de campismo encontra-se desocupado, tendo o Município colocado o mesmo a aguardar concessão.



Parque de Campismo de Alpiarça

Quinta da Lagoalva de Cima

Esta adega, representativa da arquitetura aristocrática rural do século XVIII, situa-se num amplo pátio rural rodeado por instalações agrícolas. A Quinta da Lagoalva de Cima possui 60 hectares de vinha e tem vindo a ser reestruturada para melhorar a qualidade dos vinhos, predominando as castas Aragonez, Syrah, Touriga Nacional, Alfrocheiro, Fernão Pires, Arinto e Chardonnay, entre outras. As vinhas podem ser visitadas com o acompanhamento de um técnico. É também possível apreciar a adega completamente remodelada e saborear os melhores vinhos da casa acompanhados por uma refeição regional.



Quinta da Lagoalva de Cima

Quinta da Atela

A Quinta da Atela, situada em Alpiarça, na margem sul do rio Tejo, foi criada em 1346 pelos Condes de Ourém e doada ao Convento da Graça de Santarém dos Agostinhos Calçados, na altura ainda denominada por Quinta da Goucha.

A Quinta da Atela conta neste momento com 600 hectares, onde o cultivo das vinhas ocupa uma área de 150 hectares e o VALGRUPO produz os próprios vinhos, bovinos e desenvolve atividades com eventos festivos e enoturismo.

Na Quinta da Atela existem espaços para eventos sociais e de lazer, apresentações de produtos e de serviços, reuniões empresariais, conferências, encontro de amigos e familiares, visitas de estudo ou turismo.



Quinta da Atela



Casa Agrícola Paciência

A Casa Agrícola Paciência é uma empresa vitivinícola familiar e foi fundada em finais do séc. XIX numa altura em que havia total dedicação à produção a granel.

Situada no coração de Alpiarça, esta exploração agrícola, tem uma capacidade instalada na adega para 3 milhões de litros, cujo destino principal é o mercado nacional, não descurando a exportação que tem vindo a ganhar peso ao longo dos anos.

A Casa Paciência disponibiliza ainda uma oferta diversificada em vinagre e compotas bêbedas, bem como atividades de degustação dos vinhos da região.



Casa Agrícola Paciência



10.2. DESPORTO

Piscinas Municipais de Alpiarça

As Piscinas Municipais de Alpiarça estão equipadas com um tanque de aprendizagem interior com as seguintes dimensões: 12,5m por 16,7m. No exterior existe uma piscina de 25m por 12,5m com uma baía e também um chapinheiro com um raio aproximado de 4m, para crianças com menos de seis anos. Existem balneários equipados para cada um destes equipamentos.



Piscinas Municipais de Alpiarça



Estádio Municipal de Alpiarça

O Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves possibilita a prática de futebol bem como de ciclismo. Localiza-se na Estrada Nacional 118, junto à Casa dos Patudos.



Estádio Municipal de Alpiarça

Sendo objeto de constantes remodelações e melhorias, atualmente o Estádio é constituído por relvado sintético de borracha.

O estádio é caracterizado pelas grandes dimensões que apresenta para a prática do futebol

com as medidas de 100 x 64, para futebol de 11 e futebol de 7. Possui ainda três balneários, iluminação com quatro torres e uma bancada com lotação para cerca de 390 pessoas. O estádio é ainda caracterizado pela grande facilidade de acesso e de estacionamento que oferece ao público.

Nave Desportiva de Alpiarça

A nave desportiva de Alpiarça apresenta excelentes condições para a prática do Atletismo. Uma das características que promove essas mesmas condições é o facto de ser um espaço coberto.



Nave Desportiva de Alpiarça

A instalação apresenta como principais características o piso sintético, um elevado número de balneários para ambos os sexos, iluminação e uma varanda que serve de bancada com capacidade para cerca de cem pessoas.

No que concerne as provas de Atletismo, é possível realizar na referida instalação: provas de velocidade 60 metros, salto em comprimento, salto em altura, salto à vara e lançamento do peso, 600 metros barreiras.

As medidas da Nave são de 79,5 metros de comprimento por 29,5 metros de largura tendo como principais utilizadores a Federação Portuguesa de Atletismo, Clubes de Atletismo, as Escolas e a população em geral.

Possui ainda um ginásio com diferentes máquinas de musculação de apoio ao atletismo.

A nave desportiva pode ainda ser usada para outras atividades, mediante solicitação ao Município.

Complexo Desportivo dos Patudos

O Complexo Desportivo dos Patudos está destinado ao desporto, recreação e lazer, sendo um espaço onde todos os interessados podem usufruir de um conjunto de infraestruturas disponíveis em horários alargados. Para a prática desportiva, este espaço dispõe de dois campos de Ténis e uma parede, um campo sintético de Futebol Sete e um Polidesportivo, 1 Pista XCO e caminhos pedonais.



Complexo Desportivo dos Patudos

10.3. ASSOCIATIVISMO

São várias as associações, culturais e desportivas existentes no concelho de Alpiarça, sendo as mais relevantes, com atividades para a população em geral:

Sociedade Filarmónica Alpiarcense

A Sociedade Filarmónica Alpiarcense "1º de Dezembro" conta atualmente com uma banda filarmónica com cerca de 30 elementos e tem também uma escola de música que promove aulas gratuitas para todos os que pretendem aprender e integrar-se na sua atividade, contando, neste momento, com cerca de 20 jovens. Além das referidas atividades tem em funcionamento, mais dez áreas (secções): Cultura, Escola de Música (com mensalidades acessíveis e destinada ao ensino de órgão, piano, viola, canto, etc.), Orfeão, Patinagem, Pesca Desportiva, Cicloturismo, Campismo e Karaté.

Clube Desportivo “Os Águias”

O Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça tem como objetivo promover atividades desportivas, culturais e recreativas. Ao nível desportivo tem uma larga oferta de modalidades.

O Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça” tem uma das melhores sedes de Clubes Desportivos do distrito de Santarém (sede própria) onde se encontra o gabinete da direção, gabinetes de todas as secções desportivas, secretaria, um bar, um pavilhão, um ginásio, uma sala de desporto e respetivos balneários.

O pavilhão desportivo, foi inaugurado no ano de 1974 com uma lotação aproximadamente de quinhentas pessoas, com capacidade e condições para acolher várias modalidades apresentando as dimensões de 38,7 metros x 28,9 metros num total de 1118,43 metros quadrados. Tem como principais características, o piso sintético e ainda quatro balneários divididos por ambos os sexos (dois masculinos e dois femininos).

O seu uso destina-se neste momento essencialmente ao treino e prática da modalidade de Ginástica (Trampolins) da equipa do Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça.

O ginásio, foi inaugurado em 1999 e tem como dimensões 25,3 metros x 10,9 metros num total de 275,77 metros quadrados, sendo possível alugar o espaço à população do concelho e sócios de clube.

Apresenta como principais características o piso sintético, balneários, excelente iluminação e ainda uma bancada com lotação para aproximadamente 300 pessoas.

Existem ainda diversos espaços para a realização de congressos, festas, palestras e apresentações das várias equipas do Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça.

Tal como foi referido anteriormente, existem mais associações para além das mencionadas:

- AIDIA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça – desenvolve atividades pontuais no âmbito das tradições de Alpiarça;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Frade de Cima;
- Associação de Caçadores de Alpiarça;
- Associação de Estudantes da Escola EB 2,3/S de José Relvas;

- 
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de José Relvas de Alpiarça;
 - Associação Humanitária dos Bombeiros Municipais de Alpiarça;
 - Casa do Benfica;
 - Casa do Xadrez de Alpiarça;
 - Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho;
 - Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1301;
 - DECULT – desenvolve atividades culturais e desportivas para os funcionários da Câmara Municipal de Alpiarça;
 - Grupo de Amigos da Natureza;
 - Grupo de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho de Alpiarça;
 - Grupo Etnográfico de Danças e Cantares de Alpiarça – Albandeio;
 - Moto Clube “Charrua”;
 - NACA – Núcleo de Amigos do Cicloturismo de Alpiarça;
 - Núcleo de Cicloturismo de Alpiarça 100% TT;
 - Núcleo Sportinguista de Alpiarça;
 - Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça;
 - Real Clube de Petanca de Alpiarça.

11. PONTOS RELEVANTES

✓ Transporte Rodoviário:

- Existe uma rede de transportes durante o período de aulas entre os lugares (Casalinho, Frade de Cima, Frade de Baixo e Gouxaria) e Alpiarça para os alunos e munícipes.
- O serviço de transporte flexível a pedido, USO, possibilita o transporte de táxi a um preço reduzido, complementando o transporte rodoviário existente.

✓ Demografia:

- Segundo os dados dos Censos de 2021 a sede de concelho de Alpiarça reunia cerca de 77% da população total.
- Entre 2020 e 2023 houve um aumento da população. Em 2023, em Alpiarça, foram contabilizados 7 272 residentes no concelho.
- Em 2023, o índice de envelhecimento demográfico (229) aumentou em relação a 2019. Cerca de 28% da população era envelhecida.
- Em 2023, o número de indivíduos em idade ativa por idoso era de 2,1.
- Em 2023, o índice de dependência total diminuiu para 67,6%, em relação a 2019, ou seja, o índice de dependência de jovens e de idosos reduziu.
- O número de população estrangeira com estatuto legal de residente, no concelho, está a aumentar. De acordo com os últimos dados disponíveis, em 2022, existiam 344 emigrantes, traduzindo-se em 4,8% da população total de Alpiarça.
- Em 2022, a maioria da população estrangeira com estatuto legal de residente era do sexo masculino.



- Em 2021, os países de nacionalidade estrangeira mais significativos eram a Roménia e a Índia.

- O número de alunos de nacionalidade estrangeira tem vindo a aumentar, sendo, no ano letivo de 2023/2024, de 87 alunos, predominando a nacionalidade brasileira.

✓ **Atividade económica:**

- Segundo os Censos de 2021, a população ativa predominava no setor terciário, estando a diminuir no primeiro e segundo setor.

- O desemprego registado no IEFP, nos últimos 3 anos, apresentou valores mais elevados nos meses de inverno. O sexo feminino foi o que apresentou maior número de desemprego registado. A população ativa desempregada encontrava-se, maioritariamente, à procura de um novo emprego.

✓ **Habitação:**

- Em 2021 verificou-se uma diminuição das famílias residentes e dos alojamentos familiares, comparativamente a 2011.

- Famílias clássicas de 2 elementos predominavam em 2021.

- O Parque Habitacional Municipal é constituído, no presente, por 21 fogos.

✓ **Saúde:**

- Atualmente, o quadro de médicos encontra-se completo.

- A perturbação depressiva foi a doença mental que afetou o maior número de munícipes em 2023. Foram registados 698 casos, sendo predominante no sexo feminino.

✓ **Educação:**

- Em 2021, a taxa de analfabetismo era de 5,1% da população, sendo a maioria do sexo feminino.
- A maioria da população possui apenas o Ensino Básico, destacando-se o 1º ciclo, conforme os Censos de 2021.
- Resposta insuficiente com elevada procura da valência de creche.

✓ **Ação Social:**

- Existe lista de espera numa das respostas de ERPI.
- Em dezembro de 2023, 42 agregados familiares foram beneficiários do POAPMC (95 beneficiários).
- Em média 9 agregados familiares usufruíram do banco alimentar da luta contra a fome, no ano de 2023.
- Em 2023, o número de processos familiares do SAAS era de 127, correspondente a 278 beneficiários.
- Em dezembro de 2023, foram registados 53 beneficiários de RSI. As faixas etárias que mais recorreram a este apoio situam-se entre os 45 e os 64 anos, predominando o sexo feminino.
- As problemáticas registadas pela CPCJ, nos últimos 4 anos, que refletiram um maior número de crianças sinalizadas dizem respeito a violência doméstica, comportamentos de perigo na infância e juventude e negligência.
- Entre 2020 e 2023, relativamente à faixa etária, a maioria do número de crianças ou jovens



sinalizados/acompanhados pela CPCJ, registou-se entre os 11 e 14 anos e entre os 18 e 21 anos.

✓ **Segurança Pública:**

- Os crimes registados pela GNR, nos últimos 3 anos, têm vindo a aumentar.
- No ano de 2023, os tipos de crime que apresentaram maior número de registos foram o furto e a burla.
- Foram contabilizados 20 casos de violência doméstica em 2023.

11.1. PROBLEMÁTICAS E NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

EDUCAÇÃO

Quadro 80 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Educação

Problemas / Necessidades	
• Baixa escolaridade da população • Comportamentos de risco (abuso de álcool e drogas, bullying e cyber-bullying, abuso e coação sexual) • Poucas alternativas / diversificação da oferta educativa	
Forças	Fraquezas
• Agrupamento de Escolas de José Relvas (Plano de Inovação – Funcionamento por semestres; Cursos Profissionais; EMAEI; GAAF e SPO) • Câmara Municipal de Alpiarça (EMIC – PIICIE LT) • Fundação José Relvas (Polo de Intervenção Precoce) • CPCJ • Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas José Relvas	• Falta/Fraca sinalização de crianças e jovens para apoio psicológico • Inexistência de dados relativamente aos comportamentos de risco (abuso de álcool e drogas) • Desvalorização e/ou desmotivação para a aprendizagem formal (famílias com pouca formação, não incentivando a prossecução dos estudos) • Fatores socioeconómicos (fracos rendimentos e elevado nº de escalões) e fatores culturais (desinteresse em momentos de lazer e cultura/ eventos sociais) • Ausência de projetos de vida e modelos de referência (falta de informação por parte dos pais aos filhos)

	• Necessidade de aceitação pelo grupo (aumento do nº de horas de interação com jogos e tecnologias, dificuldades nas competências interpessoais e gestão das mesmas) • Não valorização do meio escolar pelas famílias (elevado nº de faltas justificadas pelos pais e aceites pelos DT's)
Oportunidades	Ameaças
• Otimização dos projetos existentes • Capacitação da comunidade escolar relativa aos comportamentos de risco • Mais cursos técnicos profissionais no secundário (relacionados com a agricultura, profissões não especializadas e indústria) • Curso de alfabetização	• Vulnerabilidade (excesso de horas de trabalho dos pais e aumento do nº de horas que os alunos passam sozinhos) e baixa autoestima (falta de competências pessoais e sociais e falta de reforço positivo) • Falta de autoridade parental (falta de competências parentais e alienação parental). • Ausência dos encarregados de educação na instrução dos seus discentes (delegação de instrução em ATL's e Centros de estudo) • Alunos sem acesso a dispositivos com internet na sua habitação

Fonte: AEJR, CMA – Gabinete de Educação, CPCJ

HABITAÇÃO

Quadro 81 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Habitação

Problemas / Necessidades	
• Falta de habitação a custos controlados • Más condições de habitabilidade especialmente na população idosa • Ausências de casas para arrendar com condições de habitabilidade • Habitações devolutas	
Forças	Fraquezas
• Câmara Municipal de Alpiarça e Junta de Freguesia (Apoio na conservação e melhoramento das habitações) • Programas Governamentais: Rendas Acessíveis - Protocolo de Cooperação CIMLT/IHRU; 360º Habitações Privadas; 360º Edifícios Públicos; 1.º Direito – Programa de apoio ao acesso à Habitação	• Baixos rendimentos da população • Falta de investimentos dos proprietários na manutenção das habitações • Hábitos sociais e culturais • Resposta de Habitação Social insuficiente
Oportunidades	Ameaças
• Candidatura aos programas governamentais • Divulgação dos programas existentes • Construção de casas a custos controlados • Levantamento de dados de habitações devolutas (arrendamento) • Oficinas de manutenção de casa (carpintaria, serralharia, pintura, construção, bricolage) / Criação de Programa de reparação a famílias vulneráveis	• Resistência à mudança • Falta de conhecimentos e divulgação dos apoios existentes • Ausência de motivação/ interesse • Subsidiodependência (superior a 24 meses) • Aumento dos juros da habitação • Aumento do valor das rendas

Fonte: CMA – Gabinete de Ação Social e Saúde

PESSOAS IDOSAS

Quadro 82 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área das Pessoas Idosas

Problemas / Necessidades	
• Idosos em Isolamento Social e Solidão • Vagas insuficientes na resposta de ERPI • Falta de formação dos cuidadores formais e informais	
Forças	Fraquezas
• Câmara Municipal de Alpiarça • Junta de Freguesia • IPSS's do Concelho • Segurança Social • Apoios Sociais (ex: estatuto do cuidador informal) • Regime maior acompanhado	• Abandono/inexistência de família de retaguarda • Rede de transportes municipal fraca • Problemas de saúde mental sem acompanhamento • Respostas insuficientes em ERPI • Baixos recursos económicos dos utentes • Poucos recursos humanos intermédios especializados • Doenças físicas e de foro mental
Oportunidades	Ameaças
• Alargamento das respostas sociais existentes • Divulgação de apoios sociais • Aumento da qualidade global dos serviços prestados • Bolsa de Voluntários de apoio a idosos • Candidaturas a fundos comunitários • Aumento da comparticipação às IPSS's	• Falta de respostas atempadas para Descanso do cuidador • Restrições orçamentais das famílias e IPSS • Desmotivação no conhecimento/aprendizagem da área gerontológica/ atualização de conhecimentos

Fonte: ARPICA, CMA – Gabinete de Ação Social e Saúde, FJR, Segurança Social

SAÚDE

Quadro 83 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Saúde

Problemas / Necessidades	
Ausência de resposta na área da saúde mental	
Forças	Fraquezas
- Centro de Saúde - Hospital de Santarém - Projeto cofinanciados	- Falta de resposta a problemas de saúde mental - População envelhecida - Elevado nº de perturbações depressivas
Oportunidades	Ameaças
- Contratação de profissionais da área da saúde mental - Projetos de integração - Parceria com outras entidades	- Escassez de recursos humanos (Psicólogo/Psiquiatra) - Novas doenças globais

Fonte: UCC Almeirim/Alpiarça

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Quadro 84 - Análise SWOT - Problemas / Necessidades na área da Família e Comunidade

Problemas / Necessidades	
• Resposta insuficiente para ocupação dos tempos livres das crianças dos 6 aos 12 anos, em período não letivo • Resposta insuficiente para ocupação dos tempos livres das crianças dos 3 aos 6 anos no período não letivo • Pouca oferta de respostas sociais para crianças dos 0 aos 3 anos • Inexistência de uma casa de emergência para casos sociais	
Forças	Fraquezas
• Existência do OTL (6-12 anos) e AAAF (3-6 anos) • Diversas valências existentes na FJR (Creche e JI) • CMA	• Inexistência de oferta não pública para ocupação dos tempos livres no período não letivo • Ausência da AAAF (3-6 anos) no período total de férias escolares • Pouca resposta ao nível de creche • Falta de CATL (Centro de atividades de tempos livres) inclusivo • Listas de espera para OTL “campos de férias” • Inexistência de uma casa de emergência para casos sociais
Oportunidades	Ameaças
• Criação de creche pública • Parcerias com IPSS para criação de CATL • Programas de empreendedorismo e apoio às pequenas e grandes empresas • Candidatura a Projeto de habitações colaborativas e	• Ausência de conhecimento de apoios/programas sociais existentes • Plano de Inovação – funcionamento por semestres

comunitárias • CLDS 5G • Protocolo de cooperação para a igualdade e não discriminação	
--	--

Fonte: CMA – Gabinete da Educação/Gabinete de Ação Social e Saúde, CPCJ

EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Quadro 85 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área dos Equipamentos e Infraestruturas

Problemas / Necessidades	
• Ausência de acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida nas infraestruturas desportivas e culturais (públicas e privadas) • Inadequação de passeios pedonais em várias ruas e respetivas travessias	
Forças	Fraquezas
• Existência de pavilhões polivalentes	• Custo elevado de equipamentos adaptados a pessoas com deficiência ou dificuldades motoras • Custo elevado para adequação/ alargamento dos passeios e travessias pedonais
Oportunidades	Ameaças
• Candidaturas a fundos comunitários	• Dificuldades económicas das instituições

Fonte: CMA – Gabinete Técnico de Engenharia

EMPREGABILIDADE

Quadro 86 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área da Empregabilidade

Problemas / Necessidades	
• Desemprego • Fixação de emprego • Trabalho sazonal • Transportes públicos insuficientes	
Forças	Fraquezas
• GIP • CMA • Junta de Freguesia • IPSS's • Empresas • IEFP • Centro Distrital da Segurança Social	• Concelho com características rurais • Ausência de qualificação/formação profissional • Escolaridade baixa • Insuficiência na rede de transportes públicos
Oportunidades	Ameaças
• Alargamento da rede de transportes públicos • Apoios comunitários para as empresas existentes • Maior pertinência de oferta formativa profissional	• Dificuldades na captação de novos funcionários adaptados à realidade das Instituições e Empresas (trabalho por turnos e fins-de-semana) • Inadequação de formação devido à falta de articulação empresas/ IEFP e AEJR • Subsidiodependência (RSI, POAPMC, Banco Alimentar)

Fonte: CMA – Gabinete de Ação Social e Saúde, GIP

POPULAÇÃO MIGRANTE

Quadro 87 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área da População Migrante

Problemas / Necessidades	
• Aumento do número de imigrantes a residir no concelho • Barreira linguística e cultural • Pobreza, vulnerabilidade e exclusão social • Habitação insuficiente	
Forças	Fraquezas
• Rede Social • Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) – AIMA	• Dificuldade de integração na comunidade • Trabalho precário (sazonal) • Falta de resposta habitacional adequada no mercado de arrendamento • Falta de condições de salubridade e higiene das casas • Ausência de dados recentes relacionados aos imigrantes no concelho • Dificuldade no acesso à habitação/sobrelotação habitacional
Oportunidades	Ameaças
• Criação de novos equipamentos sociais e/ou adaptação de equipamentos já existentes em diferentes pontos do concelho (centro comunitário) • Candidaturas a Programas existentes (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração - FAMI)	• Exclusão Social (língua) • Dificuldades de obtenção de equivalências de habilitações estrangeiras, principalmente ensino superior

• CLDS 5G	• Demora no tratamento dos processos de autorização de residência na AIMA • Grande rotatividade da população imigrante
---	--

Fonte: CLAIM, CMA – Gabinete de Ação Social e Saúde, GIP, Segurança Social

SEGURANÇA

Quadro 88 - Análise SWOT – Problemas / Necessidades na área da Segurança

Problemas / Necessidades	
• Aumento da taxa de criminalidade • Aumento dos casos de Violência Doméstica • Condições deficientes de trabalho • Falta de informação sobre o funcionamento de algumas entidades/instituições (GNR, APAV, CPCJ, CLAIM, ...)	
Forças	Fraquezas
• Corpo de GNR • Entidades parceiras: CMA, Junta de Freguesia, GIP, CPCJ, APAV e CBMA	• Poucos efetivos • Apenas uma viatura de patrulhamento • Processo de articulação entre as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ)
Oportunidades	Ameaças
• Realização de ações conjuntas de sensibilização (segurança, prevenção e atuação em caso de urgência) • Aumento do pessoal efetivo na GNR • Maior participação dos cidadãos nas denúncias efetuadas às ECMIJ • Melhoria na articulação entre as entidades parceiras locais e as ECMIJ • Construção de um novo Posto da GNR • Aquisição de meios tecnológicos necessários ao desenvolvimento do trabalho	• Restrições orçamentais • Desenvolvimento incorreto do encaminhamento nos processos de audição de vítimas de bullying, abuso sexual, violência doméstica, e / ou maus-tratos sobretudo nas crianças e jovens

Fonte: CPCJ, GNR